



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

ELINE FARIAS DA SILVA

**O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DOS  
MORADORES DE OCUPAÇÕES IRREGULARES:  
JARDIM CAMPOS VERDES EM CAMBÉ**

ELINE FARIAS DA SILVA

**O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DOS  
MORADORES DE OCUPAÇÕES IRREGULARES:  
JARDIM CAMPOS VERDES EM CAMBÉ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Maria Almeida Cordeiro

Londrina  
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

SILVA, ELINE FARIAS DA .

O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DOS MORADORES DE OCUPAÇÕES IRREGULARES : Jardim Campos Verdes em Cambé / ELINE FARIAS DA SILVA. - Londrina, 2022.  
181 f.

Orientador: Sandra Maria de Almeida Cordeiro.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Território - Tese. 2. Territorialização - Tese. 3. Políticas Públicas - Tese. I. Cordeiro, Sandra Maria de Almeida . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 36

ELINE FARIAS DA SILVA

**O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DOS  
MORADORES DE OCUPAÇÕES IRREGULARES:  
JARDIM CAMPOS VERDES EM CAMBÉ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Maria Almeida  
Cordeiro  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Léia Aparecida Veiga  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliane Christine Santos de Campos  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 10 de junho de 2022

Dedico esta pesquisa de Mestrado na UEL ao meu amado filho Jonas Roberto, minha pequena dose de motivação diária nas lutas cotidianas. “Tais como as flechas nas mãos do guerreiro, assim são os filhos gerados na juventude.” (Salmos 127:4)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus criador da vida e de todas as coisas que existem.

Aos meus pais que me geraram, são minha base e meu sustentarem sempre.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Cordeiro, pela incrível pessoa que é! Muito obrigada por todo conhecimento, por dividir as experiências, por me acalmar em um olhar (vários... rsrs ... era só te ver e encontrava o caminho novamente), por me direcionar e ser esta orientadora incrível que parece ter todas as palavras certas, que Deus continue te abençoando em sua missão. Obrigada pela força em momentos difíceis!

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliane Campos agradeço por ter sido sua aluna e por estar presente nesta pesquisa, pelas contribuições, muito obrigada por compartilhar sua paciência e inteligência.

Ao Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Léia Aparecida Veiga, pela oportunidade em te conhecer, obrigada por aceitar ser parte desta pesquisa, pelas contribuições, questionamentos e inquietações/indagações.

Às pessoas que contribuíram nesta pesquisa, aos participantes do grupo focal, pelo tempo e disposição em me auxiliar.

À Universidade Estadual de Londrina – UEL, uma grandiosa instituição de ensino público que nos permite o acesso ao conhecimento e formação, com excelentes e dedicados profissionais inseridos no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social.

Ah, meus irmãos de comunidade e catequistas do Caminho Neocacumenal, que fazem parte da minha vida há 18 anos. Entre idas e vindas, vocês sempre foram a luz que me acompanhou nessa caminhada de iniciação Cristã.

Aos meus amigos, que muitos me incentivaram até aqui, com palavras doces e duras, sempre me lembrando “que no final, vai dar tudo certo”.

## RESUMO

SILVA, E. F. da. **O Processo de Territorialização dos Moradores De Ocupações Irregulares:** Jardim Campos Verdes em Cambé. 2021. 170f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Londrina, 2022.

A presente dissertação teve como objetivo analisar os processos que têm contribuído para a construção da territorialização dos moradores do Jardim Campos Verdes na cidade de Cambé. Especificamente objetivou-se: compreender este território na sua formação sócio-histórica; refletir sobre a lógica das políticas sociais na gestão de Cambé na sua implementação na formação territorial; identificar a partir dos moradores do território Jardim Campos Verdes o acesso às políticas sociais; apresentar e compreender os processos sociais construídos a partir das condições locais que os caracterizam e os diferenciam. Para tanto avançou-se no sentido de algumas aproximações ao conceito de território e suas configurações na formação do espaço urbano na sociedade burguesa. Assim como pela compreensão de que a formação territorial da nossa sociedade não se dá de modo igualitária, portanto, é formadora de um espaço de segregação na qual se evidenciam as relações de poder e resistência. Trata-se de uma pesquisa qualitativa na modalidade descritiva, construída na perspectiva do método dialético crítico. Adotou-se como instrumentos metodológicos a revisão bibliográfica (pesquisas científicas), pesquisa documental (documentos e legislações do município de Cambé) e levantamento de informações empíricas (técnica do grupo focal). No tratamento dos dados qualitativos apresentou-se o território do Jardim Campos Verdes e suas características, formação sócio-histórica, territorialização e a dinâmica de territorialidades, tomando como categorias de análise as seguintes: Poder e disputa, Território e Pertencimento, Territorialização e Território e o Acesso aos serviços públicos pelos moradores. Verificou-se que frente o processo de territorialização dos moradores ocorreu a apropriação do espaço ocorre de modo desigual, no entanto partindo da compreensão do território como espaço vivo e dinâmico este é permeado por relações de poder, que, no entanto, são colocadas a prova de possibilidades de sobrevivência que se apresentam nas diversas falas e histórias de vida. Vê-se também, as desigualdades nos territórios e as relações estabelecidas extrapolam as normativas do poder público e a execução se operacionaliza de forma fragmentada e pontual.

**Palavras-chave:** Território; Territorialização; Políticas Públicas.

## ABSTRACT

SILVA, E. F. da. **The Process of Territorialization of Residents of Irregular Occupations:** Garden Campos Verdes in Cambé. 2021. 170 f. Master's Thesis (Social And Political Service Social), Program and Post Graduation and m Serviço Social do Centro, Social Sciences Applied, Universidade Estadual de Londrina, 2022.

This dissertation aimed to analyze the processes that have contributed to the construction of territorialization of residents of the Jardim Campos Verdes in the city of Cambé. Specifically, it aimed to: understand this territory in its socio-historical formation; reflect on the logic of social policies in the management of Cambé in its implementation in territorial formation; identify from the residents of the territory of Jardim Campos Verdes the access to social policies; present and understand the social processes built from local conditions that characterize and differentiate them. To this end, we advanced towards some approaches to the concept of territory and its configurations in the formation of urban space in bourgeois society. As well as the understanding that the territorial formation of our society does not happen in an egalitarian way, therefore, it is forming a space of segregation in which relations of power and resistance are evidenced. This is a qualitative research in descriptive mode, being built from the perspective of the critical dialectical method. It was adopted as methodological tools the literature review (scientific research), documentary research (documents and legislation of the municipality of Cambé) and survey of empirical information (focus group technique). The qualitative data treatment presented the territory of Jardim Campos Verdes and its characteristics, socio-historical formation, territorialization and the dynamics of territorialities, taking as categories of analysis the following: Power and dispute, Territory and Belonging, Territorialization and Territory and the Access to public services by residents. It was found that facing the process of territorialization of residents occurred the appropriation of space occurs unevenly, however starting from the understanding of territory as a living and dynamic space this is permeated by power relations, which, however, are put to the test of possibilities for survival that present themselves in various speeches and life stories. The inequalities in the territories and the established relationships go beyond the norms of public power and the implementation is operationalized in a fragmented and punctual way.

**Keywords:** Territory; Territorialization; Public Policies.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Município de Cambé – PR.....	22
Figura 2: Localização do Jardim Campos Verdes e Ocupação Londrville: demarcação dos limites de municípios.....	47
Figura 3: Localização Jardim Campos Verdes e Londrville, 2022 .....	65
Figura 4: Estação de Nova Dantzig inaugurada em 15 de agosto de 1935.....	85
Figura 5: Planta Parcial nº 1 e os cinturões verdes ao redor das primeiras cidades da CTNP. Da direita para esquerda, Londrina, Nova Dantzig e Rolândia .....	86
Figura 6: Chegada dos imigrantes.....	88
Figura 7: Mesorregiões do Estado do Paraná 2019 .....	89
Figura 8: Mapa Equipamentos Públicos e Privados em Cambé, 2022.....	102
Figura 9: Situação habitacional antes da intervenção, 2018. ....	131
Figura 10: Moradias construídas pelo Projeto Integrado, 2018 .....	131
Figura 11: Mapa Agentes da construção das casas no Jardim Campos Verdes.....	132
Figura 12: Casa 2 - PMCMV após realização de aplicação, 2022.....	133
Figura 13: Casa 2- PMCMV após realização de aplicação, 2022.....	134
Figura 14: Barracão - Centro Comunitário do Jardim Campos Verdes, 2022.....	147
Figura 15: Casa Queimada no Jardim Campos Verdes .....	150

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: População ocupada segundo as atividades econômicas – 2010 .....	99
Quadro 2: RENDA MENSAL INDIVIDUAL .....	100

## LISTA DE GRAFICOS

Grafico 1: Faixa etária e gênero .....	126
Grafico 2: Pessoa Responsável pela Unidade Familiar por gênero.....	127
Grafico 3: Auto declaração da raça segundo o sexo .....	127
Grafico 4: Renda Familiar .....	128
Grafico 5: Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família .....	129
Grafico 6: Município que frequenta escola.....	130
Grafico 7: Número de domicílios alugados segundo o valor mensal .....	136

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CCI	Centro de Convivência para Idosos
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
COHAB-Ld	Companhia de Habitação de Lodrino
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CEJU	Centro da Juventude
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CTNP	Companhia de Terras do Norte do Paraná
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FNIS	Fundo Nacional de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ()
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Patrimônio Histórico Artístico e Nacional
ITEDES	Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NOB	Norma Operacional Básica
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
RAIS	Relatório Anual e Informações Sociais
Recursos Humanos	
RML	Região Metropolitana de Londrina
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
UBS	Unidade Básica de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>2</b>	<b>APROXIMAÇÕES AS ABORDAGENS E CONCEITOS DE TERRITÓRIO</b> .....	33
2.1	TERRITORIALIDADE E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO .....	49
2.3	A TERRITORIALIZAÇÃO COMO ESPAÇO E TEMPO DO CAPITAL: FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO .....	54
<b>3</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO</b> .....	74
3.1	FORMAÇÃO E EXPANSÃO TERRITORIAL DO NORTE DO PARANÁ E DO MUNICÍPIO DE CAMBÉ .....	76
3.2	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO TERRITÓRIO E VULNERABILIDADES .....	97
3.3	POLÍTICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO .....	101
3.3.1	Assistência Social .....	102
3.3.2	Educação .....	105
3.3.3	Saúde .....	106
3.3.4	Habitação .....	107
3.3.5	Transporte Público .....	109
3.3.6	Cultura e Esporte .....	110
<b>4</b>	<b>OCUPAÇÃO CAMPOS VERDES: TERRITÓRIO E PODER</b> .....	112
4.1	O TERRITÓRIO DO JARDIM CAMPOS VERDES: CARACTERÍSTICAS E HISTÓRIA .....	112
4.2	A TERRITORIALIZAÇÃO DOS SUJEITOS NO JARDIM CAMPOS VERDES .....	122
4.3	CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA .....	137
4.5	DINÂMICA DE TERRITORIALIDADES: PODER – DISPUTA .....	142
4.6	PERTENCIMENTO .....	152
4.4	TERRITORIALIZAÇÃO .....	155
4.7	O ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS .....	160
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	175
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	180

## 1. INTRODUÇÃO

Para analisarmos como as formas excludentes e segregadoras são constituídas nos espaços urbanos, não podemos perder de vista os processos gerais e particulares manifestados e materializados em ambos, para que sejam apreendidas como realidade no modo de produção capitalista.

As políticas públicas compõem um dos elementos fundamentais no processo de territorialização, uma vez que estas sejam implementadas com foco nas particularidades do território, a fim de corrigir as desigualdades sócio-espaciais impostas pelo sistema vigente. Deste modo caminha-se no sentido para a ação efetiva, conforme enunciava Milton Santos (2007):

Uma política efetivamente redistributiva, visando a que as pessoas não sejam discriminadas em função do lugar onde vivem, não pode, pois, prescindir do componente territorial. É a partir dessa constatação que se deveria estabelecer como dever legal – e mesmo constitucional – uma autêntica instrumentação do território que a todos atribua, como direito indiscutível, todas aquelas prestações sociais indispensáveis a uma vida decente e que não podem ser objeto de compra e venda no mercado, mas constituem um dever impostergável da sociedade como um todo e, nesse caso, do Estado. (SANTOS, 2007 p. 141)

Nesta perspectiva apontada pelo autor, as necessidades dos indivíduos devem ser o ponto primordial no estabelecimento das políticas públicas, no qual se leve em consideração que cada território contém suas especificidades e diferenças, que devem ser observadas de acordo com a diversidade de cada lugar. Esta leitura prevê que novos arranjos se tornam imprescindíveis para observar e pôr em prática políticas sociais com a perspectiva territorial. (SANTOS, 2007 p. 141-142)

Portanto, o conceito de território é essencial para compreender de qual maneira esse processo se desenha em suas formas, como se refere às relações de poder espacialmente delimitadas e que operam sobre um substrato referencial. As instituições, as empresas e os mais diversos agentes sociais desenvolvem suas próprias estratégias de apropriação do território, suas territorialidades frequentemente justapostas sobre o mesmo espaço social, em razão do que explodam os conflitos.

Neste sentido, ao avançar na compreensão do processo de territorialização, nos deparamos com a definição de “lugar” enquanto uma categoria geográfica fundamental para a compreensão do território como nos aponta os autores Milton

Santos (2007) e Dirce Koga (2011). E é a partir de seu exame que se poderá tomar a complexidade das condições de vida dos indivíduos e dos lugares onde eles vivem como ponto de partida das políticas públicas (KOGA, 2011).

Os autores demonstram que de modo contraditório, apesar das características particulares de territórios distintos, na efetividade das políticas públicas, essas são implementadas de maneira homogeneizadas e não ganham diferenciação conforme as características de cada lugar. Não se leva em conta as condições de vida dos indivíduos que se dão de modos concretos e peculiares, sob condições determinadas, na qual “o lugar faz a diferença.” (SEM, 2000 *apud* KOGA, 2011, p. 20)

Logo essa definição de lugar nos remete a um concreto pensado no qual a subjetividade dos sujeitos se expressa. Santos (1996, p.14) diz que a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos é próprio e, neste sentido, o território é fundamento do trabalho, o lugar da residência, de trocas materiais e espirituais, e do exercício da vida. Complementa que do mesmo modo é lugar da resistência, defesa e luta pela sobrevivência. Não se trata, portanto, de um lugar qualquer, mas de algo concreto e cheio de significados para aqueles que o constroem e nele vivem.

Compreende-se, neste ponto de vista, que o território tem significado de pertencimento por seu caráter de apropriação, das ligações afetivas e de identidade individual e entre um grupo social, em um espaço próprio e reconhecido por relações de poder e resistência.

Haesbaert (2005) demonstra, nesta mesma perspectiva, que a territorialidade incorpora não apenas uma dimensão política, mas também relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.

Outra característica apontada por Santos (2012), que se refere à subjetividade pela qual os indivíduos se apropriam do espaço e constroem a sua territorialidade, diz respeito ao território usado, que consiste em objetos e ações do espaço humano, espaço habitado e vivido. Nesse sentido, é possível pensar que como esse conceito comporta uma dialética que se expressa por meio de um espaço local, bem como o ato de produzir e de viver o espaço global, que são habitados por um processo racionalizador.

Portanto, tem-se como subsídio nesses elementos anteriormente descritos que, para entender as estratégias que os indivíduos e grupos sociais adotam para

se apropriarem do território, o mesmo se dá de maneiras distintas em um processo de territorialização complexo permeado por relações sociais determinadas.

A problematização sobre o espaço urbano e a ocupação territorial tem sido tema e objeto de destaque em estudos sobre a Região Metropolitana de Londrina (RML). Estes se revelam tanto mais necessários quando se considera a Lei Complementar Estadual nº 81, de 17 de junho de 1998<sup>1</sup> e progressivamente ampliado, datada de 2 de janeiro de 2014, a redação dada à Lei Complementar de 1998 passou a contemplar no conjunto os seguintes municípios: Londrina, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Sertanópolis, Tamarana, Primeiro de Maio, Alvorada do Sul, Assaí, Sabáudia, Jaguapitã, Pitangueiras, Florestópolis, Porecatu, Centenário do Sul, Guaraci, Lupionópolis, Miraselva, Prado Ferreira, Uraí, Rancho Alegre, Sertaneja e Arapongas.

Abordar a questão da formação socioespacial do Norte do Paraná e RML contribuem para esse estudo na medida em que permitem à investigação visualizar a distância entre a realidade dentro do município de Cambé, - que constitui a base desse estudo-, mais particularmente, as territorializações do Jardim Campos Verdes. Neste bairro, é possível verificar problemas comuns às metrópoles na contemporaneidade, ao ser composto pela segregação espacial, do processo que o indica como os espaços territoriais aparentemente mais distantes, se encontram integrados à totalidade social, com as respectivas manifestações de agravamento de algumas expressões da questão social. Destaca-se a questão das ocupações irregulares, entre elas o crescimento desordenado das cidades e suas aglomerações no entorno dos grandes centros urbanos.

Cambé é um município de médio porte e junto com 25 municípios compõe a Região Metropolitana de Londrina/RML. Segundo IBGE, a população do município, no censo 2010 era de 96.733 pessoas e a projeção é de que chegaria em 2021 em

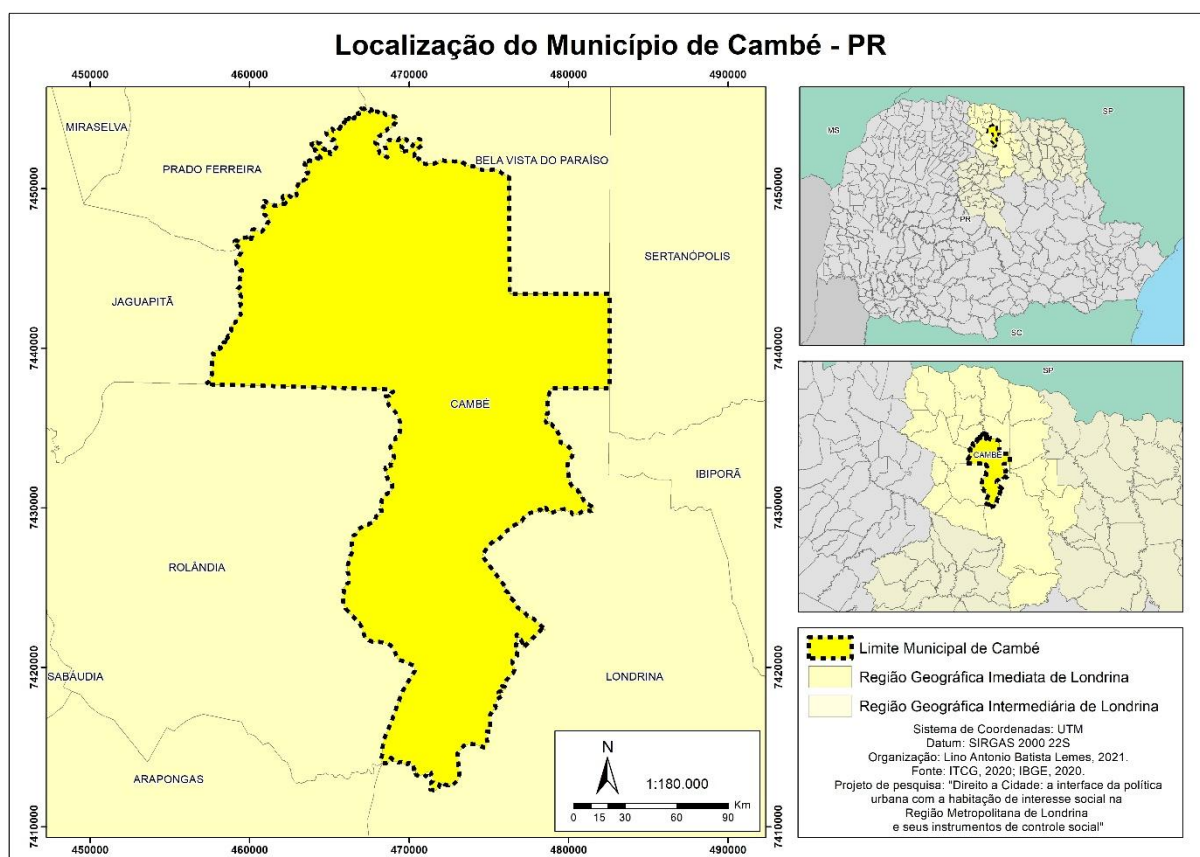
---

<sup>1</sup> Lei complementar decretada e sancionada pela Assembleia Legislativa do Paraná na forma do art. 25, § 3º, da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, instituiu a Região Metropolitana de Londrina (RML). Inicialmente foi constituída pelos seguintes municípios: Londrina, Cambé, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia e Tamarana. Ao longo dos anos foram incorporados gradativamente outros municípios até chegar a sua composição com 25 no total. Publicado no Diário Oficial nº. 9116 de 2 de janeiro de 2014, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998, incluindo o Município de Arapongas na Região Metropolitana de Londrina. Após esta data não ocorreram outras inclusões.

108.126 pessoas<sup>2</sup>. Assim, observa-se um crescimento populacional aproximado desse município de 10% em um período de 11 anos.

Neste sentido, considera-se importante situar a cidade de Cambé, como demonstra o mapa abaixo (figura 1). Localizado na região norte do Estado do Paraná, o município se encontra nas divisas territoriais com os municípios de Prado Ferreira, Bela Vista do Paraíso, Sertanópolis, Rolândia, Jaguapitã, Arapongas e Londrina.

Figura 1: Localização do Município de Cambé - PR



Fonte: Cordeiro, Sandra, 2021. Arte Final. Lemes, L. A. B., 2021

Importante destacar que o fenômeno do crescimento populacional urbano transcende tanto a RML quanto o território que propõe como foco de análise para o estudo desenvolvido. Assim como Polidoro (2009) alerta que o progresso das relações institucionais e informais entre as cidades, a explosão demográfica devido ao êxodo rural e o desenvolvimento econômico contribuíram para a formação de

<sup>2</sup> Como o censo do IBGE que estava previsto para ser realizado em 2020 ainda não ocorreu, não tem-se até ao momento a quantidade oficial de habitantes no município.

algumas áreas metropolitanas e a geração de conurbações<sup>3</sup>, o mesmo ocorre para o caso do Jardim Campos Verdes. A formação de áreas conurbadas é um fenômeno comum em regiões metropolitanas. Discutir esses novos processos de ocupação do solo de modo desordenado, e como no estudo proposto em ocupações irregulares, no qual o procedimento de regularização e posteriormente aplicado, implica considerar um leque problemático contemplado pelo debate do “Direito à Cidade”. Para Lefebvre (2001), no direito à cidade está intrínseco que todos gozem dessas possibilidades, sendo esse como direito à vida urbana transformada e renovada.

Mediante as considerações colocadas, justifica-se a relevância do estudo proposto, o que implicará necessariamente no levantamento e apreensão de elementos que viabilizem a melhor compreensão dos problemas envolvendo os territórios recortados nesse objeto de estudo e as práticas do poder público local, o qual se encontra, muitas vezes, na origem do agravamento das condições de habitação e moradia, equipamentos públicos, dentre outros, em bairros isolados do município de Cambé.

O presente estudo propõe uma investigação por intermédio da pesquisa acadêmica sobre o processo no qual se desenvolveu a territorialização dos moradores do Jardim Campos Verdes do município de Cambé. E tem como pergunta norteadora: Quais são as relações dos moradores desse território com as políticas públicas de assistência social, habitação e educação e, em que medida, essas contribuíram para a sua territorialização?

Portanto toma-se como objetivo geral analisar os processos que têm contribuído para a construção da territorialização dos moradores do Jardim Campos Verdes na cidade de Cambé/PR.

Como objetivos específicos almeja-se: compreender este território na sua formação sócio histórica; refletir sobre a lógica das políticas sociais na gestão de Cambé na sua implementação na formação territorial; identificar a partir dos moradores do território Jardim Campos Verdes o acesso às políticas sociais;

---

<sup>3</sup> Conurbação é um fenômeno urbano relacionado com o desenvolvimento das cidades que ocorre por meio de um significativo e desordenado crescimento. Trata-se, portanto, do encontro limítrofe entre duas ou mais cidades. No Brasil, o processo de conurbação passou a ocorrer a partir da década de 1950, diante da modernização do país e do acelerado crescimento industrial e urbano. (POLIDORO, et al. 2009)

apresentar e compreender os processos sociais construídos a partir das condições locais que os caracterizam e os diferenciam.

O interesse pelo estudo se deu em três movimentos distintos e complementares. O primeiro foi marcado pela atuação profissional como servidora pública no Município de Cambé, desde 2012, no qual, por esse exercício da prática profissional, foi possível observar as dificuldades dos indivíduos residentes neste território a se territorializar por meio do acesso as políticas públicas, sobretudo em razão da distância geográfica dos mecanismos de execução dessas mesmas políticas. Outro momento importante foi a participação como aluna especial em três disciplinas<sup>4</sup> dos Programas de Pós-graduação do Serviço Social e da Sociologia.

Por fim, outro aspecto que contribuiu para realização desse estudo consiste nas discussões desenvolvidas no Projeto de Pesquisa<sup>5</sup> como colaboradora, na qual foram possíveis aproximações com a discussão sobre as questões urbanas, destacando a habitação e suas contradições.

Estes fatores de motivação inicial para a pesquisa nos levaram a perceber que o território Jardim Campos Verdes, está ligado à dinâmica estrutural maior, a qual não é possível apreender a partir de si mesma. É preciso relacionar como este se insere dentro de uma estrutura social complexa, cuja totalidade é configurada pelo modo de produção capitalista tal como este se manifesta no território nacional. É à luz desta totalidade que se torna possível apreender as mudanças sociais do objeto de estudo, isto é, o Jardim Campos Verdes compõe essa conjuntura social a qual é permeada por essa dinâmica de relações de poder com os diversos agentes que a compõem.

---

<sup>4</sup> A primeira na Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, que denomina “A lógica territorial na gestão das políticas sociais”, que resumidamente buscava contextualizar conceitos de território, espaço geográfico, formação territorial e geopolítica do Brasil, e um trabalho em campo, na região do Contestado, que propiciou uma prática enriquecedora de observação do território marcado por um processo de luta e resistência, o povo caboclo. A segunda e terceira foram no Programa de Pós-graduação em Sociologia, denominada “Estado, Neoliberalismo e Movimentos Sociais” e “Transformações no Mundo do Trabalho”. Essa primeira propiciou discussões sobre as transformações do Estado capitalista e o avanço neoliberal na América Latinas. Quanto a disciplina sobre trabalho foi essencial para apreensão do método as análises da concepção marxiana, assim como a contextualização da atualidade das transformações do mundo nos diferentes momentos históricos. Assim como refletir sobre a conjuntura futuro do trabalho no século XXI, na conjuntura da globalização, neoliberalismo e reestruturação produtiva, informatização, fragmentação da produção, desregulamentação, flexibilização e precarização do trabalho.

<sup>5</sup> Direito a cidade: a interface da política urbana com a habitação de interesse social na região metropolitana de Londrina e seus instrumentos de controle social.

Neste sentido, é preciso reconhecer que o método pelo qual busca-se apropriar este estudo, exige a incorporação de um campo conceitual próprio, capaz de permitir o aprofundamento da análise do objeto e sua apreensão enquanto inseridos de maneira determinada, específica na totalidade social complexa. Assim, metodologicamente, é preciso apreender, dentro do território selecionado, resultante de uma ocupação irregular, o contexto conjuntural e estrutural da sociedade na qual a apropriação de determinado espaço, transformados em habitat, é realizada. Isto exige compreender a dinâmica do território, destacando a moradia, os serviços públicos, as histórias que permeiam a relação com o cotidiano desses moradores. No município há uma diversidade de problemas e conflitos sociais, gerado, entre outros fatores, por sua expansão desordenada e aqui demarcamos o território em estudo.

Para tanto, demandou-se enquanto procedimentos metodológicos a pesquisa qualitativa, do tipo descritiva, que expõe as características de determinada população ou fenômeno, os interpretando e não interferindo ou modificando a realidade pesquisada. (GARCIA; SOUZA, 2018, p. 201)

Neste mesmo sentido Silva (2018) aponta:

Nesse âmbito, o referencial teórico-metodológico merece destaque, pois a corrente de pensamento e as teorias que embasam a pesquisa são referenciais estratégicos para que o investigador possa transitar entre os dados coletados, as evidências, as suas reflexões e interpretações e as teorias que explicam ou contestam o que se observa. É importante ressaltar que a pesquisa qualitativa, nessa não linearidade, possibilita que o investigador faça uma imersão na realidade (ambiente natural) e produza sobre este uma perspectiva interpretativa. (SILVA, 2018, p. 22)

O caráter investigativo da pesquisa em seus aspectos exploratórios e indutivos possui aspectos subjetivos, cujas motivações nem sempre estão explícitas deve-se considerar valores, crenças, ética e cultura, o que nos remete a uma não neutralidade do pesquisador, mas uma configuração ativa, que configuram a abertura e a flexibilidade os quais constituem as modalidades de abordar o fenômeno que constituem um plano de ação ou estratégia para obter os dados desejados. (SILVA, 2018, p. 22)

Neste sentido, como fonte de dados secundários, realizou-se uma revisão bibliográfica com a finalidade de aproximação de conceitos dos principais autores pertinentes ao objeto de estudo, que embasaram a pesquisa. Assim como nos aponta Minayo (2001), referente à pesquisa bibliográfica

Esse esforço em discutir ideias e pressupostos tem como lugar privilegiado de levantamento as bibliotecas, os centros especializados e arquivos. Nesse caso, trata-se de um confronto de natureza teórica que não ocorre diretamente entre pesquisador e atores sociais que estão vivenciando uma realidade peculiar dentro de um contexto histórico-social. (MINAYO, 2001, p. 53)

Deste modo, o aprofundamento teórico sobre território e territorialização se deram baseadas nos autores Santos (1999, 2000, 2005, 2006, 2005); Gomes (2000); Koga (2003); Haesbaert (1997, 2004, 2009), Saquet (2004, 2011), Raffestin (1993), COSTA, (2019. No que se refere as reflexões sobre Espaço Urbano e o capitalismo nos embasamos em Marx, (1998), Engels (1972), Lefebvre (2001), Harvey (1999,2005, 2013, 2018), seguindo com Segregação Espacial: Caldeira (2000), Campanário, (1984), Kaztman, (2001) Levy, (2010), Raposo (2008) e Gomes (2002); e por fim a formação sócio-histórica do Norte do Paraná: Yonegura (2010), Menesgusso (2022), Malacoski (2020).

Em seguida, estabeleceu-se na pesquisa o levantamento de material documental, bibliográfico, instrucional etc. Tal ação foi realizada como forma de estabelecer “[...] um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação ou refutação de hipóteses e construção de teorias.” (MINAYO, 2001, p. 53)

Para essa etapa, foram identificadas e consultadas as seguintes fontes de pesquisa: Legislação nacional: LOAS (1993); Legislação Municipal: Plano Diretor do município de Cambé (2018); Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) (2014); Acesso aos bancos de dados dos seguintes órgãos: IBGE; IPARDES.

A etapa de levantamento de informações primárias que se constituiu a partir da pesquisa de campo, por meio da técnica de grupo focal com os moradores do Jardim Campos Verdes, aproveitando um momento dessa comunidade que participou do evento Território e Energia<sup>6</sup>, organizado pela Secretaria de Assistência Social-CRAS de Cambé, juntamente com os Projetos de Pesquisa: Direito a Cidade e a Universalização do acesso da Energia Elétrica no Brasil.

---

<sup>6</sup> Evento: Território e Energia realizadas no dia 23 de outubro de 2021, das 8 às 12 horas, nas dependências do CRAS- Campos Verdes - Cambé. Neste evento foram realizadas ações de orientações sobre demandas trazidas pela comunidade, destacando aqui: tarifa social, energia elétrica; atualização do CADUNICO; orientações dom pessoal da saúde sobre vacinação, bem como orientações e esclarecimentos sobre pagamento de IPTU, dentre outras demandas.

A técnica do Grupo Focal, classificada como qualitativa, tem sido utilizada frequentemente em diversas áreas do conhecimento para desenvolvimento de pesquisas “nas áreas da Antropologia, Ciências Sociais, Mercadologia e Educação em Saúde. Ela é apropriada nas pesquisas qualitativas, que objetivam explorar um foco, ou seja, um ponto em especial.” (RESSEL et al, 2008, p. 780)

Nesta perspectiva, destaca-se que o Grupo Focal permite a pesquisadora não só examinar as diferentes análises das pessoas em relação a um tema, como também proporciona explorar como os fatos são articulados, censurados, confrontados e alterados por meio da interação grupal e, ainda, como isto se relaciona à comunicação de pares e às normas grupais.

O grupo focal permite fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criação, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de manifestar. (GATTI, 2005, p. 9)

O autor aponta que em comparação a outras técnicas como observação e entrevista individual, o uso da técnica utilizada nessa pesquisa para coleta de dados, pode ser útil quanto os objetivos do estudo estão direcionados a compreensão das “diferenças existentes em perspectivas, ideias, sentimentos, representações, valores e comportamentos de grupos diferenciados de pessoas”, como no processo de territorialização permeados por diferentes grupos conflitantes, e disputas pelo poder. Neste sentido o processo de pesquisa também é importante compreender os fatores que os influenciam, as motivações que subsidiam as opções, os porquês de determinados posicionamentos (GATTI, 2005, p. 9)

Essa técnica facilita a formação de ideias novas e originais. Gera possibilidades contextualizadas pelo próprio grupo de estudo.2 Oportuniza a interpretação de crenças, valores, conceitos, conflitos, confrontos e pontos de vista. E ainda possibilita entender o estreitamento em relação ao tema, no cotidiano. (RESSEL et al, 2008, p. 780)

O grupo focal nesta pesquisa foi utilizado com o objetivo de realizar uma coleta de informações, voltada ao objeto de estudo que se aplica na perspectiva de apreender aspectos e dados qualitativos que desvelem diferentes aspectos sobre o tema, a fim de levantar as singularidades do ponto de vista dos participantes, justificando-se a escolha pela utilização da técnica do Grupo Focal.

Como citado anteriormente, a realização de um grupo focal colocou-se pela necessidade de aprofundar a discussão de um tema específico que permeia o objeto da pesquisa, no qual os grupos são essenciais, quando se busca um maior número de ideias. Tomando como base os apontamentos de Gatti (2005, p. 22), entende-se que essa técnica visa abordar questões em maior profundidade, pela interação grupal, para tanto “cada grupo focal não poder ser grande, mas também não pode ser excessivamente pequeno, ficando sua dimensão preferencialmente entre seis e 12 pessoas”. Outro ponto a ser considerado é que deve haver pelo menos um ponto de semelhança entre os participantes, no nosso caso todos são moradores de um mesmo território.

Deste modo, formou-se o grupo a partir de moradores que compareceram para participar do evento e traziam suas contribuições. Realizaram-se convites aleatórios para adesão voluntária, no qual eram explicados os objetivos do grupo para pesquisa de mestrado. Inicialmente foram convidados 12 moradores do Jardim Campos Verdes, sendo que destes, 08 (oito) aceitaram participar do grupo. No entanto, devido o fluxo do evento e o deslocamento para outra sala para atendimento sobre IPTU ou outros, apenas 6 (seis) permaneceram na sala para participação efetiva no grupo.

No início da programação dessa pesquisa considerou-se a realização de duas sessões com grupos de moradores que participariam dessa técnica. No planejamento entre a Universidade e os parceiros, haveria outro evento da mesma natureza, na sequência de finais de semana, que possibilitaria com a mesma abordagem de seleção, a reunião de outro grupo. No entanto, devido ao período pandêmico que se estendeu além do planejado, não foi possível tal realização os agravantes causados por oscilações da contaminação causada pelo COVID 19, acarretou o cancelamento do segundo evento.

Assim, utilizou-se esta técnica na modalidade presencial, em uma sala do CRAS Campos Verdes (local que sediou o evento), com início às 10:30 horas e término às 11:45 horas, totalizando 1h e 15 minutos. Para focalizar na perspectiva da temática foram utilizadas questões norteadoras com o objetivo de explanar e completar os dados a serem obtidos. Para facilitar o debate as perguntas foram divididas em três blocos, sendo eles: território e acesso a serviços básicos como energia elétrica, gastos, consumo; segundo sobre os serviços públicos e sociais presentes no território, principais demandas e usos e por último a ocupação e o

processo de urbanização e o significado desse território para seus moradores lutas e resistência.

Conforme Morgan (1997), referenciado por Godin (2003), um moderador deve procurar cobrir a máxima variedade de tópicos relevantes sobre o assunto e promover uma discussão produtiva. Deste modo para conseguir alcançar seus objetivos na coleta de dados, ele precisa limitar suas intervenções e permitir que a discussão aconteça, só interferindo para levantar novas questões e para facilitar o processo de discussão entre os participantes do grupo. Durante a condução das falas é preciso estar atento para não deixar que o grupo comece a falar sobre um assunto importante muito tarde para ser explorado e evitar que as interpelações findem antes da hora. (MORGAN, 1997 *apud* GONDIN, 2003, p. 154)

O grupo foi mediado de modo que todos pudessem participar conforme suas características individuais, uma vez que alguns apresentavam mais facilidade para tomar a palavra e outros utilizavam mais de formas não verbais para expor suas opiniões como gestos, momentos de silêncio, olhares entre os demais participantes. Os moderadores conduziram as questões de modo a propiciar a participação máxima e fluidez do grupo em todos os momentos.

Para driblar estes dois últimos problemas, é tarefa do moderador colocar algumas perguntas ou tópicos para debate. Alerta-se que um roteiro é importante, mas sem ser confundido com um questionário. Um bom roteiro é aquele que não só permite um aprofundamento progressivo (técnica do funil), mas também a fluidez da discussão sem que o moderador precise intervir muitas vezes. A explicitação das regras do grupo focal nos momentos iniciais pode ajudar na sua autonomia para prosseguir conversando. São elas: a) só uma pessoa fala de cada vez; b) evitam-se discussões paralelas para que todos participem; c) ninguém pode dominar a discussão; d) todos têm o direito de dizer o que pensam. (GONDIN, 2003, p. 154)

Conforme os apontamentos dos diversos autores o cuidado ao escolher o espaço físico para realização do grupo é essencial, de tal modo que o debate seja facilitado, assegurando a privacidade, conforto, com acessibilidade e ambiente neutro. (GATTI, 2005, p. 24)

Deste modo a escolha do ambiente da sessão grupal não se deu de modo aleatório, a escolha se deu em uma sala que propiciou um ambiente agradável e confortável, acolhedor, bem ventilado e com uso de um ar-condicionado portátil. Os participantes ficaram sentados ao redor de uma mesa, com uma formação semelhante a um círculo, que permitiu a interação face a face, de modo a

proporcionar o contato visual e, ainda, a manutenção de distâncias entre todas as participantes, estabelecido pelos protocolos de segurança previsto para o COVID 19, assim como o uso de máscaras faciais. Os observadores e a os moderadores se sentaram em lugares alternados para facilitar a locomoção no registro das falas e da comunicação não-verbal, por meio do olhar e gestos. (GATTI, 2005, p. 24)

A localização da sala, apesar de ser próxima a recepção do CRAS, possibilitou o desenvolvimento da discussão grupal sem interferências externas, apesar de alguns barulhos do fluxo do evento, mas que não acarretaram prejuízos ao andamento do seu percurso.

Para registro das discussões e reflexões do grupo<sup>7</sup> foram utilizados recursos de gravador de áudio pelo celular, uma lista de presença bem como o termo de livre consentimento devidamente assinados pelos moradores, assim como anotação dos depoimentos dos participantes, deixando aberto para relatarem suas experiências e vivências pessoais, dentro da temática colocada. Assim estavam presentes duas moderadoras, como facilitadores das discussões e dois observadores, para anotação das percepções não verbais, deixando aberto para que todos pudessem participar.

Realizada a transcrição, os sujeitos foram denominados como Morador A, B, C, D, E e F; não identificados nominalmente, como procedimento ético recomendado. Para as análises dos dados empíricos emergiram categorias a partir percepções das falas dos seus moradores, dentre as quais: O território do Campos Verdes: características e história; Caracterização dos sujeitos da pesquisa; A Territorialização do Campos Verdes; Dinâmica de territorialidades: Poder e disputa; Território e Pertencimento; Territorialização e Território e o Acesso aos serviços públicos pelos moradores.

Após o término desta etapa, identificou-se a necessidade de fazer um breve levantamento do histórico de vida dos sujeitos, mediante uma breve entrevista

---

<sup>7</sup> O início das atividades se deu com a fala de uma das integrantes da proposta com a apresentação dos professores e descendentes envolvidos, dentre esses a autora dessa dissertação. Foram explanados os objetivos do grupo e a condição da pesquisa, solicitou-se autorização para os participantes para gravar e usar as informações colhidas para os trabalhos acadêmicos e artigos científicos que serão escritos futuramente. Explica sobre o termo de livre consentimento que todos deverão assinar, sendo que os presentes acordaram e então iniciou-se as discussões a partir dos blocos de questões realizado no dia 23 de outubro de 2021 as 10:30h.

estruturada, para fazer uma caracterização desses sujeitos de modo a auxiliar na análise dos dados.

Neste sentido Minayo (2001) nos indica sobre a entrevista:

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa desprestigiada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva. (MINAYO, 2001, p. 57)

Assim de modo individual, os sujeitos foram caracterizados, mantendo o sigilo de suas identidades. A partir destes dados atingiu-se melhor compreensão do território e os processos que vislumbram seus elementos subjetivos e os processos de territorialização.

Segundo aponta Caregnato (2006), a análise de dados pode ser quantitativa ou mesmo qualitativa.

Na abordagem quantitativa se traça uma frequência das características que se repetem no conteúdo do texto. Na abordagem qualitativa se considera a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem. (CAREGNATO, 2006, p. 682)

Do mesmo modo, Minayo (2001) destaca que o processo de análise de dados qualitativos, deve ser contextualizado dentro da finalidade proposta de investigação. Portanto deve ser considerado o objetivo, o referencial teórico-metodológico, além dos indicadores recolhidos, de modo que sua organização esteja em consonância com a literatura.

Desta forma, neste primeiro capítulo, apresentou-se a introdução da dissertação com o tema da pesquisa, assim como o objeto, os objetivos gerais e específicos, a descrição metodológica e da técnica de pesquisa.

Em seguida, no segundo capítulo abordou-se algumas aproximações ao conceito de território, para a compreensão das relações que se materializam em seu interior. Relações estas correlacionadas a uma totalidade maior de um sistema de produção determinante, que remete constantemente à inserção dos indivíduos em um espaço dentro de uma sociedade de classes, na qual se expressam as desigualdades. Neste sentido buscou-se trabalhar os conceitos de território, territorialidade, territorialização, desterritorialização e reterritorialização, não como

sinônimos, mas como componente de uma dinâmica maior em constante movimento de composição decomposição e recomposição.

No terceiro capítulo destacou-se a concepção das políticas públicas e como estas se desdobram no processo de territorialização. Para estas abordagens foi realizado um levantamento da formação sócio-histórica do Norte do Paraná e conseqüentemente do município de Cambé, que se localiza nessa região. Após essas abordagens de totalidade, partiu-se para algumas particularidades que compõem as políticas públicas do município mais relevantes ao objeto e as vulnerabilidades territoriais locais.

No quarto capítulo, tratou-se da análise dos dados secundários da pesquisa, de natureza quantitativa e qualitativa. Por meio de análises dos documentos realizou-se um histórico do bairro, seguido de um breve reconhecimento dos sujeitos envolvidos no grupo focal, um perfil socioeconômico quantitativo dos dados extraídos do Cadastro único (2021) dos moradores do bairro e em seguida a análise das falas e percepções que evidenciadas na transcrição do grupo focal, no qual apresenta-se a interpretação dos dados e a aproximação com os autores que subsidiaram o referencial teórico do estudo.

Por fim, no último capítulo, apresentou-se as considerações finais, onde foram abordados os aspectos relevantes da construção deste trabalho e as percepções obtidas como resultado deste.

Deste modo, a territorialização dos moradores do Jardim Campos Verdes, as políticas públicas que o permeiam e o fenômeno da segregação espacial no município será analisado através das particularidades na desigualdade no território resultantes de um processo histórico da estrutura social, buscando assim, entender o resultado deste fenômeno na configuração a luz do “direito da cidade”.

## 2. APROXIMAÇÕES AS ABORDAGENS E CONCEITOS DE TERRITÓRIO

Pensar o conceito de território implica refletir sobre suas múltiplas concepções. Tarefa complexa diante do fato de que o território não é um elemento estático ou algo natural previamente estabelecido. Muito menos se trata do conjunto dos sistemas naturais e de elementos superpostos, uma vez que o território é o lugar construído pelos indivíduos em suas ações cotidianas e se configura através da apropriação do espaço.

O caráter polissêmico do território se configura historicamente. Assim, é errôneo reduzir a existência do espaço à forma mercadoria, isto é, a um valor de uso que traz consigo necessariamente a dimensão de valor de troca (MARX, 2013). Entretanto, na sociedade atual, isto é, a capitalista, ele assume, sob a forma de mercadoria, a dimensão ou configuração antagônica de espaço privado e espaço público. Enquanto espaço privado, ele é, em geral, convertido em mercadoria, portanto, submetido à lei do valor.

Assim, tanto Marx (2013) quanto Engels (1972) trabalharam com a ideia de que o espaço, que eles identificam como “terra” forma uma unidade com o homem. No Esboço de uma Crítica da Economia Política, por exemplo, Engels levantou a seguinte argumentação:

A terra cria matéria-prima, mas não sem capital e sem trabalho; o capital supõe a terra e o trabalho e este supõe, pelo menos, a terra e, também frequentemente um certo capital. As participações dos três são completamente indissociáveis e não podem ser aferidas segundo uma quarta e comum medida. (ENGELS, 1972, p. 16)

O território não é um elemento isolado, como destaca Engels (1972), afirmando que “a separação da terra, do capital e do trabalho” é impossível, uma vez que compõem categorias de análise de uma totalidade (ENGELS, 1972, p. 16).

Isto é fundamental para se pensar a formação da ocupação irregular, visto que um complexo de elementos a constitui. Ao longo do estudo apresentou-se este complexo de elementos, que envolvem não apenas a conquista e posse da moradia como, também, o relacionamento de seus moradores com o poder público e a luta pelo acesso a bens de consumo coletivos.

O homem dentro da vida cotidiana está sempre inserido dentro de um determinado espaço e tempo. Assim sendo, está inserido dentro de um determinado território, o qual pode ser definido como todo espaço do qual ele extrai a sua

sobrevivência. Espaço a partir do qual ele vai transformar as suas condições objetivas dadas e distanciar-se cada vez mais dos mais animais.

O território é, portanto, fundamental no processo de produção da riqueza dentro de uma sociedade de classes, ele existe em sua composição material como um componente da propriedade privada. No caso da terra em meios rurais pode ser usado sob a forma de arrendamento, e no meio urbano, em formatos de lotes residenciais ou comerciais para a finalidade de aluguel.

Ainda que não utilizem o conceito de território, tal como empregado hoje é possível afirmar que existem indicações neste sentido em diversos momentos dos trabalhos de Marx e Engels, que contribuem para problematizar essa concepção, uma vez que sua formação está intimamente à totalidade das relações sociais que o constituem, constantemente abordada pelos autores contemporâneos.

Dada a importância assumida pelas leituras mais contemporâneas de território, é a elas que se ligará nossa análise, com a finalidade de investigar a ocupação irregular em Cambé, que deu origem a ocupação irregular, do atualmente denominado Jardim Campos Verdes, bairro selecionado para o estudo.

No que se refere às abordagens atuais, o conceito de território é desenvolvido de maneira bastante diversa, com os autores contemplando mais acentuadamente um ou outro aspecto. Diante da impossibilidade de esgotar uma análise crítica de todos os outros autores que também se debruçam sobre essa temática, elencamos aqueles que consideramos mais relevantes para analisar o objeto de estudo, e que nos possibilitaram um levantamento das categorias de análise relevantes. Assim, buscamos confrontar os entendimentos e desenvolvê-las de modo crítico, na medida do possível, apontando novas compreensões para enfocar o território.

Um autor de relevância é Rogério Haesbaert. No tratamento conceitual de território destaca, por exemplo, como diversas áreas de conhecimento, o definem:

Conceito central para a geografia, diz respeito à espacialidade humana, portanto, o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões [...]; a ciência Política enfatiza sua constituição a partir das relações de poder, na maioria das vezes ligada a concepção de Estado; a Economia percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases de produção, enquanto força produtiva; a Antropologia destaca a sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades tradicionais; a Sociologia o enfoca a partir das intervenções das relações sociais, em sentido amplo; a Psicologia incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal. (HAESBAERT, 2004, p.89)

Quanto à sua etimologia, o autor explica que a palavra território, *territorium* em latim, é derivada diretamente do vocábulo terra, e era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado “jus terrendi”, por esta definição entende-se como “pedaço de terra apropriado dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa” (HAESBAERT, 2004, p. 93). Portanto, entende-se que a palavra território deriva de suas materialidades.

Os territórios são, antes de tudo, referências espaciais na construção de identidades, se revestindo, assim, de diversas características simbólicas. (HAESBAERT, 2009, p. 35)

A importância assumida pelo conceito/categoria território é possível de ser verificada tendo em consideração, a sua apropriação por diversas áreas do conhecimento científico. Ainda que estas análises e conceituações demonstrem múltiplas abordagens, elas terminam por convergir no reconhecimento do território como expressão da correlação das forças materiais e imateriais que o compõem. Correlações estas próprias à sociedade de classes e suas contradições.

O Território é composto por três vertentes básicas. A primeira delas, a dimensão política, que se refere a espaços delimitados e controlados pelo poder institucionalizado do Estado. Partindo deste ponto de vista temos questões ligadas ao gerenciamento do espaço que nos impelem a pensar duas características básicas do conceito de território, apontados pelo autor:

[...] em primeiro lugar seu caráter político no jogo entre macro poderes políticos institucionalizados e os "micropoderes", muitas vezes simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta com os “ambientes” capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões.” (HAESBAERT, 2009, p. 76)

A segunda é a cultural, que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva dos indivíduos (religião, pertencimento a grupos, entre outros, por exemplo), e vincula os membros de determinado território em relação ao espaço vivido. Desse modo:

[...] nas sociedades agrícolas pré-industriais e nas sociedades primitivas de coletores e caçadores, o território não se definia por um princípio material de apropriação, mas por um princípio cultural de identificação, ou se preferir de pertencimento. Este princípio explica a intensidade da relação ao território. Ele não pode ser percebido apenas como uma posse ou como

uma identidade exterior à sociedade que o habita. Ele é uma parcela de identidade, uma fonte de uma relação de essência efetiva ou mesmo amorosa do espaço. (HAESBAERT, 2009, p. 72)

E por último, a econômica, que coloca o território como uma fonte de embate entre as classes sociais estruturadas a partir de uma específica divisão social e territorial do trabalho (HAESBAERT, 2009, p. 40).

A essas três vertentes básicas Haesbaert (2009) acrescenta outra denominada “natural”. Esta, por sua vez, “se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza”. Nesta, as bases são as relações entre a sociedade e a natureza. Espacialmente ela se refere ao comportamento nato do ser humano com seu ambiente físico. Posteriormente, uma nova perspectiva se acrescentou, à qual pode ser nominada como “natural(lista)” (HAESBAERT, 2004, p.91).

O conceito de território faz-se presente em todo processo histórico, o qual precisa ser desmistificado para que sua compreensão não se confunda com o conceito de espaço geográfico. Neste sentido, Haesbaert (2009) observa que

[...] o território numa perspectiva histórica, pode também ser amplo, generalizável a ponto de abranger toda história humana – constituindo assim um de seus componentes “ontológicos” -, ou ser visto de forma mais restrita, relacionando-se apenas a determinados contextos histórico-sociais. (HAESBAERT, 2009, p. 77)

Nosso estudo se apropria desta perspectiva integradora. Portanto, a leitura de território utilizada para analisar o objeto proposto, isto é, o núcleo habitacional em Cambé, se ancora no reconhecimento da articulação ou conjunção de espaço econômico, cultural e político, tal como proposto por Haesbaert (2009), os quais estão articulados em uma rede que se estende do local ao global. Estes territórios são espacialmente descontínuos, mas, ao mesmo tempo, intensamente conectados e interligados entre si, em uma complexa relação entre espaço e tempo. Dito de outro modo,

[...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. [...] Território construído a partir de uma perspectiva relacional do espaço é visto completamente inserido dentro relações sociais-históricas, ou, de modo mais estrito para muitos autores, de relações de poder (HAESBAERT, 2009, p. 79 a 80)

Procurando aprofundar o debate sobre território, Raffestin (1993, p. 60) o trata como a “prisão que os homens constroem para si, ou melhor, o espaço socialmente apropriado, produzido, dotado de significado”. Neste, a ideia de controle do espaço se traduz no termo prisão elaborando uma noção de poder bastante ampla, que comporta a natureza econômica e simbólica. Raffestin (1993, p.144) afirma que “o ideal do poder é jogar exclusivamente com símbolos”. Nos dias atuais, é reconhecível a força do poder simbólico, a qual, muitas vezes, confunde realidade e representação, de tal forma que o próprio território passa a ser “visto” mais pelas imagens dele produzidas do que pela realidade material-concreta que nele construímos.

Considerando que o território concreto se tornou menos significativo que o território informacional, Raffestin (1988, p. 177) afirma: o território é uma reordenação do espaço na qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem enquanto pertencente a uma cultura. O território pode ser considerado como o espaço informado pela semiosfera [esfera da produção de significados].

Uma das expressões frequentemente utilizadas tanto nos textos das políticas públicas quanto em artigos acadêmicos é a de “território nacional”. A base da expressão são as dimensões de uma determinada Nação. A partir daí se configuram complexos menores sob a forma de Estados e Municípios. Em cada uma dessas unidades se fará presente certa autonomia relativa, ou, melhor afirmando, independência administrativa, voltada para a gestão das demandas e necessidades dos indivíduos e grupos de indivíduos que habitam dentro daqueles limites territoriais.

A materialidade artificial pode ser datada, exatamente, por intermédio das técnicas: técnicas da produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política e, também, técnicas da sociabilidade e da subjetividade. As técnicas são um fenômeno histórico. Por isso, é possível identificar o momento de sua origem. Essa datação é tanto possível à escala de um lugar, quanto a escala do mundo. Ela é também possível à escala de um país, ao considerarmos o território nacional como um conjunto de lugares. (SANTOS, 2006, p. 90)

Assim, a formulação “território nacional” indica as delimitações do espaço político e jurídico de atuação da gestão pública, ou seja, as fronteiras dentro das quais as decisões são obrigadas a se movimentar. Porém, na dimensão da vida cotidiana, as individualidades, na busca de atendimento as suas necessidades

objetivas tendem a frequentemente extrapolar o “território nacional”, uma vez que os moradores de uma determinada localidade precisam sobreviver, e, diante disso, desenvolvem estratégias para ter acesso aos mínimos sociais para sua subsistência.

Objetivamente, todos os indivíduos vivem em um determinado espaço que se configura, enquanto território, de modo mais geral, sob a forma de estado Nação. No entanto esta é uma leitura bastante ampla de território, uma vez que dentro de um determinado país, temos diversas diferenças regionais, e mesmo dentro das regiões, temos diversas situações socioeconômicas distintas. E neste aspecto não há apenas uma composição do território, pelo contrário, ele é polissêmico.

O caráter polissêmico do conceito de território foi apontado por Haesbaert (1997, p. 39-40), o qual demonstrou serem três os empregos recorrentes do conceito: o território político-jurídico, representado, mormente, pelo Estado-nação; o território econômico, relacionado a fontes de recursos, fruto do embate entre “classes sociais e da relação capital-trabalho”; e, por fim, o território cultural, tomado enquanto produto da apropriação simbólica e/ou da identificação no/com o espaço.

Sob a forma de propriedade privada, a “terra” é explorada diferentemente no espaço rural e no urbano. Para efeito deste estudo, a atenção está centrada no espaço urbano e, no processo de investigação, adotaremos no lugar da terminologia terra, a de território, explorando, inclusive, seu caráter polissêmico. Colocamos-nos, assim, em sintonia com as abordagens mais recentes encontradas frequentemente nos autores contemporâneos que se debruçam sobre o problema.

Uma abordagem sobre o problema é fornecida por Marcos Aurélio Saquet:

O território é compreendido como Estado-nação, a partir do momento em que há uma organização social para sua defesa. Assim o Estado e o território têm limites e fronteiras maleáveis. Há expedições de conquista de Estado, ultrapassando as fronteiras pré-estabelecidas. O território, portanto, é entendido como substrato/palco para efetivação da vida humana, sinônimo de solo/terra e outras condições naturais, fundamentais a todos os povos, selvagens e civilizados (sob domínio do Estado). (SAQUET, 2004, p. 124)

Se considerarmos o território como processo histórico, temos que considerá-lo então como processo de reprodução da sociedade e dessas relações, para nos afastar de qualquer concepção metafórica de espaço geográfico, que coloca o território como uma composição natural. Para aqueles que se ocupam de uma apreensão da realidade empírica, que se afasta de uma mera descrição, se coloca

em questão uma vertente no qual temos relações de dominação. (SAQUET, 2004, p 122)

Portanto, “os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social” (SAQUET, 2004, p 123) Este se desenvolve nesse processo de modo temporário ou permanente, em diferentes escalas, portanto não se limitam a dimensão “território nacional” ou “Estado-Nação” como instituído pelos Estados. Um indivíduo não se territorializa pelo título de naturalidade que recebe em seu registro civil, mas pelas relações que desenvolve ao longo de sua trajetória humana.

Além desta primeira aproximação, Saquet apresenta outros elementos para a compreensão do território. Diz o autor:

O território, assim, além da área, formas espaciais etc., é a conexão, articulação, e o fruto e condição da dinâmica sócio- espacial. É marcado pela especialização produtiva local e, ao mesmo tempo, pela agregação territorial, por mudanças/ inovações e por permanências sociais e territoriais. [...] Deste modo o território, aqui, tem uma ênfase no econômico e é compreendido como produto e condição social, além se ser entendido como áreas e formas espaciais. Explicitamente é econômico e, implicitamente também é político e cultural, conhecimento, experiências locais. (SAQUET, 2004, p. 131)

Outra abordagem aqui selecionada é fornecida por Dirce Koga. De acordo com a autora:

O território também apresenta o chão do exercício da cidadania, pois a cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais se tornam evidentes entre cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais. (KOGA, 2011, p. 33)

Koga atenta ainda que os estudos sobre território se tornaram tão amplos e diversos que o conceito transcendeu o campo da geografia:

A noção de território hoje ultrapassa os limites da geografia, sendo concebida e utilizada pelas ciências sociais, políticas e econômicas. [...] a noção de território se constrói a partir da relação entre o território e as pessoas que dele se utilizam. Esta indivisibilidade hoje se mostra com uma particularidade extremamente fecunda quando observamos a intensa dinâmica das populações no território. (KOGA, 2011, p. 35-36)

Relacionada à subjetividade, a dimensão da proteção social também faz parte do território, pois diz respeito às relações interpessoais que se estabelecem entre os habitantes, moradores que se identificam entre si e com o próprio local. Este sentimento de identidade está na base do que Robert Castel trata sob a expressão “proteção próxima”, adotando como ponto de partida da análise a sociedade feudal. A inscrição territorial destaca-se nessa análise de Castel como a referência do sujeito na sua identidade pessoal, social, garantindo a sua sobrevivência a proteção, constituindo-se nas “redes de relações primárias.” (KOGA, 2011, p. 60)

A relação entre a noção de comunidade e a proteção ou solidariedade traz em seu seio o contraponto da característica limitadora presente nesse conceito de comunidade. ou seja, significado de proteção social é garantia somente aqueles que fazem parte da comunidade referida. Neste sentido a dimensão de território é colocada em sua função de circunscrita de delimitação do espaço ao qual pertence uma determinada população e os outros são colocados como estrangeiros, transeuntes simplesmente. [...] Na análise de Castel, tendo como foco a sociedade francesa [...] a proteção e a assistência social é sempre referida e preterida aos que fazem parte da comunidade. (KOGA, 2011, p. 60)

Das passagens selecionadas é possível observar certa unidade entre a abordagem dos referidos autores. Em primeiro lugar, a preocupação em pensar o território à luz de relações sociais que nele se constituem. Assim, ao considerar o território como categoria de análise, os autores reconhecem a impossibilidade de refletir sobre a ação econômica, política e social dos indivíduos sem a sua existência.

Outro ponto a destacar é a importância dada à relação do território com o campo dos direitos sociais. Nesta perspectiva, a cidadania dentro do território é conquistada por meio de lutas, através de embates. Assim, todo território usado é marcado pela presença de relações sociais contraditórias, uma vez que nela circulam interesses de classe distintos.

Percebe-se, pois, nos diversos autores a atenção em pensar o território e o campo conceitual que o envolve como expressões sociais dentro de um determinado espaço e tempo, no qual se desenvolvem relações de poder e, portanto, de dominação. (CURY, 2019, p. 55)

Por fim, o entendimento do território, ganha importância, nos últimos anos, a noção de descontinuidade territorial. Importante destacar nesta análise de Cury que ele apreende a complexidade do território à luz das relações sociais marcadas pelo

poder, pelas forças, organizações e instituições, pela vivência, continuidade, igualdade e descontinuidade. Em outras palavras, suas múltiplas dimensões não se dão em relações lineares, mas em um complexo dialético determinado. (CURY, 2019, p. 55)

É à luz desta compreensão do espaço transformado pelo homem que se pode compreender o conceito de território usado utilizado por Milton Santos. Persegue assim, com esta definição, abordar todo o complexo das relações que o formam, o que não se resume, portanto, ao espaço geográfico ocupado. (SANTOS, 1999, p. 7)

As considerações sobre 'território usado' são fundamentais nas concepções de Santos (2005, 2004, 2000, 1999), sendo discutido para além do espaço geográfico em sua estrutura material. De acordo com esses entendimentos, o território usado é sinônimo de espaço humano, isto é, de espaço habitado. Neste sentido para compreender esse conceito, devemos traçar algumas reflexões sobre o espaço geográfico, uma vez que esse é anterior ao território, entendendo-o como uma instância social.

De acordo com Milton Santos:

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí, o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. (SANTOS, 2000, p 3).

Acrescenta ainda, na continuidade de sua análise:

O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso. [...] Um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recria estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. (SANTOS, 2000, P 12-13)

Desse modo, é possível verificar no tratamento de Santos que:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas, superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 1999, p. 7)

Neste mesmo sentido, em seus dizeres Santos da continuidade reafirmando que é possível dizer que, para ambos, a terra só assume sua importância histórica na medida em que é transformada continuamente pelo homem, ou seja, assume a dimensão de território usado. (SANTOS, 2000, p 13)

Enquanto espaço de habitação, o Jardim Campos Verdes não se constitui em elementos estáticos ou previamente estabelecidos, mas como território usado. Ele é construído por relações sociais que o permeiam e que se encontram entrelaçadas com a dinâmica mais geral da sociedade em sua totalidade. Apesar disso, há de se considerar que, no plano local, os indivíduos constroem identidades de pertencimento àquele lugar, em suas trocas materiais, espirituais e exercício de vida. (SANTOS, 1999, p. 7)

Podemos afirmar, segundo o pensamento desse geógrafo, que o espaço geográfico é uma instância social, quando se constitui como território com suas funções sociais, e assim como sua instância econômica, cultural, política, dentre outras.

Foi por isso que propusemos considerar o espaço geográfico não como sinônimo de território, mas como território usado; e este é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas. Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial. (SANTOS, 2000, p. 104)

Para a Geografia, o espaço é seu principal objeto de estudo, portanto de extrema importância. Ao propor que a compreensão deste elemento material, segundo as concepções de Santos, deva ser realizada considerando como uma instância social, transformado pelos homens, por meio de suas relações e ações, amplia o estudo de categorias do espaço geográfico enquanto território, lugar, região, paisagem. Nesta perspectiva abre a possibilidade de aprofundamento do diálogo entre a Geografia e as demais disciplinas do conhecimento. Propõe um conceito indispensável para a compreensão do funcionamento do mundo contemporâneo dominado pela globalização, não mais fundamentado e visão reducionista do “espaço como teatro das ações humanas”. (SANTOS, 2005, p. 21-22)

Neste sentido, o autor afirma: “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 1994, p.16).

No tocante ao território, o citado geógrafo brasileiro em diversos momentos elucida que se deve considerá-lo por meio de seu uso, isto é, mediado pelas relações humanas. Portanto, percebe-se que este elabora sobre esta categoria de análise social, propondo ainda que o território usado seja compreendido como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, uma vez que faz ligações com a totalidade do mundo globalizado.

É o uso do território, e não o território em si, que faz dele o objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é pois fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco da renúncia ao futuro. (SANTOS, 2005, p.137)

Partindo da compreensão global como constituindo um conjunto de possibilidades e, sugerindo que o espaço geográfico seja tomado como uma categoria de análise social, no qual temos território usado como abrigo de todos os indivíduos, instituições e organizações, ele ganha o sentido do “espaço banal”, proposto por Santos como uma retomada da ideia do economista François Perroux. Esta proposta comporta as “verticalidades”, formados por espaços distantes ligados por todas as formas e processos sociais: “as redes” (SANTOS, 2005, p. 139)

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divertes ou opostas. (SANTOS, 2005, p 139)

O território usado é uma categoria que possui relevância por seu aspecto integrador, sobretudo no planejamento da gestão intersetorial, evidencia impossibilidade teórica, técnica e política da intersetorialidade, quando se nega que o território é fruto da espacialidade humana e das relações sociais. A resposta está exatamente em admitir o território como uma possibilidade de agregar esta unidade. Para Santos (2005) o espaço geográfico é uma totalidade dinâmica, produto das múltiplas totalizações a que está contido no processo histórico em desenvolvimento.

Nos diversos segmentos das políticas públicas, embora seja amplo a discussão sobre territórios e territorialidades, ainda há uma dificuldade por parte dos gestores em implementar ferramentas operacionais que integrem os territórios, em

escala municipal, estadual ou nacional, visto que é no território que os indivíduos materializam suas necessidades cotidianas. (SANTOS, 1994)

Desse modo, podemos afirmar que o território por si próprio não é algo singular para as análises, mas sim o uso que se faz dele, como nos demonstra o autor. Assim sendo, ao se atentar para o uso do território, compreendem-se os diferentes interesses dos diversos agentes sociais que, relacionando-se entre si, atuam no processo de territorialização. (SANTOS, 2005, p. 142)

Sob essa perspectiva está marcado pelo trabalho humano, mediado por relações de poder entre os homens e do meio que os circula. Do mesmo modo, o território usado, também revela ações estatais que são postas em diversos contextos, privilegiando os interesses das classes hegemônicas.

Mais uma vez, devemos insistir na relevância, hoje, do papel da ciência, da tecnologia e da informação. Tratando de território, não basta falar de mundialização ou globalização, se desejamos aprofundar o processo de conhecimento desse aspecto da realidade total. O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos suma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. (SANTOS, 2005, p. 138)

Portanto, temos como elemento indispensável contextualizar o imperativo do conhecimento do sistema, por meio das análises deste aspecto fundamental que é o rever a realidade de dentro, isto é, indagar a sua própria constituição no momento histórico no qual está inserido. O discurso e a metáfora, isto é, a literatura do conhecimento, pode vir depois, deve vir depois. (SANTOS, 2005, p. 143)

A arena da oposição entre o mercado –que singulariza– e a sociedade civil –que generaliza– é o território, em suas diversas dimensões e escalas. Por enquanto, o lugar –não importa sua dimensão– é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência a escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território). Antes, é essencial rever a realidade de dentro, isto é, interrogar a sua própria constituição neste momento histórico. (SANTOS, 2005, p. 143)

A atualidade coloca um cenário que revela a necessidade de se refletir sobre os diferentes territórios, para, assim, buscar compreendê-los. O momento presente é marcado pelo movimento de globalizações e pelas fragmentações as quais, geralmente, apresentam-se respectivamente, o que torna um desafio o conhecimento e a compreensão dos diferentes usos dos territórios.

Por fim, se ressalte que as territorialidades compõem uma realidade dinâmica, na qual temos a necessidade de articular a percepção que os moradores de um determinado espaço têm de seu lugar de moradia e, por outro lado, o conhecimento científico que se pode extrair desta percepção imediata da realidade. Segundo Gramsci (2001), não é o conhecimento científico que vai responder mecanicamente a existência do homem da vida cotidiana e muito menos a existência da vida cotidiana que vai aportar as respostas para o campo da ciência. O autor coloca que é necessário fundir senso comum e ciência para termos uma práxis consequente, portanto uma filosofia da práxis.

Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivida), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; cria-se o “bloco histórico”.(GRAMSCI, 2001, p. 32)

Neste sentido, o da complexidade do território, a apreensão mais atenta revela que, em sua constituição, há processos intimamente ligados à estrutura de classes e suas complexidades, o que acaba por se expressar em formas de manifestar-se, por exemplo, nos conjuntos habitacionais analisados, certas relações no âmbito da produção e reprodução da vida cotidiana dos indivíduos que fazem usos desses espaços delimitados.

Pode-se dizer, então, que o território engloba as relações de poder que se inserem em diversas dimensões concretas e objetivas. O produto de determinadas relações sociais de produção, as quais dão origem a desdobramentos que atingem tanto os indivíduos isoladamente quanto as classes sociais às quais pertencem. A identidade social dos indivíduos se constrói dentro de uma realidade determinada, onde se deparam com limites que buscam ultrapassar e desenvolvem estratégias de sobrevivência.

Parte constitutiva do território usado é composta pelos serviços públicos, estruturados na ideia de georreferenciamento, que é frequentemente utilizado para tratar da demarcação de terras rurais. Contudo, ele tem sido amplamente utilizado pela literatura como um instrumento apropriado para a elaboração de iniciativas da gestão pública. No caso do município, é a partir de suas delimitações territoriais que se implementa o georreferenciamento no âmbito de organização e gestão das políticas públicas.

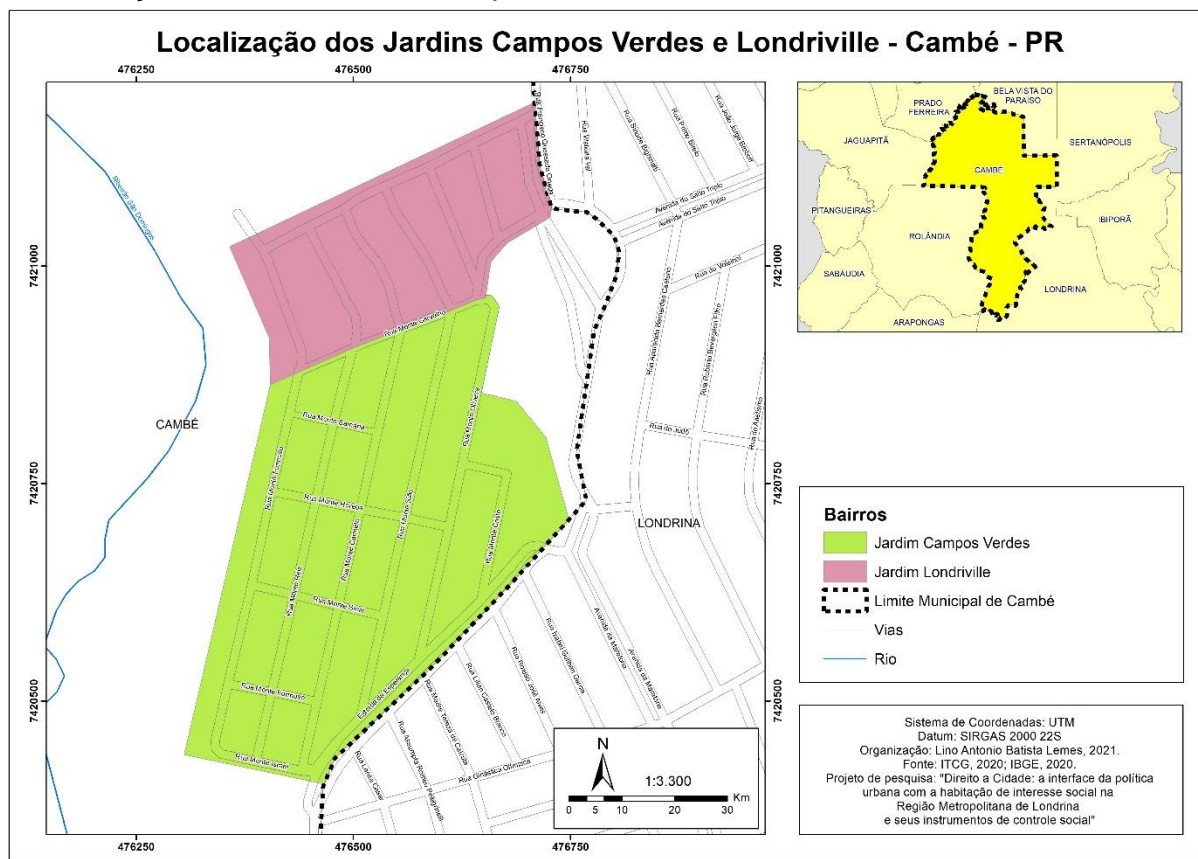
Necessário assinalar, no entanto, que o georreferenciamento não é um mecanismo perfeito, uma vez que pode ser em certo grau burlado por uma das partes interessadas. A fim de verem suas demandas atendidas, não está descartada, para os indivíduos, a hipótese de utilizarem, por exemplo, o endereço de um parente ou familiar próximo e, mesmo, conhecido, a fim de poder acessar um atendimento que é mais restrito em sua região de origem ou área de abrangência.

No caso do território estudado, o Jardim Campos Verdes, como já mencionado, por se tratar de uma área conurbada com a cidade de Londrina (figura 2), esses mecanismos não estão ausentes. Por possuir alguns equipamentos e serviços públicos com sua estrutura mais organizada, isto acaba induzindo à prática de estratégias alternativas, tais como atestam comprovação de moradia que se encontram localizadas não em Cambé e sim no município vizinho, isto é, Londrina, para ter acesso aos serviços.

A figura 2 evidencia esse fenômeno da conurbação que delimita o Jardim Campos Verdes e a Ocupação Londrville com a cidade de Londrina, cujo limite é apenas uma rua que separa as duas cidades. Estruturado dentro da lógica burocrática o georreferenciamento, serve de norte para a construção das políticas públicas, porém, ele não atende às necessidades dos indivíduos de modo igualitário.

O processo de conurbação é um fenômeno acarretado pelo alto grau de desenvolvimento das cidades brasileiras que teve início, principalmente, após a década de 1960. Este crescimento desordenado nas áreas urbanas provocou vários problemas sociais e ambientais, assim como a evolução das relações institucionais e informais entre as cidades, o desenvolvimento econômico, contribuindo para a formação de regiões metropolitanas como o RML e a geração de conurbações. (POLIDORO, et al, 2009, p. 71)

Figura 2: Localização do Jardim Campos Verdes e Ocupação Londrville: demarcação dos limites de municípios



Fonte: Cordeiro, S., 2021. Arte Final. LEMES, L. A. B., 2021.

De acordo com as diversas leituras, no território afloram desigualdades sociais, e tornam mais claro que existem aqueles que exercem a cidadania plena e outros que a exercitam de maneira limitada. Podemos observar, também, a partir das passagens selecionadas, que a compreensão sobre o território exige reconhecer toda a conjuntura que está envolvida em sua construção conceitual.

Quando se pensa em fragilidades, tais como, a ausência de um planejamento de políticas públicas em uma das cidades conurbadas do complexo de regiões metropolitanas, o que obriga ao demandador de serviços transitar do território de origem para aquele dotado de maior infraestrutura, como no caso da cidade de Londrina. No caso do estudo envolvendo o bairro em Cambé, que teve sua origem de uma ocupação, ela se mostra útil para compreender as fragilidades das políticas públicas existentes neste município em relação à Londrina, cidade conurbada.

Neste sentido, vemos que há uma particularidade que diferencia o município estudado dos demais que compõem a RML, uma vez que nem todos formam conurbações com Londrina, e no que tangem políticas públicas não há um

planejamento que atenda as demandas nos territórios limítrofes, como aponta Polidoro (2009), ao afirmar:

Apesar da criação da Região Metropolitana de Londrina, a representatividade desta institucionalização em si, por meio de políticas públicas de desenvolvimento para as cidades da região, pouco ocorre. Diferente de outras regiões metropolitanas do Brasil – como em São Paulo, Recife – as cidades que formam este núcleo em Londrina não passam por conurbação intensa. Apesar da institucionalização da Região Metropolitana não depender unicamente do processo de conurbação, este é um dos fatores que acabam por tornar as relações das cidades limítrofes mais íntimas. (POLIDORO, et al, 2009, p. 71)

O território, como já assinalado anteriormente, é polissêmico, portanto, composto por uma malha de diversidades de relações objetivas e subjetivas, que manifestam em sua totalidade a correlação entre natureza e o social, ou seja, a forma como o homem transforma a sua dimensão não orgânica, isto é,<sup>8</sup> a natureza, em parte cada vez pertencente a sua existência cotidiana graças à mediação do trabalho. Portanto, o território é, também, fruto do trabalho. Esta dimensão social do território é resgatada por Haesbaert:

Encontramos aqui um outro debate muito relevante: aquele que envolve a leitura de território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade como a própria natureza). O território assim, desempenha um pouco o papel que cabia a região como grande conceito integrador na perspectiva da Geografia clássica. (HAESBAERT, 2009, p. 74)

Haesbaert (2009) ao colocar questões pertinentes a dimensão espacial e a territorialidade afirma que são elementos indissociáveis da vida humana. Diante disso, “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’” (HAESBAERT, 2009, p. 21). Portanto, as territorialidades são definidas pelas relações sociais que se desenvolvem no processo de acumulação de capital, o qual, em sua dinâmica, coloca à margem os trabalhadores, fomentando neles a necessidade de lutarem por mecanismos que favoreçam a mobilidade social, garantindo, assim, uma maior possibilidade de sobrevivência cotidiana.

---

<sup>8</sup> Item sobre o trabalho alienado (manuscritos)

Em síntese, a partir das definições anteriormente elencadas, fica claro que o território, para ser bem apreendido em suas especificidades, exige ser tratado para além de uma maneira simplificada ou mesmo dicotômica, isto é, existe ou não existe, serve ou não serve, etc. Observe-se, por exemplo, que a relação territorialização e reterritorialização é extremamente complexa, como têm atentado diversos estudos.

Mesmo quando certas análises partem de uma abordagem fenomênica desse complexo, focando exclusivamente na questão da terra, coloca-se a necessidade de avançar para além deste tipo de abordagem, o que implica compreender o que é determinante no uso da terra. Deste modo, criam-se as condições de superação da leitura que o território representa apenas o espaço geográfico. Em outras palavras, o espaço não é apenas terra, mas sim o local a partir do qual se estruturam relações sociais. O território, portanto, não se limita à definição de espaço geográfico, suas dimensões políticas e sócio-jurídicas, como as delimitações de limites de fronteiras de uma determinada unidade de Estado.

Considerando que o espaço é fundamental para todo e qualquer tipo de organização social em seus respectivos modos de produção. Na medida em que se desenvolvem as relações homem e natureza, mediadas pelo trabalho, desenvolvem-se também as forças produtivas, ou seja, quanto mais esse ser intervém no meio em que vive, ele produz e reproduz relações sociais, que são sempre determinadas, específicas e nesta perspectiva, construtivas do território.

Contudo, com a sociedade capitalista, a ocupação espacial adquire caráter não apenas quantitativo, mas também qualitativo, ou seja, não apenas a ocupação espacial se amplia como ainda se transforma. Partindo dos conceitos desenvolvidos, das aproximações iniciais ao conceito de território em suas múltiplas concepções, neste próximo item, vamos apresentar como estes processos se desdobram dentro das territorialidades humanas construídas materialmente em uma dialética constante de se territorializar, desterritorializar e reterritorializar.

## 2.1. TERRITORIALIDADE E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO

Quando se pensa a territorialidade, o território é colocado como um instrumento de padronização, no qual todos que vivem e compartilham um mesmo

espaço são vistos como congêneres, por estarem subordinados a um mesmo tipo de controle. Algumas regiões carregam um estigma, o de serem regiões empobrecidas e marginalizadas. As implicações disto são que os indivíduos têm dificuldade de arrumar emprego por morarem em determinado bairro. Devido à falta de asfalto as pessoas podem ter os “pés sujos”, o que gera uma dificuldade de acesso a diversos bens e serviços. Do mesmo modo que morar em uma determinada região pode fazer com que se articulem e assumam um papel de reivindicar por questões que necessitam. Como no caso do bairro urbanizado cuja luta pela posse dos lotes ainda está em processo. Isto aponta para que,

[...] toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identidade social é também uma relação política, acionando estratégia em momento de conflito e/ou negociação. (HAESBAERT, 2009, p. 89)

Partindo desse pressuposto, Costa (2019) analisa o movimento de territorialização dentro da temática da questão agrária e observa que a ocupação do solo está marcada por conflitualidades e contradições, em outras palavras, não se trata de um processo linear. Os aspectos conjunturais têm um papel significativo sobre o movimento da ocupação dos espaços urbanos. Assim como no campo, nos espaços urbanos também se faz presente por meio da luta de classes, que se materializa no processo de luta e resistência na formação dos territórios. Deste modo os indivíduos estão em um processo dialético de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (COSTA, 2019, p. 35).

O processo de territorialização não ocorre à margem da instância Estado. O Estado Nação promove a territorialidade no sentido de controle de acesso, e, também, no sentido de classificar as pessoas pelo lugar que nasceram, definindo a condição legal de nacionalidade de cada indivíduo.

O conceito clássico de território, identificado a Estado Nação foi superado, permitindo avançar para uma conceituação mais elaborada, ampla, porém não fragmentada, apesar dos múltiplos recortes disciplinares e problemáticas diversas que perpassam o tema. Costa observa que:

As contribuições das reflexões filosóficas são fundamentais para a noção ampliada de território, ou seja, a possibilidade de entender o território como expressão de um conjunto de dimensões imbricadas, ou sua

multiterritorialidade como expressão humana sobre a partir de um espaço material. (COSTA, 2019, p. 37)

A filosofia contribui para elevar o conceito simplista de território a um campo reflexivo, no qual se esmiúça todos os aspectos e assim admitir a correlação entre território material e imaterial. Sobretudo quando se busca compreender o processo de desenvolvimento das forças produtivas e suas relações sociais contraditórias que permeiam a materialidade da ocupação do espaço, o qual envolve desdobramentos na racionalidade estatal e nas políticas públicas.

O que temos a partir dessas inserções em sentido acerca do território é que a compreensão abarca tanto fronteiras quanto a população como um constituído a partir do processo histórico em um determinado espaço físico. É a partir das relações culturais, políticas e sociais estruturadas e estruturantes de grupos humanos, desenvolvidos a partir de seus lugares e itinerários que se constitui o território. (COSTA, 2019, p. 37)

Portanto as configurações na qual se estruturam os territórios são históricas e determinadas pela organização do modo de produção e suas contradições. Na contemporaneidade são tensionadas e se estruturam para atender as necessidades de expansão do capitalismo, assim se constituem a essência das relações culturais, políticas e sociais.

No tratamento analítico sobre o território torna-se evidente a preocupação em apreender e responder a respeito da relação entre espaço e sociedade, permitindo, assim, a inteligência em referência à dinâmica territorialização e desterritorialização e reterritorialização. Ao mesmo tempo, este debate coloca a necessidade de se apreender o máximo possível as relações sociais, econômicas, de poder e disputa entre classes.

Neste sentido, Haesbaert (2009) demonstra que a desterritorialização e reterritorialização, estão inseridos em um processo dialético, como um contínuo construir, destruir e reconstruir vínculos e identidades com determinados espaços, tanto no que se refere ao seu caráter material e objetivo, quanto simbólicos e subjetivos.

Anteriormente, demonstramos que o território é construído por relação de poder que compõem as suas bases materiais, neste sentido os indivíduos se inserem e a apropriam construindo múltiplas territorialidades como as relações de construção de identidades. Este processo está atrelado dialeticamente a

territorialização e a desterritorialização como desenraizamento e mobilidade (HAESBAERT, 2011, p. 96).

Nesta perspectiva a territorialização é construída tanto na relatividade deste espaço vivido, quanto a um sistema percebido no qual o sujeito se sente “em casa”. E ainda, resumidamente, desterritorialização é o abandono desse território, tal como reterritorialização é a ação de composição do território (GUATTARI; ROLNIK 1996, 323).

O território pode ser desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e de destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquímicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais. E a reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 323)

Podemos afirmar que este processo simultâneo forma um sistema pragmático, no qual segundo esta interpretação de Deleuze e Guattari (2010), propõem para repensar a subjetividade humana através da síntese que ele opera, para tanto, os indivíduos se compõem por conteúdos ou componentes não discursivos, como humanos que são forçados a reduzir seus interesses, como desempenho de uma máquina. Em função da manutenção da própria existência as estratégias e ações se desenvolvem nos movimentos concomitantes de territorialização e desterritorialização.

Quando a máquina territorial primitiva deixou de ser suficiente, a máquina despótica instaurou uma espécie de sobre-codificação. Mas a máquina à medida que se estabelece sobre as ruínas mais ou menos longínquas de um Estado despótico, encontra-se numa situação totalmente nova: a descodificação e desterritorialização dos fluxos. Não é de fora que o capitalismo enfrenta essa situação, pois ele vive dela, nela encontra tanto a sua condição como a sua matéria, e a impõe com toda sua violência. É este o preço da sua produção e repressão soberanas (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 51).

O território como resultado de uma conquista se revela por um processo de territorialização que se identifica com uma extensão da subjetividade, com um sistema de sentidos e significados, componentes individuais e coletivos de enunciação, enquanto a desterritorialização seria uma forma de decompor forças e funções, sem expressão constitutiva. Portanto, desterritorializar-se é abandonar,

fugir ou destruir os territórios originais, e a reterritorialização seria ir ao encontro e construir um território.

Na sociedade pós-moderna tem-se um comportamento multiterritorial. Antes, HAESBAERT (2011) afirma que a desterritorialização é a indicação de uma sociedade moderna com a natureza e essência capitalista e a revolução científica e tecnológica que lhe são próprias. A reformulação da lógica territorial estatal e do papel das fronteiras como espaços disciplinares configuram o advento de um movimento desterritorializador, próprios do mundo globalizado e capitalista. Emerge, assim, um espaço como dimensão de distanciamento ou esvaziamento do espaço e as geometrias e formas espaciais variáveis de poder.

Assim, como não “há um processo de compreensão do espaço-tempo, mergulhado nas múltiplas geometrias de poder, não há uma territorialização, mas múltiplas formas de (re)territorialização” (HAESBAERT, 2011, p. 169), no sentido de diferentes e lado a lado, ou seja, a multiterritorialidade como uma nova concepção de espaço-tempo.

A desterritorialização contemporânea revela a perspectiva de um conjunto discursivo, que Haesbaert (1995) coloca como territórios-rede e os aglomerados de exclusão. De maneira semelhante, a origem do termo nos remete a compreensão de que na contemporaneidade os fluxos e movimentos de saídas e entradas entre território é ininterrupto. Os territórios-rede se configuram como descontínuos, ativos, instáveis e capazes de, na lógica do desenraizamento, associados à continuidade de áreas e fronteiras demarcadas e com grupos enraizados.

Os territórios-rede seriam, ao mesmo tempo, um indicativo de desterritorialização e o caminho da reterritorialização. Já, os aglomerados de exclusão, outro formato da topologia territorial atual, são espaços tidos como fora de controle e envolvidos em processos de exclusão social e violenta insegurança (HAESBAERT, 1995). Estas afirmações nos remetem à territorialização do Jardim Campos Verdes, no qual seus moradores possuem uma insegurança por sua situação de ocupantes, na qual a não titularidade e posse de seus lotes os coloca neste movimento de desterritorialização.

Essas redes são considerados os conjuntos de pontos e ligações pelos quais se dá a mobilidade técnica, funcional ou simbólica, que facilitam o contato entre essas duas realidades, dos aglomerados e territórios e dos processos de desterritorialização e (re)territorialização.

Fica evidente que as redes podem atuar no sentido de territorialização, quando voltadas mais para a articulação interna do território (tornando-se seu elemento), quanto da desterritorialização, quando seus fluxos desestruturam territórios/ fronteiras anteriormente estabelecidos (e territórios 'locais' podem se transformar em elementos ou nós de redes) (HAESBAERT, 1995, p. 199).

Outra evidência da experiência de multiterritorialidade, são as classes com maior poder aquisitivo, que vivem em condomínios de alto padrão e usufruem de tecnologias, meios de transportes particulares, que se contrapõe a das classes subalternas, tocados por uma realidade multiterritorial que pode rescindir suas territorialidades identitárias por meio da desterritorialização. (HAESBAERT, 2011). Neste sentido seguimos nossos estudos explorando a formação do espaço urbano nesta composição de uma territorialização por relações subordinadas a um sistema formado de desigualdades sociais.

### 2.3 A TERRITORIALIZAÇÃO COMO ESPAÇO E TEMPO DO CAPITAL: FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Partimos da discussão conceitual do território. Agora, o estudo se propõe a avançar no sentido de explorar suas implicações para a compreensão para o processo de territorialização da cidade e como está se estruturando para atender também às necessidades do capital ao lado dos direitos de cidadania como ressaltado pelos estudos de Henri Lefebvre, em particular, seu livro *O Direito à Cidade* (LEFEBVRE, 2001).

O ponto de partida de Lefebvre está embasado nas reflexões de Marx a respeito da formação das cidades e de como esta vai se configurando a medida que o capitalismo se desenvolve. Assim, essa formação territorial, que é a cidade, visará atender em cada momento histórico às necessidades desse modo de produção.

Um dos traços da sociedade capitalista, fundamental mesmo para sua existência, foi o desenvolvimento das cidades uma vez que nela passaram a se concentrar os meios de produção, as forças produtivas e o próprio trabalhador, essenciais para a produção de mercadorias. Marx e Engels (1998) atentaram para que este processo de separação encontra-se intimamente ligado à maior divisão do trabalho material e intelectual:

A maior divisão do trabalho material e intelectual é a separação entre a cidade e o campo. A oposição entre a cidade e o campo, surge com a passagem da barbárie à civilização, da organização tribal para o Estado, do provincialismo para a nação, e persiste através de toda história da civilização até os nossos dias. (MARX, 1998, p. 55)

Neste sentido, Marx e Engels (1998) apontam que quanto mais se desenvolveram as forças produtivas, ocorreu uma maior divisão do trabalho, e esta, por sua vez, conduziu a uma separação mais intensa entre o meio urbano e o rural. O resultado dessa dinâmica foi não apenas uma divisão crescente das atividades, mas também a reconfiguração dos espaços nas quais se desenvolvem as práticas econômico-sociais.

Marx e Engels (1998) constataam, ainda, que ao lado do processo de separação entre o rural e o urbano ocorre simultaneamente a dinâmica inversa da articulação e aproximação das fronteiras entre cidade e campo. Por outras palavras, a indústria vai ao campo e o próprio campo se industrializa, ou passa a incorporar a lógica da indústria. Temos como exemplo a mecanização da ordenha de leite, confinamento de gado e aves, uso de novas tecnologias de produção e reprodução do gado, entre outros. No mais, se acentua a interdependência entre a agricultura, o agronegócio e a indústria, com os primeiros fornecendo as matérias primas para a industrialização.

É significativo lembrar que a cidade é o resultado de um longo processo de desenvolvimento histórico. De igual modo, vale destacar que a cidade não é específica ao mundo moderno, porém, neste, assumirá configurações próprias ao estar subordinada ao controle do capital.

Marx e Engels (1998), em suas análises, desenvolveram uma extensa discussão da configuração da cidade em outros tempos históricos, porém, direcionaram a atenção, fundamentalmente, para a transição da Idade Média para a sociedade capitalista. No entanto, o que nos interessa aqui é apreender a cidade na sociedade capitalista, uma vez que o espaço urbano e a reconfiguração de Cambé, passa pelo processo que territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

A cidade não apenas está separada aparentemente do campo, mas também nela subsistem novas separações, aquelas que opõem as classes sociais bem as que dividem o urbano em espaço público e privado. Mesmo entre os proprietários privados verificam-se interesses divergentes, ainda que não totalmente opostos no que refere às relações econômicas capitalistas em expansão. Trata-se, pois, neste

caso de oposição basicamente formal, pois, os donos do capital se entrelaçam como proprietários privados de mercadorias (insumos básicos ou industrializados).

Foi destacado anteriormente que a cidade capitalista resulta de um longo processo histórico, iniciado anteriormente à industrialização capitalista. Este elemento se coloca como ponto de partida para compreender a problemática urbana tratada por Henri Lefebvre em diversos estudos, como o seu clássico livro, ainda bastante atual, "O direito à cidade" (LEFEBVRE, 2001).

Para Marx (1998),

A cidade constitui o espaço da concentração, da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia seu oposto, o isolamento e a dispersão. (MARX, 1998, p. 55).

Assim como Marx, Lefebvre aponta que o espaço urbano não é ocupado de modo homogêneo pelas classes, mas de modo desigual. A ideia principal de Lefebvre é a de que o direito à cidade será fundamental para efetivar uma democracia no espaço urbano. O autor se propõe a discutir a vida urbana incorporando à discussão o direito. Mais precisamente, o direito à cidade como necessidade para o desenvolvimento das condições de humanismo e de uma democracia renovada. Nesta perspectiva, não pode haver verdadeira democracia social se a cidade pertencer a alguns e não a outros.

Um dos pontos para os quais Lefebvre chama a atenção se refere à maneira como os espaços que vimos tratando são explorados dentro do espírito de mercantilização do uso do território, inclusive dentro de uma dinâmica que produz vazios entre o rural e o urbano, favorecendo movimentos de especulação.

Lefebvre traz à tona também outra discussão relevante, isto é, a de tratar a urbanização e desenvolvimento das cidades, da perspectiva tecnocrática da planificação. O autor aponta para a realidade da expansão urbana trazida pela industrialização, que restringiu a perspectiva da cidade como um espaço amplo de vivências sociais. Nesta perspectiva, o valor de uso da cidade acaba por se subordinar à racionalidade da lógica econômica industrial. Ainda quando se pensa em configuração urbanística, está se restringe aos setores centrais e a quase total desatenção à realidade das periferias. (LEFEBVRE, 2001, p. 28)

Para o desenvolvimento de nosso estudo estas reflexões de Lefebvre sobre o tecnocratismo, a burocratização ou tecnificação do planejamento urbano são

importantes na medida em que consideramos a sua manifestação, no caso que nos interessa, nos Planos Diretores Municipais de Cambé, Plano de Habitação de Interesse Social, estruturados para responder aos problemas colocados no território. Estes documentos nos remetem a esta referência tecnocrata, com isso, não se pode negar a importância da planificação urbana. Elas são essenciais para a construção de respostas referentes, por exemplo, a espaços de lazer e cultura, dentro da perspectiva do direito à cidade, como analisado por Lefebvre (2001).

Do ponto de vista do poder municipal busca-se a ideologia de trabalhar a cidade como sendo um espaço igual para todos, o que se expressa, por exemplo, em monumentos característicos da expressão de um “patriotismo regional”, o qual Lefebvre coloca como “amor pela cidade”. Convém ressaltar que a ideia de amor pela cidade não suprime o fato que o espaço urbano continua a ser formado por espaços de desigualdades não apenas sociais, mas, precisamente, de classe. Os discursos de amor pela cidade, na prática, encobrem o fato de que os detentores dos recursos financeiros favorecem a construção de situações de oposição entre aqueles que possuem e aqueles que não possuem.

Escrito há mais de meio século, isto é, em 1969, a discussão elaborada por Lefebvre (2011) trouxe para o debate alguns referenciais que têm alimentado as reflexões sobre espaço urbano e território, até os dias atuais. Destacam-se as ideias de comunidade, urbanidade e tecido urbano. Este último conceito nos interessa em particular para o conjunto do estudo que desenvolvemos.

Com o referido conceito o autor busca apreender as relações que se constroem no âmbito da cidade, não apenas no que se refere à questão da moradia, mas também àquilo que remete aos serviços públicos e privados, tais como hospitais, centros médicos, farmácias e escolas. Essas interações se compõem por redes de malhas desiguais, nas quais os habitantes da cidade se apropriam de maneiras diferenciadas dos seus serviços. Diz Lefebvre:

Este território está encerrado num tecido urbano cada vez mais cerrado, não sem diferenciações locais e sem ampliação da divisão (técnica e social) do trabalho para as regiões, aglomerações e cidades. [...] Ao mesmo tempo, nesse tecido e mesmo noutros lugares, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (por unidade de superfície ou habitação). Ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas. (LEFEBVRE, 2016, p. 19)

Aprofundando suas reflexões sobre esse conceito, Lefebvre destaca igualmente que:

[...] o interesse do “tecido urbano” não se limita à sua morfologia. Ele é o suporte de um “modo de viver” mais ou menos intenso ou degradado: a sociedade urbana. [...] Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário “moderno”, o que comporta novas exigências no que diz respeito aos “serviços”. Entre os elementos dos sistemas de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade. (LEFEBVRE, 2001, p. 20)

A reflexão sobre tecido urbano, desenvolvida por Lefebvre, coloca em evidência como este se estrutura no que se refere à distribuição dos serviços públicos apropriados diferentemente pelas classes. Um exemplo são os bairros populares de um lado e os espaços higienizados de outro. Para ter acesso a esses bens e serviços, moradores de territórios que concentram contingente populacional de menor renda enfrentam maiores dificuldades.

O tratamento do problema que envolve a discussão que vimos construindo ficaria, contudo, limitada se fosse abordada tão somente do ângulo da posse ou não do território ou da propriedade ou não da moradia. Isto nos leva a introduzir um novo aspecto, não menos fundamental, para a compreensão do problema. Trata-se aqui da participação do poder público, que no Município atua como um “mini-Estado”.

#### 2.4 A OCUPAÇÃO DESIGUAL DO TERRITÓRIO: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Nosso estudo tem caminhado no sentido de explicitar que o território, embora forme uma unidade, não é homogêneo em sua distribuição e apropriação. Há de se reconhecer também, como o fez Henri Lefebvre, a sua divisão em espaço público e espaço privado. Assim tomamos como argumento que a dimensão pública não elimina o privado e vice versa. São complementares.

Temos, portanto, que o interesse geral e o interesse particular são opostos. As particularidades do território estão ligadas a lógica do movimento do capital. A partir do momento que é incorporada a propriedade privada, a posse da terra passa

a importar para o capitalismo. A terra passa a ter uma expressão monetária, pois “se pudéssemos ter a terra facilmente como o ar, ninguém pagaria renda fundiária.” (ENGELS, 1972, p. 13)

Outro ponto que assinala a vinculação do problema ao complexo social é o fato mesmo de que a discussão sobre o acesso à moradia está pautada por um princípio básico da sociedade capitalista, isto é, o uso da propriedade como propriedade privada, legitimada pelas ações e iniciativas de Políticas Públicas implementadas no município sob inspiração do poder federal.

O indivíduo despossuído, entre outras coisas, de moradia, não sai da condição objetiva e, sobretudo, continua residindo em geral em bairros distantes do centro da cidade, em locais com escassez de recursos sociais indispensáveis à reprodução da vida cotidiana.

A compreensão do valor incorporado a terra, através da ação humana se insere no sentido de tornar a terra produtiva. É nesse sentido que caminha a elaboração do pensamento de Marx e Engels (1998). A terra enquanto propriedade privada ou é explorada diretamente por seu proprietário a fim de extrair um valor da terra com a atividade, ou por meio de arrendamento, no qual alguém vai trabalhar nessa terra, fornecendo para alguém remuneração pelo uso daquela propriedade, ou seja, a renda da terra.

A questão da habitação deve ser pensada, no sentido de como esta se insere no circuito da produção e reprodução do valor. O território deve ser visto como um espaço ineliminável do ser social, que é a terra e, como é que este espaço é utilizado para aumentar o valor.

É sempre importante destacar que a ocupação territorial para habitação não é marcada por uma mesma dinâmica. Há diferenças, por exemplo, entre os territórios conhecidos pela denominação de conjuntos habitacionais, e os condomínios fechados, sobretudo os de alto padrão, existentes em Cambé.

Construiu-se, portanto, em Cambé uma nova segregação espacial, aquela que contrapõe condomínios fechados e os núcleos habitacionais. Embora, por vezes, condomínios e conjuntos estejam situados mais distantes do centro da cidade, a infraestrutura de que dispõem aponta, mais uma vez, para o caráter segregador na apropriação do espaço. As quais seriam as características que poderiam nos apresentar uns e para outros. Nos grandes centros urbanos brasileiros a criação de condomínios horizontais fechados foi um cenário que se

propagou nas últimas décadas em razão de alguns elementos básicos, tais como segurança individual e acesso a vigilância particular. (CALDEIRA, 2000)

Antes de entrar na discussão bairro a ser analisado, convém destacar que eles convivem com outra forma de segregação espacial, isto é, os condomínios fechados. Seguimos aqui as considerações de Kaztman (2001) citada por Cerqueira (2002):

O conceito de segregação socioespacial tem sido amplamente discutido na literatura urbana desde o início do século XX, sendo analisada através de inúmeras perspectivas como a localização residencial, o acesso às atividades urbanas e às oportunidades de trabalho. Dos *ghettos* americanos, passando pelas *banlieues* francesas, até as favelas brasileiras, os estudos acerca do tema procuram analisar não só as desigualdades sociais, mas também a dimensão espacial desse fenômeno. A segregação reflete então uma desigualdade de apropriação do território que gera a separação entre os diversos grupos da estrutura social no espaço urbano, associando desigualdades espaciais (a separação dos grupos no espaço físico) e sociais (que geram e reproduzem disparidades de apropriação do solo urbano). (KAZTMAN, 2001)

Sobre os condomínios fechados já existe uma vasta literatura, da qual foram selecionados aqui apenas alguns elementos. Observa-se, inicialmente, que:

Várias são as denominações para essa nova configuração do espaço urbano, como: “espaços públicos mortos” (Sennet, 1992), “desertificação dos espaços públicos” (Jacobs, 2000), “redução considerável da diversidade e heterogeneidade dos espaços de interação social interclasses” (Abrahão, 2008), “espaço residual entre edifícios e vias” (Borja e Muxi, 2003). Tais concepções nos remetem à perda da essência do espaço urbano das cidades, qual seja, a função de mesclar pessoas e diversificar atividades. de início que o reordenamento espacial vem junto com uma série de outras iniciativas. (LEVY, 2010, p. 101)

Para Levy, os condomínios são expressão direta de modificações que se processam nos espaços urbanos:

Tais transformações urbanas são acompanhadas pelas novas tecnologias de segregação social, oriundas da privatização da segurança, sobrepondo-se aos serviços e autoridades públicas, deslegitimando-os. Nessa perspectiva, o exercício da cidadania se torna ameaçado por um urbanismo não planejado e descontrolado em face do Poder Público e do Poder Econômico. (LEVY, 2010, p. 98)

Levy resgata ainda, para tratar da segregação urbana, uma ideia de Bauman (2006), segundo a qual:

Os condomínios fechados representam um isolamento e uma distância da cidade, ao levarmos em consideração a separação de pessoas consideradas inferiores do ponto de vista social. A este processo, o mesmo

autor denomina de mixofobia, ou seja, uma aversão ou medo da diversidade, tendo em vista a procura de um território isolado e homogêneo como os condomínios residenciais fechados. (LEVY, 2010, p. 99)

De acordo com Bauman (2006), textualmente citado por Levy (2010)

A homogeneidade social do espaço, acentuada e reforçada pela segregação, reduz a capacidade de tolerar a diferença entre os habitantes das cidades e multiplica as ocasiões que podem dar origem a reações mixofóbicas, o que aumenta os perigos da vida urbana, tornando-a mais carregada de ansiedade, em vez de mais agradável e fácil de viver. (apud *Ibid*, p. 46)

A estes estilos de moradia nos quais os indivíduos se isolam socialmente do restante dos demais espaços públicos abertos, prevalecendo a dimensão privada como modo de vida, Caldeira (2000) denomina “enclaves fortificados” ou “arquitetura da segurança”.

Por sua vez Raposo (2008) considera que:

Entre outros aspectos, os CFs: associam-se a fenômenos de globalização, a processos de reestruturação econômica, a uma nova estrutura social e a uma nova relação entre classes ou grupos sociais; assinalam a crescente preocupação com a questão da segurança; refletem mudanças culturais e o advento de novos estilos de vida; são signo do avanço da mercantilização e da racionalização da vida social; ilustram algumas das mais importantes transformações das esferas ideológica e política; constituem, por último, eles próprios, uma das múltiplas (novas) paisagens que compõem o panorama cada vez mais fragmentado da metrópole contemporânea. (RAPOSO, 2008, p. 110)

Vê-se, pelo exposto, como a proliferação dos “condomínios fechados” ou “enclaves fortificados” caminham em sentido contrário aos objetivos perseguidos pela Lei do Direito à Cidade. Na referida Lei existe uma previsão de que os conjuntos habitacionais novos e loteamentos que vão sendo ocupados para construções nos espaços urbanos, necessitam reservar espaços para o uso público, que serão transformados em praças ou outros equipamentos destinados ao uso coletivo naquele território. Entretanto, a existência dos referidos condomínios ou enclaves coloca esses espaços que deveriam ser de uso público como espaços privados que poderão ser utilizados apenas pelos moradores daquele local.

Além disso, é necessário considerar, como o faz Gomes (2002), citado por Levy (2010), que a dinâmica assumida pelo espaço público nas cidades, implicam ao menos em quatro processos de recuo dos direitos de cidadania, isto é, “1) a apropriação privada crescente de espaços comuns; 2) a progressão das identidades

territoriais; 3) o amuralhamento da vida social, e 4) o crescimento das ilhas utópicas.” (LEVY, 2010, p. 102).

A expansão dos condomínios nas diversas cidades, e em Cambé, não escapa a isso, forja uma espécie de duplicidade no que se refere à cidade. Ou seja,

Essas ilhas utópicas, portanto, funcionam como moradia com a vantagem da segurança da homogeneidade social, sendo uma cidade dentro da cidade. Assim, deparamo-nos com um espaço seletivo, controlado, limpo e regulado, em contraposição a um espaço aberto, inseguro, sujo e anárquico. (LEVY, 2010, p. 103)

Esse modelo de morar caracteriza um padrão de segregação espacial e desigualdade social, cuja regra da escolha da moradia passa pelo critério da renda salarial. Assim, ao mesmo tempo em que o Jardim Campos Verdes representou um movimento de ocupação de uma área privada da terra, ele também demonstra, com sua existência, a construção de um espaço hierarquicamente desigual. Este espaço contraditório se dá enquanto empresas privadas constroem loteamentos e condomínios dotados de infraestrutura, para aqueles que possuem poder aquisitivo de compra, e a outra realidade que existe para o território elencado é ocupar um espaço privado sem qualquer subsídio de habitação formal.

A infraestrutura necessária, neste caso, vem em caráter posterior à ocupação. Vale ainda destacar que os núcleos habitacionais de baixa renda tendem a surgir de dois processos, a utilização de terra pública ou desapropriada pelo município para a construção de empreendimentos habitacionais ou resultantes de uma ocupação irregular.

[...] a questão da apropriação das condições gerais de reprodução. e sua relação com a propriedade privada do solo - como objeto de disputa entre as grandes massas de trabalhadores, que lutam para ter onde morar, e os proprietários, loteadores e incorporadores que, com a finalidade de reproduzir seu capital especulativo, tributam a sociedade para ceder o monopólio de acesso ao valor de uso - terra urbana - produzida pela coletividade. (CAMPANÁRIO, 1984, p, 12)

Este contraste entre espaços abertos e fechados em uma mesma cidade é possível de ser visualizado tendo em consideração, por exemplo, a proximidade territorial entre o Jardim Campos Verdes e o Condomínio Morada das Flores, distantes 4,5 km um do outro e as diferentes estruturas vivenciais em cada um deles.

A difusão de enclaves fortificados é frequentemente orientada por um processo de exclusão social voluntária, no intuito de selecionar o acesso de determinadas categorias da população a determinado espaço e de distinguir os moradores de tais loteamentos em relação ao entorno urbano imediato. (CAPRON, 2004; LE GOIX, 2005)

A construção de muros e a adoção de tecnologias de segurança impedem a entrada de assaltantes, mendigos e outros indivíduos marginalizados, assim como permitem controlar a entrada de indivíduos a partir da identificação dos visitantes. Esse procedimento assinala aos não moradores que eles não pertencem ao grupo seletivo de indivíduos habitando intramuros. (CERQUEIRA, 2002, p. 4)

A Autoconstrução é uma tipologia, na qual o agente produtor da habitação é o mesmo que vai consumi-la, ela está inserida na lógica do valor de uso, e o tempo de construção é definido pelas possibilidades financeiras do proprietário. Em geral, conta com a mão de obra dos interessados e de amigos.

O território que é objeto deste estudo, oriundo de ocupação irregular, portanto se inicia pelo processo de autoconstrução da moradia, em sua maioria precárias, com restos de outras construções, madeiras e lona. Neste sentido, alguns estudos dos anos 1980, no Brasil, lançavam bastante a atenção ao problema da autoconstrução. (CAMPANÁRIO, 1984, p. 11)

No que se refere à questão da habitação em Cambé, nas análises apresentadas no Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), para essa tipologia se concentra na faixa de zero a três salários mínimos, estando presente principalmente nos bairros periféricos, na divisa com o município de Londrina (Jardim Novo Bandeirantes, Silvino, Ana Elisa, Riviera), em todo o vale do ribeirão Esperança (Jardim Santo Amaro, São Paulo e outros), no Parque Residencial Ana Rosa. Também sendo encontrada na zona norte e sul da área urbana. Nas proximidades do centro, está no Jardim Tupy e Santa Helena.

As moradias construídas, são habitações com características simples, “em geral com área inferior a 70 m<sup>2</sup>, construída em alvenaria, muitas vezes sem revestimento, com de tijolos com 6 furos, aparentes. Telhados de barro e de cimento amianto, com predominância dos primeiros.” (PMC, 2014, p. 186)

Não há registros quantitativos ou análises sobre essa prática de construção de moradia para a cidade de Cambé, mas sabe-se, no entanto, que ela se

intensificou a partir de meados dos anos 1980, quando da explosão demográfica da cidade.

Portanto, os moradores de baixa renda ficam à mercê de programas de governo, no qual a moradia já vem pronta com tamanho preestabelecido e suas respectivas especificações. Este foi o caso do Jardim Campos Verdes, onde os dois processos se deram, isto é, o da autoconstrução e o do financiamento de moradia pelo sistema do Programa Minha Casa Minha Vida<sup>9</sup> (PMCMV). Esta contraposição presente no bairro estudado, cujo início de sua formação se baseia no processo de autoconstrução, em sua maioria de moradias precárias, na área ocupada, na qual os que lá residem aguardam o processo final de regularização fundiária. Esta é vista como garantia não apenas para a posse do terreno e da moradia como também caminho para a obtenção naquele território de melhorias necessárias, para além daquelas que já estão implantadas, como a infraestrutura e saneamento básico.

Isto é observável no território do Jardim Campos Verdes, no qual o processo de regularização fundiária se encontra em fase final. A regularização do imóvel se coloca como fundamental para que a população local possa reivindicar melhorias de infraestrutura no local para além daquelas atualmente existentes.

Considerando a formação do território no município, outro aspecto pertinente à análise remete ao fato de que os condomínios de alto padrão, habitados por indivíduos de maior poder aquisitivo, beneficiam-se de acesso a linhas de financiamento público bem distinto daquelas compreendidas pelas moradias

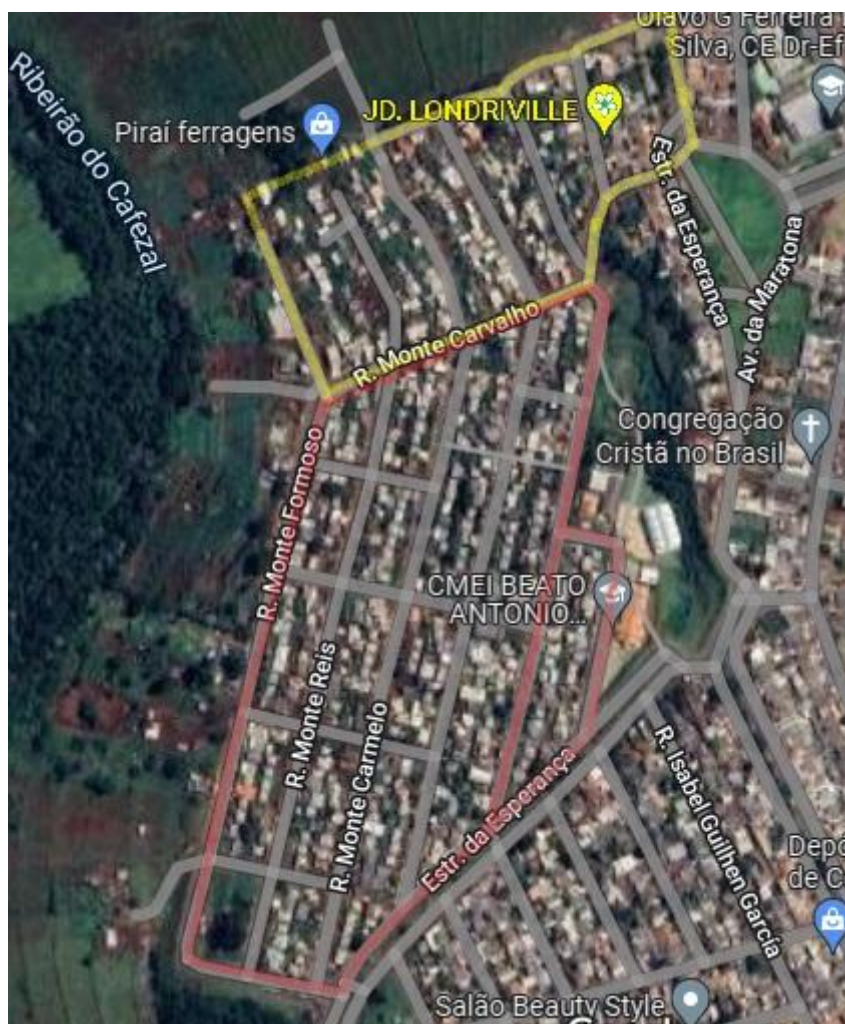
---

<sup>9</sup> O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi lançado em março de 2009 pelo Governo Federal e implantada pela Lei nº 11.977 de 7 julho de 2009, tendo como principal finalidade contribuir para a redução do déficit habitacional no país através da concessão de incentivos à construção e compra de novas unidades habitacionais. O programa foi formulado para atender a três faixas de renda: a Faixa 1 destina-se ao atendimento de famílias com renda mensal de até R\$1.600,00; a Faixa 2 a famílias com renda mensal entre R\$1.600,00 e R\$3.100,00; e a Faixa 3 a famílias com renda entre R\$3.100,00 e R\$5.000,00. No caso dos empreendimentos da Faixa 1, a demanda deve ser indicada pelos governos locais, e a construtora é remunerada pela execução do projeto diretamente pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), e as famílias beneficiadas responsabilizam-se por efetuar pagamentos mensais ao longo de um período de dez anos. Os valores pagos pelos beneficiários correspondem a uma parcela menor custo individual das unidades, cuja produção subsidiada pelos aportes do Orçamento Geral da União (OGU) para arcar com os custos do programa. Para a execução do programa, podemos citar como um dos agentes financiadores a Caixa Econômica Federal (Caixa). Os empreendimentos à Faixa 2 e à Faixa 3, são incorporadas construtoras que se responsabilizam pela comercialização das unidades. Os beneficiários celebram contratos de compra e venda diretamente com a construtora, o financiamento é concedido pela CAIXA com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). No caso da Faixa 2, os beneficiários contam com o abatimento de uma parte da entrada, o que caracteriza uma forma de subsídio direto não aplicável à Faixa 3. Fonte: FURATADO, C. COSTA, J. C. [et al.] O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: premiados trabalhos. – Rio de Janeiro: Centro Internacional de Políticas para o Desenvolvimento: Caixa Econômica Federal, 2011

populares. Além disso, os condomínios de alto padrão dispõem de espaços de lazer individual dentro dos lotes residências e, não raras vezes, espaços coletivos (piscinas, quadras, salão de festas etc.). A realidade é outra no Jardim Campos Verdes, por exemplo, com casas de baixa metragem e escassos espaços coletivos, reduzidos a uma quadra, parquinho e academia ao ar livre.

Distingue ainda a ocupação denominada Londrville, apesar de sua proximidade com o Jardim Campos, sendo que este passou por processo de regularização fundiária, ou seja, se encontra mais estruturado, enquanto o Londrville não possui nenhuma estrutura. Na figura 3 é possível visualizar a localização desses dois territórios.

Figura 3: Localização Jardim Campos Verdes e Londrville, 2022



Fonte: Google Maps, 2022. Org. A Autora, 2022

Outro aspecto relevante se refere às casas construídas no Jardim Campos Verdes, pelo projeto de regularização, comparados a realidade dos condomínios de alto padrão de Cambé, no que se refere à construção da habitação, compõe uma espécie de segregação arquitetônica no sentido de que as casas são moldadas em um único padrão, sem nenhum estilo mais elaborado de construção. Exceto as que resultaram de autoconstrução, as residências são entregues prontas e construídas de forma idêntica.

Essas diferenciações, o que caracteriza os núcleos habitacionais de baixa renda e os de alto padrão, nos colocam em evidência que a questão territorial está além de sua localização geográfica, mas há um complexo social que molda um padrão de distanciamento evidente entre os que possuem e os que não possuem os recursos monetários adequados e suficientes para a construção de moradias que permitam uma melhor qualidade de vida a seus moradores. Neste sentido, Campanário (1984) argumenta que:

Se é a distribuição do preço da terra na cidade que determina onde as classes sociais têm que se localizar, é o dinheiro que o trabalhador pode dispender em habitação o que efetivamente estabelece no mercado o nível de preços da terra em cada zona da cidade. Portanto, entre a estrutura de renda da terra na cidade e o valor da força de trabalho, existe uma relação dinâmica, que certamente, escapa, se vista do ponto de vista estatístico. (CAMPANÁRIO, 1984, p, 24)

Ainda que este não seja o foco do estudo proposto, não se pode deixar de reconhecer que a moradia é um componente fundamental nos custos da reprodução da força de trabalho, mesmo quando as condições da moradia se apresentam como precárias.

Com níveis de renda muito baixos e excluídos dos sistemas privados e oficiais de financiamento habitacional, a classe trabalhadora encontra na periferia a fórmula para sua habitação: autoconstrução de moradias. [...] para a classe trabalhadora, a busca da casa própria - mesmo que implique maiores distâncias a percorrer, baixa qualidade nos serviços urbanos e, em muitos casos, horas extra de trabalho (que não são contadas como salários) para construir moradias e reforçada pela regressiva estrutura de mercado de aluguéis. (CAMPANÁRIO, 1984, p, 26)

A estrutura dos preços da terra nas cidades indica que as classes de menor poder aquisitivo, não têm outra opção a não ser morar na periferia, em casa própria ou alugada. A classe trabalhadora se depara, constantemente, com diversas incertezas para manutenção de sua força de trabalho, entre elas incerteza de

emprego futuro, vínculos empregatícios formais frágeis ou inexistentes, baixa renda e em relação à moradia, altos preços da terra, entre outros. Este fato resulta em intenso processo de segregação espacial como afirmamos anteriormente, padrões de vida precária como afirma Campanário (1984) no trecho a seguir:

As classes populares dependem cada vez mais dos equipamentos e serviços públicos para a sua reprodução. No entanto, a forma como atual de suprimir as comunidades de tais equipamentos e serviços traduz-se, imediatamente, numa altamente especializada divisão do espaço urbano que reserva suas unidades de reprodução pior equipamentos justamente para aqueles que são menos favorecidos em seus rendimentos. (CAMPANÁRIO, 1984, p, 26)

Outra insegurança apontada pelos autores no caso das moradias em ocupações irregulares é a situação da posse dos lotes ocupados, assim os moradores não podem vender ou herdar legalmente, e correm o risco de desapropriação, uma vez que estão desprotegidos juridicamente. A administração municipal não se compromete em instalar eletricidade, água, esgoto, e outras formas de saneamento básico, asfalto, construir escolas e Unidades Básicas de Saúde, entre outros. Muitas vezes nesse processo travam-se embates entre a população que ali reside o poder público, na busca por acessar direitos de cidadania e a regularização do loteamento. (EVERS, 1984, p. 35)

Temos, portanto, a evidência de uma divisão social do espaço, isto é, as classes trabalhadoras não ocupam determinados espaços por escolhas subjetivas, mas pela relação da distribuição da renda. As “classes subalternas”, não tem outra opção senão se estabelecer nas zonas centrais da cidade, as quais ficam submetidas às regiões onde se paga uma renda mínima.

É contrapondo-se a esta perspectiva do espaço para poucos ou ocupado desigualmente que se situa o Estatuto da Cidade, promulgado pela lei federal de n.º 10.257 de 2001, com a finalidade de regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, os quais versam sobre a política de desenvolvimento urbano e da função social da propriedade. O intuito que marca a lei é o de democratizar a gestão das cidades brasileiras por meio da construção de instrumentos adequados de gestão. Destacam-se entre eles o Plano Diretor, obrigatório para toda a cidade com mais de vinte mil habitantes ou aglomerados urbanos. (BRASIL, 2001)

A preocupação com a gestão democrática da cidade assim como a função social da propriedade são marcas características do Estatuto de Cidade. De acordo

com o estatuto, compete ao município promover e controlar o desenvolvimento urbano respeitando a legislação urbanística, segundo o texto do Estatuto: a política urbana deve “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.” (BRASIL, 2001)

Assim, o Estatuto regula a estrutura da cidade e de um modo geral se orienta no sentido de combater essas distorções. Ele disciplinou parcialmente as regras para a existência dos conjuntos habitacionais carentes de estrutura mínima para serem aprovados e integrados ao complexo urbano.

Na teoria, o bairro analisado se beneficia da existência do Estatuto da Cidade, no que se refere ao direito de acesso aos equipamentos públicos (Bibliotecas, Centros Culturais, Museu, etc.) concentrados nas regiões mais centrais do espaço urbanos da cidade de Cambé. Assim, o Estatuto, com suas regulamentações, reforçou a necessidade desses territórios privados de acesso aos bens culturais coletivos sejam ligados aos complexos urbanos nos quais os serviços das mais diversas políticas públicas estão instalados. Um desses direitos básicos é o de acessibilidade garantida por transporte público. No entanto a realidade está distante de operacionalizar a previsão da lei.

O espaço urbano de Cambé passou por uma grande reconfiguração nas últimas décadas. Esta é uma tendência que acompanha as cidades nas quais se desenvolvem as relações capitalistas de produção. Conforme afirma Harvey (2005, p. 165), “o capitalismo produz uma geografia histórica distintiva”, portanto podemos afirmar que o movimento do capital configura o espaço seja ele urbano ou rural. Este processo de reconfiguração espacial verificado em Cambé é tanto o resultado, como também uma exigência que está atrelada aos processos sociais de transformação que viabilizam o desenvolvimento do capitalismo no município.

Do mesmo modo, a cidade de Cambé absorve as consequências contraditórias deste desenvolvimento, como é possível de ser verificado nas ocupações irregulares e suas configurações objetivas e subjetivas, que se encontram na base de formação do Jardim Campos Verdes. Portanto, este bairro analisado, não se encontra isolado no espaço, mas compõem o quadro mais geral “do processo de feitura da cidade, que é tanto produto como condição dos processos sociais de transformação em andamento, na fase mais recente do desenvolvimento capitalista.” (HARVEY, 1995, p. 165)

No estudo do território pelas diversas áreas de conhecimento, é comum fazer uma associação entre o território em si e o processo de produção capitalista, como se fossem duas coisas distintas. No entanto, é preciso compreender que estes processos caminham juntos. O processo de urbanização acontece em função do desenvolvimento do capital, sempre buscando atender seus interesses. Quando olhamos esses blocos, de modo isolado.

Esta questão é observada por Harvey (1995) quando afirma:

Com muita frequência, no entanto, o estudo da urbanização se separa do estudo da mudança social e do desenvolvimento econômico, como se o estudo da urbanização pudesse, de algum modo, ser considerado um assunto secundário ou produto secundário passivo em relação a mudanças sociais mais importantes e fundamentais (HARVEY, 1995, p. 165)

Neste processo, o Estado não se coloca como um agente passivo, uma vez que suas ações se entrelaçam com necessidades colocadas pelo capital. Na prática, ainda que o campo discursivo conduzido pelas administrações municipais priorize fundamentalmente a ideia de interesse popular, as políticas públicas, na prática, são formuladas para reafirmar as funções do sistema vigente e em prol do seu desenvolvimento. Nesse sentido, as políticas de habitação, enquanto programas de governo, assumem papel de mera formalidade, para atender àqueles que são detentores do capital e não, exclusivamente, os trabalhadores e famílias de baixa renda, que ocupam a moradia como um requisito necessário à reposição de suas forças de trabalho. A casa se torna uma mercadoria, da perspectiva do gestor público, porém, moradia, na dimensão do proprietário individual. Assim, convivem ao mesmo tempo, no caso da moradia, o caráter do valor de troca, uma vez que é mercadoria, e de valor de uso, posto que é um bem útil a ser consumido.

Esse papel dos programas de governo enquanto mediação para a realização da moradia como mercadoria norteia os programas de financiamento adotados. Assim, se entrelaça a dinâmica do capital com a implementação das estruturas públicas sociais que subsidiam a composição mínima formal desse território e seus entornos. Harvey atenta, neste sentido, que a urbanização é

[...] um processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas. Em uma sociedade vinculada por classes, como a sociedade capitalista, essas práticas espaciais adquirem um conteúdo de classe definido, o que

não quer dizer que todas as práticas espaciais possam ser assim interpretadas. (HARVEY, 1995, p. 170)

Desse modo, as políticas voltadas aos direitos sociais e de cidadania, como no caso da urbanização e construção de moradias populares, não possuem, em seus fundamentos, o objetivo de superação das situações por ela abordadas, mas são em geral medidas paliativas que contribuem para a manutenção da força de trabalho. Disto decorre a lógica técnico-burocrática da urbanização capitalista, como destaca Henri Lefebvre (2001) em seu livro “O direito à cidade”.

Harvey, por sua vez, mais recentemente, atenta para esses mesmos elementos, amplificando-os com a ideia de “empreendedorismo urbano”. Para ele, o poder público municipal envolve-se na atividade da expansão da urbanização e ao mesmo tempo isso favorece o desenvolvimento econômico diretamente relacionado com a produção e o investimento (HARVEY, 1995, p. 167). Portanto, vemos, neste contexto, que existem diversos poderes que se relacionam de maneira nem sempre harmônica. Não temos apenas a influência dos interesses locais, como no caso do poder público municipal, mas também forças externas aos interesses sociais, muitas vezes associados ao mercado.

O poder de organizar o espaço se origina em um conjunto complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais. É um processo conflituoso, ainda mais nos espaços ecológicos de densidade social muito diversificada. Numa região metropolitana, devemos considerar a formação da política de coalizão, a formação da aliança de classes, como base para algum tipo de empreendedorismo urbano. (HARVEY, 1995, p. 172)

Em determinado sentido se cria uma aliança entre os setores de classes para viabilizar, por exemplo, as diversas formações territoriais espontâneas ou criadas espontaneamente. Isto ocorreu no caso do Jardim Campos Verdes, por se tratar de área pública e na qual houve, após a ocupação, a intervenção da COHAB-Ld (Londrina).

Desempenhando o papel do que Harvey chama por “empreendedorismo urbano” por parte da gestão municipal, as Prefeituras atuam na promoção de áreas locais para atração de novos empreendimentos. O que acontece frequentemente no território de Cambé com relação aos conjuntos habitacionais. Ainda que tenham resultado de ocupação, portanto, de ação ilegal, isto não tem impedido as gestões municipais de ocupar espaço e imprimir a sua “marca empreendedora e

empresarial” (HARVEY, 1995, p. 167). Atuam garantindo as condições para que, mesmo sendo territórios de ocupação, estes passem a integrar a lógica de empreendimentos a serem realizados.

O “empreendedorismo urbano” passou a ser uma das características importantes do processo de expansão territorial das cidades, orientando, desse modo, as políticas públicas no setor e as estratégias de desenvolvimento municipal. Na medida em que não apenas gerenciam a situação, mas também implementam a expansão urbana com a construção legalizada de novos conjuntos, verifica-se a transição do administrativismo urbano para algum gênero de empreendedorismo, com a prefeitura se responsabilizando, inclusive, com a realização de asfaltamento, iluminação pública, entre outras melhorias.

O território de implantação dos conjuntos implica, também, dinâmicas específicas no que se refere ao movimento pendular de deslocamento da força de trabalho. No que se refere ao Jardim Campos Verdes, pela situação da conurbação existente e as limitações do mercado de trabalho em Cambé, grande parte da força de trabalho daqueles locais se desloca diariamente para trabalhar nos municípios vizinhos. Movimento pendular que se estende, também, no que se refere ao acesso de bens e serviços.

Um dos exemplos desse movimento pendular da força de trabalho pode ser observado com a demanda de uma empresa de Rolândia, no início de 2021, por contratação de 60 trabalhadores, em Cambé, garantindo, inclusive, fornecimento de transporte para os trabalhadores contratados.

Mas, os territórios do Campos Verdes, que atualmente é um bairro em processo final de regularização fundiária, e do Londrville, que continua como uma ocupação irregular, colocam outras determinações além da posse da moradia. Trata-se aqui, das questões de ordem simbólica e perspectivas de existência no território. Neste sentido, o território é marcado igualmente por percepções dos indivíduos que ocupam determinado lugar, construídas e desenvolvidas a partir de suas vivências e experiências cotidianas. (HARVEY, 1995, p. 171)

A configuração territorial da cidade de Cambé, assim como outros centros urbanos se configuram sob a forma de “cidade esparramada”, na qual inicialmente a cidade se desenvolve em uma região centralizada e após a criação de novos espaços a ocupação se estendeu sob essa forma afastada, que criam padrões. Portanto consideramos que este modelo de ocupação tem importância um tanto

com a organização da produção, como se estabelece nas relações sociais, assim como nas trocas de mercadorias e de consumo. Tais desdobramentos na esfera financeira e política estabelecem a amplitude na integração espacial da ação social. (HARVEY, 1995, p. 172)

Nas palavras do autor,

A formação da coalizão e da aliança é tarefa muito delicada e difícil, abrindo caminho para pessoas de visão, tenacidade e habilidade (como um prefeito capitalístico, um administrador municipal talentoso ou um líder empresarial rico) imporem uma marca pessoal sobre a natureza e direção do empreendedorismo urbano, talvez para moldá-lo até para fins políticos específicos. (HARVEY, 1995, p. 173)

Em primeiro lugar, o novo empreendedorismo tem, como elemento principal, a noção de “parceria público-privada”, em que a iniciativa tradicional local se integra com o uso dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes externas de financiamento, e novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego. Harvey indica que há neste comportamento adotado pelas administrações públicas um caráter de empreendedorismo. Para o autor essa tendência de empreendedorismo urbano se apoia na parceria público-privada e tende a focar mais em investimento de desenvolvimento econômico, “por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico, enquanto seu objetivo econômico imediato.” (HARVEY, 1995, p. 173 -175)

A mobilidade urbana é um dos problemas que se apresentam ao território estudado, sendo exemplificado pela ausência de transporte público. Neste ponto, os interesses mercantis se mostram em contraposição ao direito à cidade, quando se considera que os ônibus não entram no bairro obrigando os moradores a longas caminhadas para ter acesso ao transporte.

Diante desta ausência do Estado, e da não existência de Políticas públicas que viabilizem a mobilidade urbana, os indivíduos formam uma rede de apoio que se coloca a serviço a fim de atender suas necessidades imediatas. Ajuda mútua que se estabelece entre os moradores daquele local como uma forma de rede de solidariedade.

A exclusão social causada pelas precárias relações de trabalho nos remete ao fato que existem políticas públicas de modos insuficientes, para atenuar as desigualdades sociais. O cotidiano traz redefinições para a desigualdade social, e desta forma, as novas definições para as expressões da questão social se

reformulam e redefinem na sociedade e os indivíduos em suas territorialidades. Neste processo de territorialização é importante compreender a construção das territorialidades em sua construção sócio-histórica, como discutiremos a seguir.

### 3. POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO

Dentro de uma cidade podemos ter tanto uma parcela da população com renda mais elevada e ter outras condições nas quais os indivíduos são alocados, sem, contudo, dispor das mesmas condições públicas com relação àqueles que ocupam regiões mais centrais.

Nestes territórios, onde os indivíduos estão alocados, é possível também problematizar a questão da cidadania e verificar que para alguns há o exercício pleno, da condição jurídica de portador de direitos e deveres, ao passo que outros estão privados dessas condições e a duras penas, precisam lutar, junto ao poder público, para conseguir condições mínimas e adequadas de existência naquele espaço. É a partir dessa condição de desigualdade que se estabelecem, por exemplo, as lutas que são travadas dentro dos conjuntos habitacionais, aquele que elencamos para ser analisado, por este estudo. As ocupações expressam ou são uma das dimensões do não acesso aos bens de reprodução da vida social e, portanto, da questão social.

A discussão apontada por Engels permite fazer aproximações com as questões vivenciadas pelo Jardim Campos Verdes, o qual se originou por via da ocupação irregular do espaço que compreende o território que será analisado neste estudo. O movimento que deu origem ao Jardim Campos Verdes e logo a seguir o Londrville, expressa a luta pelo direito à cidade, e mais especificamente à moradia. É neste sentido que está colocada a busca de legitimação pelo uso social ao espaço.

Desse modo, a ocupação teria de se dar em um deste território. No caso do Londrville, a disputa se fez em cima de terreno da esfera privada, no Jardim Campos Verdes trata-se de um terreno da COHAB-Ld<sup>10</sup>. Porém é notória a

---

<sup>10</sup> A Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-Ld) é uma sociedade composta por ações de economia mista e foi criada pela Lei Municipal nº 1.008, de 26 de agosto de 1965. Está vinculada, à Prefeitura do Município de Londrina como entidade de administração indireta. O principal objetivo da COHAB-Ld é produzir e traçar diretrizes para uma política de desenvolvimento urbano e social do município. No sentido de atender às normas do Sistema Financeiro da Habitação e/ou Sistema Financeiro Imobiliário visa promover a produção e comercialização de unidades habitacionais, principalmente, de interesse social, de acordo com as normas e critérios estabelecidos pelo Governo Municipal e pela legislação federal; a promoção de programas de urbanização e/ou reurbanização de áreas, principalmente as ocupadas por favelas e habitações precárias, inclusive na aquisição de terrenos, amigável ou judicialmente. Aquisição, urbanização, administração e venda de imóveis destinados à industrialização e que possam promover a oferta de mão-de-obra em localidades de

proximidade entre os interesses públicos e o privado, razão pela qual não escapou à regra, em Cambé, que o município tenha sido chamado para resolver o conflito gerado por este tipo de ocupação. Quando esta propriedade é pública tem-se a possibilidade da regularização, como no caso do Jardim Campos Verdes, no qual o terreno e propriedade da COHAB-Ld que se dispõe a doar o terreno ao município de Cambé. No entanto, quando se trata de propriedade privada, as possibilidades de regularização são mais difíceis, como no caso do Londrville. Uma das dificuldades para a compra do terreno em questão remete aos valores indenizatórios de desapropriação. O montante financeiro oferecido pelo município de Cambé é considerado pelos proprietários do território ocupado como sendo insuficientes.

Essa irregularidade acarreta diversas situações para os moradores, uma delas é a questão do fornecimento de energia elétrica, por exemplo, pois a Companhia não disponibiliza seus serviços para uma área não legalizada que não está juridicamente constituída junto ao município. A luta pela moradia acaba por conduzir o problema para o âmbito das várias instâncias administrativas, (Federação, Estado e Município), pois há muitas questões legais que vão permeando a resolução do problema ou a sua atenuação.

O Estado, instância nascida dentro da sociedade, busca regular os conflitos de interesses distintos, inclusive aqueles envolvendo as classes possuidoras e não possuidoras. Nas palavras Engels (1984, p. 191), o Estado é “chamado a amortecer o choque e a mantê-lo no limite da 'ordem', a fim que a sociedade não se consuma numa “luta estéril”.

Ainda em processo de regulação fundiária, o Jardim Campos Verdes, não escapou à esfera da mercadoria, pois se constitui um mercado informal de compra e venda de residências. Neste sentido, a casa não possui apenas um valor de uso, mas também um valor de troca. Ao mesmo tempo este bairro reproduz dentro das condições atuais processos mais antigos ligados à expansão da urbanização que tende a marcar a “expansão das metrópoles modernas” conferindo “ao terreno situado em certas áreas, especialmente nas mais centrais, um valor artificial, que com frequência aumenta de forma colossal; os prédios construídos nelas, em vez de

elevar esse valor, acabam pressionando-o para baixo, porque não correspondem mais às novas condições; eles são demolidos e outros são construídos em seu lugar.” (ENGELS, 2015, p. 39). A consequência disto é que

Os trabalhadores são empurrados do centro das cidades para a periferia, as moradias dos trabalhadores e, de modo geral, as moradias menores se tornam raras e caras e muitas vezes nem podem ser adquiridas, porque nessas condições a indústria da construção civil, para a qual as moradias mais caras representam um campo de especulação muito mais atrativo, apenas excepcionalmente construirá moradias para trabalhadores. A escassez de locação com certeza atinge o trabalhador mais duramente do que qualquer classe mais abastada; mas, a exemplo do logro praticado pelo merceeiro, não constitui uma precariedade que aflija exclusivamente a classe trabalhadora e, na medida em que atinge a classe dos trabalhadores, tem de receber certa compensação econômica assim que chega a um nível determinado e a certa duração. (ENGELS, 2015, p.40)

Todo processo de territorialização está inserido dentro de um espaço e tempo, como apresentado pelos diversos autores citados no primeiro e segundo capítulo, portanto é construído por um processo histórico. Portanto o que ocorre no Jardim Campos Verdes é um exemplo de um processo de urbanização impulsionado pelas transformações na agropecuária norte-paranaense desde 1960-1970. Neste sentido compreender o processo histórico da expansão territorial do norte do Paraná e toda essa arte da formação socioespacial das cidades, é determinante para elucidar como essas cidades foram planejadas por seus colonizadores que originaram a cidade de Cambé na qual se insere o Jardim Campos Verdes.

### 3.1 FORMAÇÃO E EXPANSÃO TERRITORIAL DO NORTE DO PARANÁ E DO MUNICÍPIO DE CAMBÉ

A formação territorial do Paraná foi assinalada por meio de políticas públicas e privadas voltadas à ocupação e ao desenvolvimento da região paranaense. A região denominada do Norte do Paraná fez parte do planejamento de desenvolvimento promovido pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). Um breve estudo nos possibilita compreender o esquema de ocupação, para melhor apreensão do objeto. Deste modo coloca-se um breve levantamento dos acontecimentos da época e o que havia antes na região a ser adquirida e modificada pelas companhias colonizadoras.

A história da formação territorial do Norte do Paraná, não é descrita de modo uniforme, tendo em vista que existem versões diferentes presentes nos documentos oficiais e bibliografias, que são colocadas de diferentes perspectivas. Em sua maior parte, a história oficial do Norte do Paraná, e consequente da formação territorial de Cambé, exalta o pioneirismo, com uma história projetada a partir das companhias colonizadoras, que tem início a partir da década de 1930. Difunde a ideologia capitalista do avanço e progresso em terras férteis, com matas nativas a serem desbravadas e ocupadas de forma harmoniosa e pacífica.

Todos esses processos históricos para construção do então município de Cambé, aos olhos da CTNP e dos “pioneiros”, foram sendo desenvolvidos diante de um “vazio demográfico” cheio de perigos e árduos obstáculos que foram vencidos pelo ato heroico do colonizador, que trouxe o rápido desenvolvimento para o “sertão esquecido”, constituindo assim, uma sociedade pautada na ideologia do progresso e da civilização. (MENEGUSSO, 2017, p. 1383)

A história oficial que envolve um contexto de “exaltação ao pioneirismo”, remete à parcialidade da história de formação desse território, pois colocando um recorte no processo de colonização com a imigração para essa região do país. Isto ficou evidente na consulta às referências oficiais de institutos de pesquisas governamentais, muito utilizado e citado em pesquisas acadêmicas, como o IBGE, estão voltadas ao início da história do ponto de vista das companhias colonizadoras.

Merece evidência, entre as bibliografias consultadas, o relatório elaborado pela Companhia de Melhoramento Norte do Paraná (CMNP) sobre a colonização e desenvolvimento Norte do Paraná. Este é um documento elaborado do ponto de vista do processo de ocupação executado por uma das companhias colonizadoras. Este relatório apresenta um texto, cuja elaboração e organização foram atribuídas ao Jornalista Rubens Rodrigues dos Santos, citado na introdução e apresenta depoimentos de várias pessoas, como antigos funcionários da empresa; pequenos proprietários de glebas; comerciantes; profissionais liberais, imigrantes, que participaram do processo de colonização promovido pela CTPN.

O site da Prefeitura de Cambé apresenta um resumo que contextualiza a história anterior à colonização marcada pela presença dos povos indígenas, que viviam a base de caça, pesca, coleta de frutas, plantas e raízes e de uma agricultura rudimentar, de modo livre e com muita abundância, apesar das técnicas simples. Esses grupos indígenas que habitavam a região Norte do Paraná foram ao longo do

tempo conquistados e aldeados em áreas delimitadas pelo Estado. No entanto, não se deve interpretar essa conquista como um ato pacífico, mas como um ato brutal, com práticas de perseguição, escravidão e guerras. (CAMBÉ, 2014)

Ao analisar a história desse processo de ocupação territorial, vale ressaltar que, ao contrário do que indicam as interpretações de alguns autores, sobre a colonização das terras do Norte do Paraná, não se tratava de um espaço vazio, pois já havia habitantes neste lugar. Circunstância, a propósito, que interferiu diretamente na tomada de decisões das empresas colonizadoras. Anteriores a colonização planejada pelas companhias de terras, existiram outros acontecimentos que permearam todo processo de ocupação, alguns citados de modo velado ou fragmentado nos diversos textos, dentre estes podemos citar questões econômicas, socioculturais e ambientais. Este estudo, ainda que não esgote todas as vertentes possíveis e apresentadas, nos possibilita uma breve compreensão da formação dos paradigmas vigentes à época.

Na descrição de Monegusso (2017), há uma história que se inicia antes de 1930, antecedendo a interferência das companhias colonizadoras que chegam ao Paraná. Estes, entre outros autores, fazem referência a existência de evidências das quais não se pode desconsiderar a presença dos índios, de caboclos, entre outros habitantes, dessa região, que certamente formaram um movimento de resistência a essa colonização.

Buscamos nesse contexto demonstrar que a formação territorial do Norte do Paraná, e, portanto, do atual Município de Cambé se desenvolveu em um processo de desterritorialização e reterritorialização, uma vez que não eram terras vazias e inabitadas.

Menegusso (2017), em sua pesquisa, demonstra que a arqueologia comprova o povoamento por vários grupos humanos entre os rios Piquiri, Paraná, Paranapanema e Tibagi ao longo dos últimos 7.000 anos, antes do processo de colonização. Aponta que não existem terras na região sul do país que não tenha sido ocupada ordenadamente ou ocasionalmente por populações indígenas em diversos momentos históricos e em toda sua extensão geográfica. (MENEGUSSO, 2017, p. 1386)

Em “As Guerras dos Índios Kaingang: A história épica dos índios Kaingang no Paraná 1769-1924”, 2008, Lúcio Tadeu Mota mostra como a história da região norte paranaense foi construída a partir do discurso do vazio

demográfico, criado pelos geógrafos entre as décadas de 30 a 50 do século XX. Uma interpretação que simplesmente desconsiderou os povos indígenas, ao contrário do que apontam as pesquisas arqueológicas, fontes e estudos históricos mais recentes. (MENEGUSSO, 2017, p. 1386)

A autora aponta que há várias evidências históricas que comprovam a ocupação anterior a colonização das terras em questão. De acordo com o banco de dados do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN), a região do Baixo Tibagi, que abrange, além de outros municípios, Londrina e Cambé, estão cadastrados entorno de 80 sítios arqueológicos. Esses locais guardam um tesouro de muitos anos de história, às quais estão atribuídos “às tradições arqueológicas Umbú e Humaitá, relacionadas ao grupo dos caçadores-coletores e Tupiguarani e Itararé-Taquara, relacionadas ao grupo dos agricultores-ceramistas, esta última representada atualmente pelos Kaingang Xokleng.” (MENEGUSSO, 2017, p. 1387)

Partindo desta mesma compreensão, no que se refere a questão sócio-cultural das comunidades que ocupavam esta região antes à colonização da CTNP, YONEGURA (2010), em seus estudos sobre a questão indígena no Paraná e no Norte do Paraná, comenta que nos anos de 1925, restavam ainda algumas comunidades indígenas Kaingang, Guarani Kayová e Xetá.

Estas eram remanescentes de comunidades indígenas, que ainda não haviam sido confinadas em colônias controladas pelo governo imperial no século XIX. Naquele momento, a política relacionada à questão indígena estruturava-se da seguinte maneira: primeiro, os vários grupos dispersos na região, que eram de uma mesma etnia, seriam agrupados em aldeamentos controlados e vigiados pelas colônias militares, que por sua vez eram implantadas estrategicamente no interior dos territórios indígenas; em seguida, ocorria o processo de catequização e na sequência, a civilização dos mesmos através do trabalho; por fim, os territórios indígenas seriam apropriados para uso da sociedade. O argumento do governo era de que os próprios indígenas socializados seriam beneficiados. (YONEGURA, 2010, p. 28-29)

Neste mesmo sentido, entre as décadas de 1920 e 1930 do século XX, muitos indígenas ainda viviam nas florestas do norte, noroeste e oeste do estado, apesar de nessa época já estarem aldeados em São Jerônimo da Serra e Apucarantina. Muitos são os relatos desse período que falam sobre a presença de indígenas nas matas que estavam sendo transformadas em grandes cafezais. (MENEGUSSO, 2017, p. 1388)

Quando as ferrovias e estradas começaram a invadir o norte do estado, as famílias que ali se estabeleciam chocavam-se com os indígenas:

Os Kaingáng e Xokleng eram os que tinham maior capacidade de resistência e ficaram famosos na historiografia brasileira. Tanto no estado de São Paulo quanto nos estados do sul, os conflitos entre colonos e índios foram muitos. (TOMMASINO, 1995, p. 30).

A presença de populações indígenas no processo histórico do atual município de Cambé pode ser comprovada através de relatos etnográficos, pesquisas históricas e antropológicas como demonstram alguns estudos mais recentes. Menegusso (2017, p. 1388) alude a presença de “sítios arqueológicos presentes na região, em especial o da Fazenda Santa Dalmácia, localizado dentro do atual território cambeense”, assim como a presença de vários objetos no Museu Histórico de Cambé, um patrimônio composto por mais de 7 mil peças, que caracterizam a presença da cultura Guarani e Kaingang. Dentre as peças se encontram fragmentos e vasilhames cerâmicos e peças líticas representativas, todas derivadas do município e seus arredores.

Estes indicativos representam um importante resgate histórico do município, que desmistifica o paradigma de terras inabitadas, pois demonstram a real presença desses povos, seus costumes e a riqueza cultural. Trata-se de um levantamento relevante para evidenciar esses habitantes iniciais, por vezes negligenciados nas citações históricas oficiais.

Com base nas diversas afirmações dos autores pesquisados, temos evidências da presença dos povos indígenas que habitavam toda a região, que ficou marcada por registros de viajantes, por documentos e por objetos arqueológicos encontrados em toda região. O site da Prefeitura de Cambé, ao apresentar um resumo da história do município, aponta que em 1990 estudantes da zona rural do município, incentivados por uma campanha do Museu Histórico encontraram “fragmentos, recipientes de cerâmica e peças líticas (de pedra) pertencentes às civilizações indígenas que viveram na região centenas de anos antes da colonização.” (CAMBÉ, 2014)

É importante ressaltar que a presença indígena não está somente em Museus e pesquisas acadêmicas. Essas populações resistiram às diversas formas de contato, pacíficas ou não, e são facilmente reconhecidos nas ruas e centros urbanos da região vendendo seus artesanatos. Em razão da ocupação desordenada, promovida pela CTNP, os primeiros ocupantes dessas terras foram obrigados a abandonar sua forma de subsistência baseada na caça e coleta,

obrigados a viver em espaços menores e delimitados por novos padrões culturais trazidos pelos colonizadores. Essa situação que se evidencia na atualidade os levou a viver em situação de desigualdade. Diante dessa situação, os indígenas encontraram no artesanato uma relevante fonte de sustento físico e cultural. (MENEGUSSO, 2017, p. 1388)

Portanto podemos afirmar que a ocupação do território que hoje abrange o estado do Paraná começou há mais de quatro séculos, mas foi a partir do século XX que as ações colonizadoras começaram a ser mais intensas, sobretudo na região norte, com as frentes de expansão cafeeira. (MENEGUSSO, 2017, p. 1388)

Assim após uma compreensão, - ainda que breve por não se tratar do objetivo principal do nosso estudo-, dos acontecimentos anteriores a história da colonização, vamos contextualizar essa reterritorialização do Norte do Paraná com a intervenção das empresas colonizadoras. Tendo em vista que é fruto da desterritorialização dos ocupantes que habitavam aquele lugar e dos imigrantes que vieram para essa região.

Evidências apontam que por volta da década de 1840, a região Norte possuía um sistema econômico safrista, baseado no cultivo de milho para porcos, que entrou em decadência na década de 1940, dando início à expansão paulista cafeeira em busca de novas áreas para o plantio do café. (FRANÇA, 2011, p. 166)

França (2011) aponta que essa fase é marcada pela falta de planejamento e controle, pois se tratava de uma iniciativa particular dos grandes fazendeiros paulistas. Conforme as lavouras de café foram se ampliando, se fazia necessário a construção da ferrovia ligando a região a São Paulo, para agilizar o escoamento da safra. (FRANÇA, 2011, p. 168)

A compressão do processo de colonização nos coloca alguns pontos essenciais, os quais tem início com um projeto, cujas reais perspectivas eram de cunho econômico. Nesta época o Brasil que estava com dificuldades econômicas, problemas relacionados com as dívidas externas oriunda das dívidas adquiridas com bancos ingleses, que necessitava buscar alternativas para sua regularização.

Desde o ano do Centenário da Independência – 1922 – o Governo do Presidente Arthur Bernardes desenvolvia gestões para que técnicos ingleses viessem ao Brasil estudar sua situação financeira, econômica e comercial com vistas, de um lado, à consolidação de nossa dívida para com a Inglaterra, e de outro, à reformulação do nosso sistema tributário. Pretendia o governo federal abolir os impostos diretos e instituir uma nova e eficiente sistemática de arrecadação. (CMNP, 2013, p. 39-40)

Neste sentido, deu-se início a denominada Missão Montagu, organizada por bancos credores ingleses e chefiada pelo Lord Lovat, no dia 31 de dezembro de 1923. (CMNP, 2013, p. 40)

Além de viajar como assessor da Missão Montagu, Lord Lovat tinha como encargo dos acionistas da *Sudan Plantations* estudar a possibilidade de vir essa poderosa companhia inglesa a aplicar seus capitais no Brasil, de forma a obter o algodão que importava em larga escala para suprir a florescente indústria têxtil da Inglaterra. (CMNP, 2013, p. 39-40)

Vale ressaltar que esta missão não estava restrita ao Brasil em 1924, que teve início na Austrália e na África, de modo semelhante, com a colonização agrícola em algumas regiões desses países. (MENEGUSSO, 2017, p. 1383)

Nesta época uma publicação em destaque no jornal, foi utilizada como estratégia de marketing, para atrair ainda mais o interesse dos investidores ingleses nas terras do Norte do Paraná e na construção da estrada de ferro, que já havia sido iniciada, mas necessitava ser concluída, mas rapidamente, e os recursos dos fazendeiros locais era insuficiente. O levantamento do desenvolvimento histórico da região norte do Paraná aponta que a conclusão da obra do sistema ferroviário, valorizaria muito a economia, pois proporciona facilidades para o transporte e a comercialização de das safras de café e o deslocamento de pessoas.

É muito importante conhecer essa missão de Lovat, pois com ela se delineava, pouco a pouco, uma convergência de interesses que viria a contribuir decisivamente para a colonização do Norte do Paraná: de um lado Lord Lovat, em busca de informações sobre a nossa agricultura e de terras adequadas para o plantio de algodão: de outro, os fazendeiros do Norte Velho, liderados pelo Major Barbosa Ferraz e por Antônio Ribeiro dos Santos, que procuravam interessar investidores estrangeiros na aplicação dos capitais necessários à continuação das obras da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, que por essa época estava com a ponta dos trilhos na estação de Leoflora – Leovigildo (Leo) Barbosa Ferraz e Flora Barbosa Ferraz, filho e nora do Major – cerca de meio caminho entre Ourinhos e Cambará. (CMNP, 2013, p. 39-40)

A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) foi organizada em São Paulo, de início suas atividades foram baseadas na compra de terras e construção das estradas de ferro e de rodagem, necessárias à penetração e a colonização, como elemento de desenvolvimento das plantações e da população. Estava sob a direção de brasileiros, para compra e venda das terras paranaenses, no entanto acionariamente era controlada pelo investimento do capital inglês oriundo da

sociedade anônima denominada Paraná Plantations, de Londres de onde viria todo dinheiro necessário para as transações (CMNP, 2013, p. 51)

[...] verifica-se crescente entusiasmo pela ocupação das terras roxas do Norte do Paraná. No correr do ano de 1928, cessaram todas as atividades da Companhia de Terras do Norte do Paraná com o algodão e a diretoria da empresa delibera dedicar-se intensivamente à colonização de terras adquiridas na margem esquerda do Paranapanema, entre os rios Tibagi e Ivaí, para o que resolve aceitar a oferta anos atrás, em 1924, Ihe fizeram os acionistas da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, no sentido de que adquirisse essa empresa e prolongasse seus trilhos além de Cambará. (CMNP, 2013, p. 52)

Em 1925, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) inicialmente adquiriu uma área de 515 mil alqueires de matas nativas, com este ato se configura o monopólio de uma área equivalente a 14% do total do Estado, de solo fértil e pronta para ser desbravadas e colonizadas. Isso atribuía a CTNP uma importante dose de poder, com apoio do Estado. (YONEGURA, 2010, p. 28)

A propriedade adquirida pela CTNP no Norte do Paraná se estendia do atual município de Londrina até Cianorte, extensão a qual se pretendia concluir a linha férrea. O interesse por este território se coloca, pois além do fato da fértil terra roxa, reconhecida pela presença de certas espécies vegetais, era considerada em localização geográfica estratégica para o governo do estado do Paraná, e poderia ser explorada economicamente. No entanto no início dos anos de 1920, esta região ainda era composta por densa e vasta floresta virgem, de difícil transposição. Esta dificuldade de acesso tornava grande parte do Estado isolada de outras regiões economicamente importantes ao desenvolvimento, como por exemplo, os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo. (YONEGURA, 2010, p. 28)

Com a posse do monopólio de parte das terras paranaenses, o próximo passo desses engenheiros, investidores, construtores e empreiteiros se direcionou no sentido de “limpeza das terras”, no que se refere à derrubada das matas nativas, quanto a expulsão dos posseiros de antigas concessões dos anos 1920. Menegusso (2017), ao desenvolver essa argumentação se embasa nos estudos apresentados por Adum (1991) o qual revela que a “[...] primeira medida do agente civilizador foi no sentido de ordenar a propriedade da terra, tendo em vista a segurança necessária para adicionar o desenvolvimento do Estado do Paraná.” (MENEQUSSO, 2017, p. 1384 *apud* ADUM, 1991, p.123)

É muito importante analisar os dados apresentados por um relato que consta no documento elaborado pela Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná, que questiona a legitimidade dos títulos de propriedade das terras oferecidas à venda Companhia de Terras Norte do Paraná. No depoimento de Hermann Moraes Barros, filho de Antônio Moraes Barros é possível apreender a complexidade da apropriação para expansão desse território e o acerto das diretrizes então fixadas:

Os estudos preliminares, elaborados ainda em 1925, quando meu pai examinava a legitimidade dos títulos das terras oferecidas à Companhia, demonstraram que a empresa deveria fixar seu campo de ação em uma área situada entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, que por aquela época era disputada ferozmente por grupos antagônicos constituídos por posseiros e por possuidores de concessões outorgadas pelo governo do Estado do Paraná. Surgiu, portanto, em razão dessa contenda, o primeiro grande problema a enfrentar pelos colonizadores ingleses. Se não se eliminassem essas dúvidas, ninguém teria coragem de aplicar dinheiro na compra das terras que a Companhia pretendia lotear. O plano posto em prática visando o apaziguamento foi dispendioso, mas seguro: com a aprovação prévia do governo do Estado do Paraná, a Companhia de Terras adquiriu títulos de concessões inseguros e posses referentes a uma área de 415 mil alqueires. (CMNP, 2013, p. 52)

As terras oferecidas a CTNP eram terras ocupadas por posseiros, portanto estes foram submetidos ao processo de desterritorialização, uma vez que, como consta no relatório da CMNP (2013), compunham um grupo antagônico, aqueles que se denominavam possuidores dos títulos de posse outorgados pelo Governo do Estado do Paraná. Uma forma de resolver o impasse foi a compra da terra pelas autoridades competentes nomeadas pelo governo, pelos preços estabelecidos pela lei, cujos relatos afirmam que estes renunciariam aos direitos até então questionáveis pela posse daquelas terras que interessavam a CTNP, para loteamento e construção da ferrovia.

Em seguida, propôs às autoridades o seguinte: Se o governo nos vender essas mesmas terras pelos preços estabelecidos em Lei, rasgaremos estes papéis discutíveis e acabaremos com o litígio que está retardando o desenvolvimento do estado. Assim, embora pagando duas e até três vezes pelas terras, a Companhia assegurou a si e aos seus sucessores o direito líquido e inquestionável sobre a terra negociada. (CMNP, 1983, p.30)

Esta passagem reafirma a questão exposta anteriormente sobre o fato das terras não estarem vazias. Portanto a colonização se iniciaria em um processo de reterritorialização, tanto para aqueles que foram expulsos de suas terras, quanto

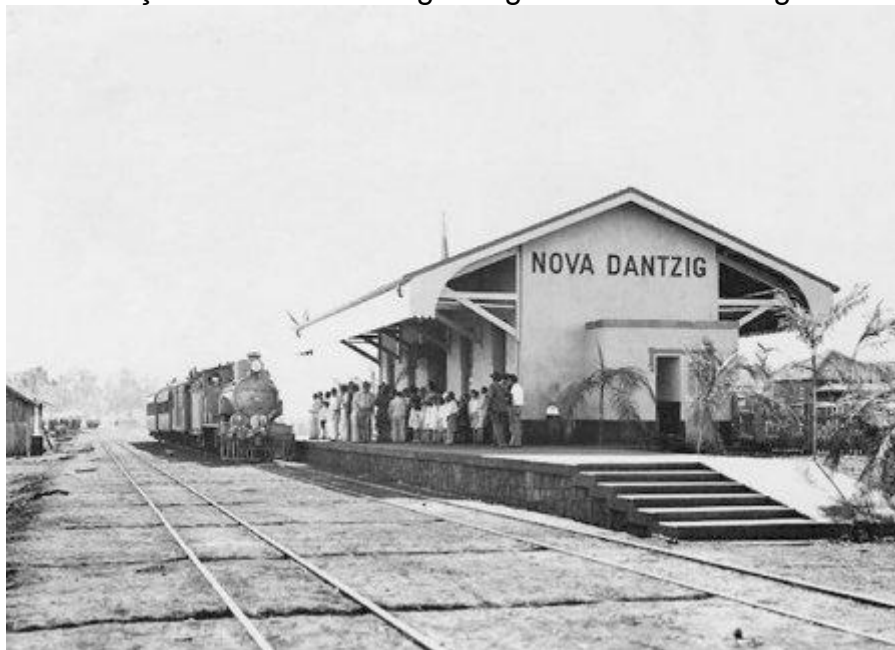
para os imigrantes que deixaram seus países de origem para ocupar as terras paranaenses.

Outro ponto relevante a ser abordado é que se tratava de uma região de difícil acesso, em grande parte recoberta pelas matas densas e de terra roxa, por volta de 1923, se iniciam o processo de planejamento da colonização, para o qual se abriam grandes clareiras, onde os pioneiros da colonização plantavam café, ou trabalhavam nas obras ferroviárias que se iniciavam. (CMNP, 2013, p. 35)

No início da colonização, o transporte de pessoas e escoamento da safra era considerado um problema. Com a finalidade de resolver tal situação, que se colocava como um empreendimento os projetos da CTNP, em 1928 a Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná completou a ligação ferroviária até Cambará, no Paraná. Depois a Paraná até as margens do Rio Tibagi, em Jataí. (IBGE, 2010)

Essa obra foi composta por uma ponte ferroviária que transpunha o rio e chegava até Londrina, concluída no início de 1935. Em seguida foi preparado o leito da estrada de ferro no trecho Londrina - Nova Dantzig e no dia 15 de agosto de 1935 com “aplausos da comunidade e ao som da Banda Musical de Londrina, a Locomotiva 'Três' chegou no local onde está a atual Estação Ferroviária.” (IBGE, 2010)

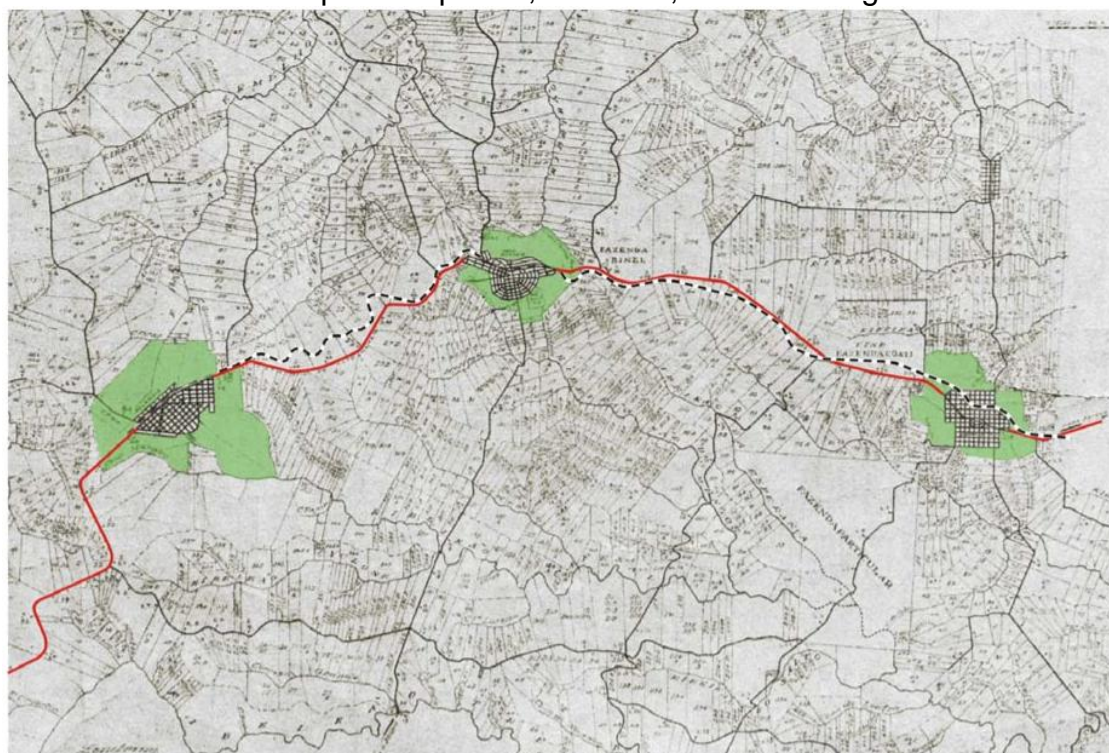
Figura 4: Estação de Nova Dantzig inaugurada em 15 de agosto de 1935



Fonte: José Carlos Farina; José Juliani; Zuba; Wanderley Duck; Douglas Razaboni; Correio Paulistano, 1935; Guias Levi, 1932-79.

Yonegura (2010) aponta em seus estudos que a CTNP, traçou uma estratégia de ocupação e expansão das terras adquiridas, na qual a rodovia e a ferrovia desenhavam-se como eixo de ligação do território por meio de uma “via arterial regional”, promovendo uma ligação entre Londrina, Nova Dantzig e Rolândia. O mapa abaixo demonstra o planejamento dessa construção, no qual os eixos urbanos se estabeleciam de modo a permitir sempre uma ligação direta a “via arterial regional” (YONEGURA, 2010, p. 51-52).

Figura 5: Planta Parcial nº 1 e os cinturões verdes ao redor das primeiras cidades da CTNP. Da direita para esquerda, Londrina, Nova Dantzig e Rolândia



Fonte: YONEGURA (2010)

Os planejadores traçaram uma estratégia de crescimento da malha urbana espalhada sobre áreas agrícolas, formando os chamados cinturões verdes, em outras palavras as pequenas cidades eram ilhadas pelas zonas rurais, compostas por pequenas propriedades com a finalidade de cultura de subsistência e abastecer as necessidades locais. (YONEGURA, 2010, p. 52)

Estudos apontam que a CTNP, determinou a região norte do Paraná características específicas na ocupação do território, que ocorreu de forma sistematizada que se assemelha ao modelo britânico denominado “Cidade Jardim”, para o qual tinham como objetivo o desenvolvimento da região inteira. Para isso

“desenvolveram ações coordenadas entre a companhia de terras, responsável pelo parcelamento rural e pela fundação das cidades, e a companhia ferroviária.” (YONEGURA, 2010, p. 52)

A região denominada Norte do Paraná, possui um espaço geográfico delineado e rede limitada historicamente. Podemos afirmar, que o seu andamento foi caracterizado pelo processo agrário de venda de terras por empresas loteadoras, que promoveram a desocupação, desmatamento e rápida ocupação das áreas loteadas. Cada qual desenhando um formato de ocupação do espaço no que se refere a divisão das terras realizadas pelas companhias “Colonizadoras”, na qual tivemos a atuação, nessa região, de diferentes empresas privadas que surgem a partir do século XX com objetivo de organizar e ditar os parâmetros das novas ocupações da extensa porção do território centro-sul. (MENDONÇA, 2010, p.01)

No que se refere à localização geográfica, o Norte do Paraná está à esquerda da união territorial afluentes da margem esquerda dos rios Paraná e Paranapanema, pode ser definida como formal no arco que esses dois cursos d’água traçam entre as cidades de Cambará e Guaíra, abrange uma superfície de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados, dividida em três áreas, segundo a época e a origem da respectiva colonização: o Norte Velho, o Norte Novo e o Norte Novíssimo. O que o coloca em situação privilegiada e neste sentido considerado uma região muito fértil. (CMNP, 2013, p. 33)

Segundo França (2011), essa ocupação possui três fases distintas, porém semelhantes, caracterizadas pela dependência econômica da cafeicultura, na qual fora inicialmente ocupada por imigrantes de diversas regiões do Brasil, principalmente por paulistas e mineiros.

A primeira fase corresponde à ocupação do Norte Velho, desde a divisa com São Paulo até o Rio Tibagi, a partir do final do século XIX e início do século XX, culminando com a crise de 1929. A segunda foi a fase de ocupação do Norte Novo, a partir da região do Rio Tibagi, passando por Londrina, até as margens do Rio Ivaí, a partir de 1930, tendo ocorrido de forma lenta até o final da Segunda Guerra Mundial e acelerando-se a partir daí. Nessa fase a cafeicultura no Norte Pioneiro sofreu transformações profundas. A terceira fase de ocupação deu-se ao longo do Ivaí e do Piquiri, no Norte Novíssimo, e deste último até o Rio Iguaçu, no Extremo Oeste Paranaense, entre as décadas de 1940 e 1960, quando se encerrou o expansionismo da cafeicultura paranaense. (FRANÇA, 2011 *apud*. CANCIAN, 1981, p. 50)

Esta divisão do Estado do Paraná em regiões atualmente é denominada pelo IBGE como Mesorregião. Portanto o Norte Velho ou Pioneiro, atualmente chamada de Mesorregião do Norte, o Norte Novo corresponde à área atualmente chamada de Norte Central, na qual se localiza Cambé, foco da nossa pesquisa e, por fim, o Norte Novíssimo é o território que é classificado como de Mesorregião do Noroeste.

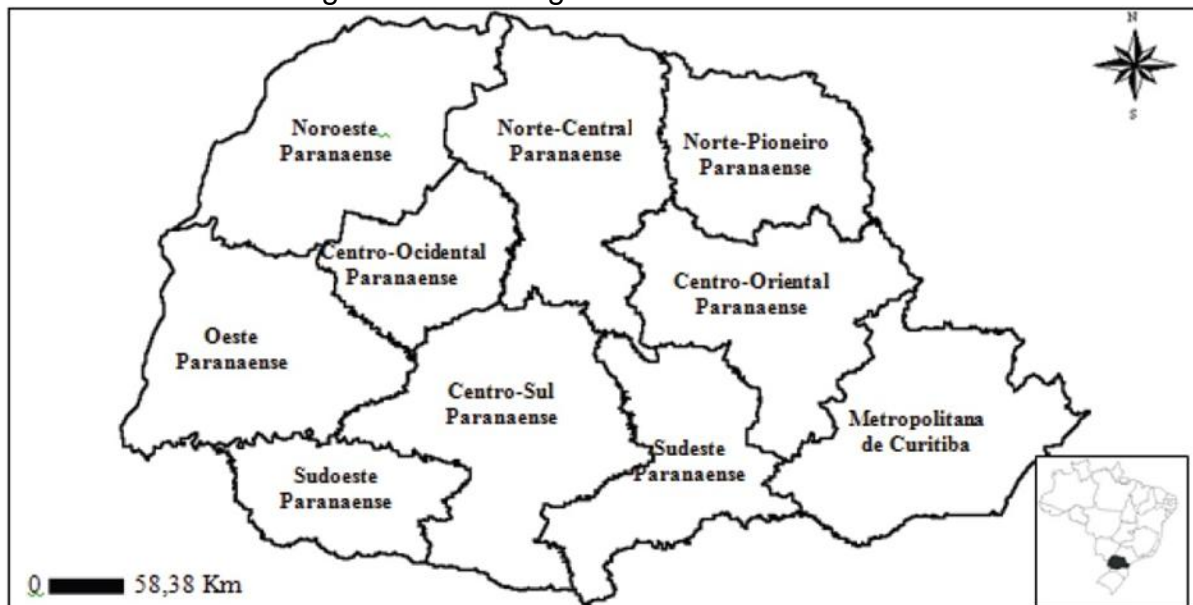
Figura 6: Chegada dos imigrantes



Fonte: Museu Histórico de Cambé.

A figura 7 evidencia a divisão territorial das 10 mesorregiões do Estado. Vários estudos apontam que historicamente o Norte foi determinante como uma das regiões com o PIB mais expressivo no início do século XX.

Figura 7: Mesorregiões do Estado do Paraná 2019



Fonte: IBGE, 2019

A população paranaense dobrou em apenas uma década, garantindo assim ao Paraná a láurea de ser a unidade brasileira de maior crescimento demográfico. Enfim, o café do Norte do Paraná beneficiou todo o Estado, transformando sua população numa das mais progressistas do País.

A colheita de café no Norte do Paraná alcança elevados índices como resultado da grande fertilidade das terras roxas. Aproveitando os corredores livres dos cafezais novos, os agricultores plantam também milho, feijão, arroz, trigo, soja e algodão, o que não apenas ajuda a colocar o Estado do Paraná num dos primeiros lugares do rol de produtores de cereais como também desmente a afirmativa frequentemente repetida no passado de que a plantação de café constituía uma monocultura prejudicial ao interesse alimentar básico da população. (CMNP, 2013, p. 116)

Por outro lado, a comparação do progresso ocorrido na área colonizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná com o desenvolvimento de outras Regiões do Estado leva à conclusão de que o êxito não resultou exclusivamente na fertilidade do solo.

Menegusso (2017) aponta o fato que a história das cidades tem suas semelhanças, pois foram alvo de um mesmo planejamento segmentado de desenvolvimento da região Norte do Estado.

Os acontecimentos das cidades norte paranaenses se misturam ao ponto de que é difícil identificar o que é da memória dessa frente pioneira que chegou para reocupar o espaço no início da década de 30, e qual é a versão difundida pela CTNP. A diferença de tempo da fundação de uma cidade para outra ser curta, é um dos motivos desse aspecto, gerando

assim, uma pequena mistura no que aconteceu em um lugar ou em outro. (MENEQUSSO, 2017, p. 1383)

A CTPN adotou diretrizes bem definidas para fundar as cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância dos territórios. Assim, seriam demarcadas de 100 em 100 quilômetros, aproximadamente as cidades destinadas a se tornar grandes centros. Entre estas seriam fundados os patrimônios numa distância aproximada de 10 a 15 quilômetros um do outro, que seriam destinadas ao comerciantes intermediários e abastecimento local. Tanto nas cidades como nos patrimônios a área urbana apresentaria uma divisão em datas residenciais e comerciais. (CMNP, 2013, p. 70)

Portanto, nestes termos os “núcleos básicos da colonização” que foram estabelecidos progressivamente, distanciados cerca de 100 quilômetros uns dos outros, ficaram na seguinte ordem: “Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. São cidades planejadas nos mínimos detalhes para se transformarem em grandes metrópoles.” (CMNP, 2013, p. 110 - 111)

Por entre esses núcleos urbanos principais, foram criadas cidades menores na qual se fundou o município de Cambé. Estas foram planejadas em média de 15 quilômetros de distância, inicialmente, esses como pequenos patrimônios com a finalidade de servir como centro de abastecimento para a numerosa população rural. Assim foram distribuídas cidades que hoje conhecemos, como por exemplo: Apucarana, Cambé, Rolândia, Arapongas, Astorga, Mandaguari, Nova Esperança, Jandaia etc., que desenvolvem e transformam-se em grandes cidades. (CMNP, 2013, p. 111)

Deste modo a construção das estradas e estações, foram implantadas de modo a estruturar o espaço regional com relações desejadas entre o urbano e o rural, com relativa proximidade, entre os povoados, para que não fosse criado um isolamento econômico e social. Os centros de povoamento foram determinados por estas estações, portanto o raio entre uma estação e outra determinou a localização do território urbano com função comercial e social. (YONEGURA, 2010, p. 31)

Acompanhando a ferrovia, os núcleos se distanciariam um do outro em uma média de 15 quilômetros constituindo assim facilidades e maiores oportunidades aos moradores da região urbana ou rural. A maioria dos núcleos urbanos da CTNP foi programada para serem pequenos e se manterem assim. (YONEGURA, 2010, p. 37)

Neste mesmo sentido podemos afirmar que a região que hoje compreende o município de Cambé, tem sua formação inicial com planos da CTNP, para instalar uma Colônia de povoamento rural e uma Vila de povoamento urbana. Para as quais se pensou a imigração de alemães da Cidade Livre Dantzig, na Alemanha. Essa ligação entre a região Norte do Paraná e a Cidade Livre de Danzig, foi estabelecida por propaganda e divulgação nos países europeus, do empreendimento imobiliário realizado pela CTNP. (MENEGUSSO, 2017, p. 1384)

Assim como também nos aponta o relatório do IBGE:

Os pioneiros de Cambé, foram os alemães oriundos da cidade de Dantzig atual Gdansk, na Polônia, tornada independente após a 1ª Guerra Mundial. Tomados pelo alto nível de desemprego e o peso da seguridade social, o governo local a incentivou a emigração. Inicialmente chegaram 10 famílias à futura colônia de Nova Dantzig em janeiro de 1932. No entanto não se adaptaram ao clima tropical e muitas famílias desistiram de ficar naquelas terras. Posteriormente vieram outros imigrantes japoneses, italianos, eslovacos, portugueses, alemães, espanhóis, libaneses, além de paulistas e nordestinos, atraídos pela fertilidade da terra. (IBGE, 2010)

As primeiras dez (10) famílias que chegaram a Cambé eram oriundas da Cidade Livre de Dantzig, aqui se estabeleceram em 10 de janeiro de 1932, o nome de Nova Dantzig foi escolhido pela companhia de terras que previa a vinda desses imigrantes para aquela colônia em construção. (IBGE, 2010)

Um dado importante apresentado pelo IBGE e outros estudos, é o fato que algumas das famílias dos imigrantes que se estabeleceram inicialmente, vindos da Alemanha, não se adaptaram ao clima mais quente e da fauna e flora mais quente, entre outras divergências que enfrentaram muitas dificuldades para iniciar a colonização. Assim posteriormente, atraídos pela fertilidade das terras viera em seguida, japoneses, italianos, eslavos, poloneses espanhóis, portugueses, libaneses e paulista que por vez já eram frutos da imigração europeia e nordestino, também atraídos pela fertilidade da terra. (IBGE, 2010)

Além do trem, a população também se utilizava de carroças para o transporte de pessoas e o escoamento da safra. Através desse meio a produção agrícola era escoada para os centros consumidores. A vida social era cheia de limitações, a religião em alguns casos era um 'pretexto' para encontros sociais, pois as pessoas participavam das celebrações litúrgicas e festividades da Igreja, como quermesses, porém nem sempre por convicção religiosa. (IBGE, 2010)

No início da colonização, Cambé possuía uma agricultura muito abundante, além da extração da madeira em toda a região, o café, algodão, cereais e a criação de animais faziam parte dessa diversidade, pois o sistema de pequenas e médias propriedades rurais planejados pela Companhia de Terras estimulava a atividade econômica voltada para a terra. No entanto, como já citamos anteriormente, a lavoura cafeeira foi a que mais se destacou impulsionando a região por 40 anos. Apesar de sua base econômica agrícola, foi instalado um comércio local para atender as demandas iniciais, acompanhou a passos largos a evolução da colônia, o mesmo acontecendo com a indústria, na época de característica puramente agroindustrial. (IBGE, 2010)

O setor agrário constituía a parcela mais expressiva das atividades econômicas da população. No recenseamento de 1940, 69% da população estavam fixados na zona rural. No entanto, de modo proporcional, o núcleo urbano passou a crescer, como centro de abastecimento e prestação de serviços toda população, urbana e rural. Estes núcleos eram formados por pequenos e médios comerciantes, além de alfaiates, barbeiros, sapateiros, pedreiros, carpinteiros, marceneiros, caixeiros de lojas de armazéns, farmácias e operários. Surgem também alguns profissionais liberais e, como resultado da elevação do patrimônio a distrito e depois a Município, respectivamente em 1937 e 1947, temos os funcionários públicos municipais e estaduais. (IBGE, 2010)

Em 09 de Outubro de 1937, o então Patrimônio de Nova Dantzig é elevado a categoria de Distrito Judiciário, através d Lei n° 191, de 9 de Outubro de 1937. Foram nomeados para o novo Distrito o Juiz de Paz Lino Gonçalves de Oliveira; o escrivão Raphael Petraglia; o subdelegado de polícia Manoel Moura de Menezes e o agente de fiscalização estadual Carlos Correia Borges.

Durante a 2ª Guerra Mundial o Governo do Estado assinou um decreto-lei n°199 de 30 de Outubro de 1943, publicado no diário oficial do dia 13 de Janeiro de 1944, mudando o nome das cidades que tinham relação com os países inimigos. Nova Dantzig passou a se chamar Cambé, nome de um Ribeirão que banha o Município. Segundo consta, aquela região era abundante em caça, daí derivando o nome de Cambé, que significa “Passo do Veado”, nome gentílico daqueles que são naturais da cidade são cambeenses. Vale ressaltar, no entanto que o referido decreto-lei, não apenas mudou o nome do município estudo, mas de várias outras cidades do Estado do Paraná.

Nesta mesma época, por volta de setembro de 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial, a Inglaterra adotou uma política de retorno compulsório dos capitais ingleses aplicados no em outros países, pois necessitava de recursos em grande escala em razão das despesas. O relatório da CMNP aponta que, “semanalmente, a imprensa de Londres publicou uma lista de empresas à venda em todo o mundo.” (CMNP, 2013, p. 88)

Gastão de Mesquita Filho e Gastão Vidigal organizam um grupo de investidores brasileiros e compram a CTNP, que passou a se chamar Companhia Melhoramento Norte do Paraná (CMNP).

Um belo dia, em 1942, Gastão de Mesquita Filho visitava o escritório Levy, em São Paulo, quando depara com uma das relações de companhias inglesas oferecidas à venda no Exterior entre as quais figurava a Companhia de Terras do Norte do Paraná. O engenheiro paulista imediatamente percebeu a magnífica oportunidade que se lhe oferecia, tanto assim que embarcou imediatamente para o Rio de Janeiro em busca do conselho e do apoio financeiro de seu velho amigo Gastão Vidigal, que na ocasião ocupava o cargo de Diretor da Cechim, atual Cacex. (CMNP, 2013, p. 88)

O relatório da CMNP (2013) descreve um depoimento de Gastão de Mesquita Filho que conta como se daria a negociação:

Gastão Vidigal era um extraordinário amigo, fundador do banco Mercantil de São Paulo e um dos maiores financistas do País. Eu não tinha dinheiro suficiente para pagar o que os ingleses pediam pela Companhia de Terras Norte do Paraná -1.520,000 libras esterlinas - e precisava urgentemente compor um grupo de pessoas da mais alta confiança que desejassem participar da aquisição. E a coisa tinha que ser feita com urgência, porque havia outros interessados no negócio porque o governo britânico havia fixado como limite de prazo para repatriação de capitais o dia 31 de dezembro de 1943. O negócio deveria ser total: as terras e mais a estrada de ferro, que era concessão do governo federal e que por isso deveria ser ouvido antes da transação, tendo em conta que existia também por resolver a questão cambial. O Brasil dispunha de excesso de moeda estrangeira, como consequência das avultadas compras aqui feitas pelos países envolvidos no conflito, mas assim mesmo era preciso obter a anuência oficial. O presidente Getúlio Vargas concordou com a transação, mas uma condição: a estrada de ferro, que estão se estendia de Ourinhos a Apucarana, seria adquirida pelo governo federal por apenas 88 contos de réis, quando o preço fixado pelos ingleses - contabilizando e reconhecido pelos próprios órgãos oficiais - era de 128.000 contos de réis. Assim, os investidores brasileiros ficavam obrigados a adquirir dos ingleses por 128 mil e a ceder ao governo federal por 88 mil, absorvendo, portanto o ônus correspondente a diferença, isto é, 40.000 contos de réis. Além disso, leve-se em conta que a ferrovia, na época era rendosa: em 1944 seu balanço registrou um lucro de 52 mil contos. (CMNP, 2013, p. 88)

No final das negociações, o total das ações foi absorvido por quatro grupos de brasileiros, eram eles, Gastão Vidigal, Gastão de Mesquita Filho, Arthur Bernardes Filho e Irmãos Soares Sampaio, dos quais apenas o primeiro podia ser considerado ligado à situação política vigente. O grupo aceitou as imposições do governo para comprar a estrada de ferro dos ingleses por 128 mil contos e entregá-las ao poder público por 88 mil, pois mesmo nestas condições, considerou vantajoso o negócio proposto pelos ingleses e passou a organizar o grupo sucessor que compôs a CMNP.

Assim, assumindo a direção da empresa e com a posse das terras, esse novo grupo mantém as diretrizes da colonização britânica. Conseguiu assegurar o crescimento da empresa, cujas atividades imobiliárias e colonizadoras foram sendo gradualmente substituídas pelas iniciativas relacionadas com o aproveitamento das reservas de terras para atividades agrícolas e pecuárias. (CMNP, 2013, p. 88)

Assim como os outros municípios acima citados, CTNP traçou e planejou o núcleo de origem, isto é, o centro de Cambé. Desenvolveu-se em torno da rodovia e ferrovia e também da praça da matriz. Isto levou a aglomeração do comércio local no trecho da estrada que hoje ainda corta a cidade. Sua implantação foi situada no espigão localizado entre cursos d'água, onde os loteamentos eram alongados, aproveitados até o curso do rio. (NOGUEIRA, 2008, p. 42)

A divisão territorial do ponto de vista jurídica da demarcação do Estado se deu da seguinte forma: Em 9 de outubro de 1937, o então patrimônio de Nova Dantzig é elevado à categoria de distrito judiciário, o qual por meio da Lei Estadual nº 191, deixando de ser patrimônio do município de Londrina para ter representação política própria. Em seguida 10 anos após essa primeira elevação, em 10 de outubro de 1947, a Lei Estadual nº 2, elevou o Distrito à categoria de município com o nome de Cambé, desmembrado de Londrina, assinado pelo então Governador Moysés Lupion. A instalação do novo município deu-se em 11 de outubro do mesmo ano. (IBGE, 2010)

Vale ressaltar que o movimento emancipatório de Cambé se deu após a redemocratização do país em 1945. Encabeçado pelo Professor Jacídio Correia e pelo Médico Dr. José dos Santos Rocha, os quais criaram a Sociedade dos Amigos de Cambé, com objetivo de lutar por causas que beneficiassem a cidade, vistas ao apelo da população e ao crescimento promissor da cidade. (IBGE, 2010)

Elevado à categoria de município, foi nomeado provisoriamente como primeiro prefeito de Cambé o Sr. Eustachio Sellmann. No dia 16 de Novembro de 1947, os cidadãos de Cambé elegeram o Professor Jacídio Carreira. Nesse primeiro pleito eleitoral foram eleitos 09 vereadores e a Câmara Municipal foi instalada a 08 de Dezembro de 1947, no salão de festas do Harmonia Tênis Clube. (IBGE, 2010)

A Lei Estadual nº. 3005, de 22 de dezembro de 1956, descreveu as divisas entre os municípios de Cambé e Bela Vista do Paraíso, após a incorporação do distrito Prata, até então pertencente a Bela Vista do Paraíso. Com a Lei nº. 3005, a área do município passou de 213 km<sup>2</sup> para 496,9 km<sup>2</sup>, portanto aumentando sua extensão geográfica. (IBGE, 2010)

Seu relevo é suavemente ondulado, está localizada na área da bacia do rio Paranapanema, cujo principal afluente é o rio Tibagi. Do rio Tibagi são influentes três rios, cujas nascentes estão localizadas em áreas urbanas de Cambé: ribeirão Jacutinga, ribeirão Cafezal e ribeirão Três Bocas. (IBGE, 2010)

Tem como divisa os municípios de Bela Vista do Paraíso, Jaguapitã, Prado Ferreira, Londrina, Sertanópolis e Rolândia. Localiza-se a 670 m de altitude acima do nível do mar. Sua latitude é de 23° 16' Sul e 51° 17' Oeste. Sua área territorial é de 481km<sup>2</sup>, com população total de 96.735 (IBGE, 2010). Clima Subtropical úmido e temperaturas médias, máxima de 22°C e mínima de 18°C. (IPARDES, 2010)

A administração do Prefeito Jacídio Correia foi marcada por obras imprescindíveis ao novo Município. Como Professor ele se interessou pela educação e construiu várias escolas e nomeou professores para o atendimento das mesmas. Construiu também o prédio próprio para o matadouro municipal e no final da gestão foram calçados com paralelepípedo, os primeiros trechos de ruas do centro da cidade. (IBEGE, 2010)

O município de Cambé está inserido numa área de intensa urbanização, interligando dois polos regionais do Norte Paranaense (Londrina e Maringá). Dois recursos por excelência nesta integração são o eixo ferroviário da América Latina Logística e a rodovia BR 369 (paralelas e muito próximas). Disposto no eixo rodoferroviário há um conjunto de aglomerados urbanos, muitos deles conurbados, e que caracterizam o que, no passado, denominou-se Eixo Metronor – Metrópole Linear Norte do Paraná.

Desse modo, o fenômeno de crescimento populacional, orientado pela urbanização, se expressa na configuração de espacialidades de

concentração e de esvaziamento. Num extremo, aglomerações conjugam municípios cada vez mais populosos, com crescimento da população elevado (sempre superior ao crescimento médio do Estado) e contínuo (desde os anos 70 e/ou 80) particularmente na área Metropolitana de Curitiba, nas aglomerações urbanas do Norte-Central e Oeste Paranaense, e na faixa litorânea. (IPARDES, 2003, p. 3)

Outro aspecto que merece destaque neste estudo, é que não podemos desconsiderar, são as análises que demonstram o perfil de crescimento econômico e populacional do Norte Central, apontados pelos autores, que nos possibilita compreender a dinâmica do desenvolvimento da formação territorial e econômica de Cambé. A apreciação destes dados fornece elementos para interpretar o ritmo da economia regional e sua tendência a um “ciclo virtuoso de desenvolvimento”. (FERRERA; LIMA, 2020, p. 02)

No aspecto geral, a maioria das microrregiões ganhou população, principalmente aquelas consideradas como pólos, ou aquelas que se localizam próximas a estas aglomerações, as quais exercem influência atraindo ou repelindo atividades econômicas, pois conforme Oliveira (2005), a urbanização age como um concentrador de atividades econômicas. Esta abordagem aponta que no Norte Central do Paraná, o qual se localiza o município de Cambé, o crescimento populacional ocorreu com mais intensidade, comparado às outras microrregiões, por sua proximidade aos pólos de Londrina e Maringá. No entanto, essa concentração urbana também gerou o aumento das desigualdades econômicas entre as regiões como uma consequência. (FERRERA; LIMA, 2020)

Com base nos dados apresentados por diversos autores, podemos afirmar que ao final do século XX, a região estava na oitava posição entre as dez mesorregiões do Paraná em termos de PIB. Posteriormente perdeu posição entre as regiões paranaenses, após essa perda apenas na segunda metade do século XX, se fortaleceu devido à característica de economia de exportação primária, ou seja, café e na cana-de-açúcar, até os anos de 1960. (FERRERA; LIMA, 2020, p. 02)

Outro dado relevante, que ocorreu ao final da década de 1970, foi a expansão na infraestrutura de transportes, a modernização da agropecuária e a integração dos mercados, estes processos fortaleceram a agroindustrialização e promoveram a urbanização paranaense. Nesse período, a região Norte Central Paranaense se consolida como a mais ascendente fundamentada em uma economia agroindustrial, o que propicia uma rápida urbanização. (FERRERA; LIMA, 2020).

Pode-se afirmar que inicialmente, a estrutura local de produção estava baseada na agricultura, mais especificamente na cultura do café, o que permitiu em pouco tempo transformar a região e elevar significativamente a população, passou a ser considerada uma das mais ricas dentre as mesorregiões do Paraná até a segunda metade do século XX. (FERRERA; LIMA, 2020)

Atualmente, a mesorregião é composta de 46 municípios e está posicionada em sétimo lugar no ranking do PIB. Assim, compreender a dinâmica do Norte Pioneiro fornece subsídios para se analisar o processo de implementação das políticas públicas de emprego e renda para essa região, assim como a tendência de declínio e recuperação da sua economia.

Neste sentido, temos Cambé como um dos municípios componentes dessa mesorregião. Para avançar nas particularidades deste estudo consideramos importante contextualizar o atual panorama do município de Cambé, apresentando suas características territoriais atuais dentro deste panorama global.

### 3.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO TERRITÓRIO E VULNERABILIDADES

A partir da delimitação espacial do território compreendido pela pesquisa, tomamos como base o Relatório do IPARDES junho de 2021, para proceder algumas análises dos dados estatísticos que apontam para indicadores de Cambé. O material utilizado pelo IPARDES foi um dos mais atualizados, pois devido à pandemia causado pela COVID19, houve um adiamento no processo de pesquisa dos índices populacionais reais, portanto o relatório está ancorado em dados levantados pelo IBGE no recenseamento realizado pelo referido instituto em 2010 e outras variáveis perspectivas mais atualizadas, de órgãos oficiais que tomaram como base.

Cambé é um município de médio porte, com os seus 73 anos. Com uma área territorial de 497,747 km<sup>2</sup>, possui em sua administração um distrito denominado Prata.

A população estimada do município de Cambé é de 108.126, em 2021 (IBGE, 2020). No entanto o último censo demográfico do IBGE em 2010, a população era de 96.733 habitantes para um total de 33.623 domicílios recenseados, dados que foram utilizados de base para algumas análises da pesquisa, devido à situação

acima descrita. Pode-se afirmar que há um crescimento de pouco mais de 1000 habitantes em 10 anos, portanto um aumento populacional de 11%.

Deste censo realizado em 2010 (IBGE, 2010), os dados apontavam para uma total de 31.574 domicílios situados no espaço urbano, um total de 94% e 2.049 no espaço rural, 6% apenas na zona rural. A densidade demográfica considerada era de 195,47 hab./km<sup>2</sup>.

Possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,793, que é considerado médio. No conjunto das cidades, Cambé se situa em posição intermediária no ranking do Estado do Paraná, ocupando em 2010 o 71º lugar em comparação com os demais estados.

Dados do Relatório Anual e Informações Sociais (RAIS) sobre empregos em 2019 apontam que a maior taxa de ocupação de trabalhadores está na área industrial, num total de 23.291 vagas. Estes números estatisticamente representam 8% da média da região centro norte e 1% do total do Estado do Paraná. No que se refere a trabalho e rendimentos, temos dados de 2018, fornecidos pelo IPARDES (2021), que indicam salário médio mensal de 2.4 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 25.1%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, havia 28.6% da população nessas condições.

Em 2008, o Produto Interno Bruto (PIB), a preços básicos, de Cambé, representava 14,2% do PIB da Mesorregião e 0,88% do Paraná. Nesse mesmo ano, o PIB da indústria de Cambé representava 21% do mesmo setor da Mesorregião e apenas 1,1% do PIB do Paraná. (PMC, 2014, p. 12-13)

Cambé no ano de 2010 respondia por 3,5% do total de empregos da Mesorregião Norte Central Paranaense e 0,7% dos empregos do Paraná. O setor de maior geração de empregos no município é o da indústria de transformação que corresponde 23% do número de pessoas ocupadas e em segundo lugar comércio com um total de 18%. O terceiro maior percentual está no setor de construção 10%, seguida pelos serviços domésticos 8%. O quadro 1 quantifica essas e as demais atividades em número de pessoas.

Quadro 1: População ocupada segundo as atividades econômicas – 2010.

ATIVIDADES ECONÔMICAS (1)	Nº DE PESSOAS
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2.265
Indústrias extrativas	10
Indústrias de transformação	11.647
Eletricidade e gás	70
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	344
Construção	4.979
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	9.301
Transporte, armazenagem e correio	2.578
Alojamento e alimentação	1.634
Informação e comunicação	504
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	497
Atividades imobiliárias	183
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.027
Atividades administrativas e serviços complementares	1.780
Administração pública, defesa e seguridade social	1.224
Educação	2.538
Saúde humana e serviços sociais	1.633
Artes, cultura, esporte e recreação	441
Outras atividades de serviços	1.327
Serviços domésticos	4.084
Atividades mal especificadas	3.249
<b>TOTAL</b>	<b>51.315</b>

FONTE: IPARDES, 2021, p. 21/ IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra

(1) A classificação da atividade econômica é pela Classificação Nacional de Atividade Econômica Domiciliar (CNAE Domiciliar 2.0).

No ano 2020, segundo dados do IPARDES, 1.984 estabelecimentos geravam 19.244 empregos. O setor industrial de transformação 30%, comercial 29 % e prestador de serviços respondia por 24% dos empregos formais de Cambé, seguida pela administração pública 11%, construção Civil com 4% e por último a agropecuária com 2% (3.107). Neste mesmo sentido podemos observar os dados apresentados pelo IPARDES (2021).

Apesar de ter um setor industrial forte e de alto valor agregado isso não se traduz em uma disponibilidade de empregos em níveis correspondentes e, menos ainda, na renda obtida pelos cambeenses. Em 2010, segundo o Censo do IBGE, pouco menos da metade dos moradores de Cambé (46,83%) tinham renda mensal abaixo de um salário mínimo; 32,33% tinham rendimento entre 1 e 2 salários mínimos mensais (quadro 2).

Quadro 2: Renda mensal individual da população de Cambé, 2010

Classe de rendimento nominal mensal <sup>1</sup>	Nº de pessoas	%
sem rendimento	22.371	26,72%
até 1/4 de salário mínimo	1.984	2,37%
mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	1.221	1,46%
mais de 1/2 a 1 salário mínimo	13.627	16,28%
mais de 1 a 2 salários mínimos	27.066	32,33%
mais de 2 a 3 salários mínimos	8.152	9,74%
mais de 3 a 5 salários mínimos	5.672	6,78%
mais de 5 a 10 salários mínimos	2.854	0,39%
mais de 10 a 15 salários mínimos	327	0,39%
mais de 15 a 20 salários mínimos	158	0,19%
mais de 20 a 30 salários mínimos	161	0,19%
mais de 30 salários mínimos	117	0,14%
total de pessoas com rendimento nominal	83710	100%

<sup>1</sup> (pessoas de 10 anos ou mais de idade)

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da mostra 2010

NOTA: Posição dos dados, no site da fonte, 20 de agosto de 2014.

O menor desempenho, confirmando as estatísticas do setor econômico, é o IDHM – Renda com 0,704 e coloca Cambé em quinto lugar entre os municípios da RML, abaixo da média paranaense (0,736) e brasileira (0,723). Em outros termos, Cambé concentra boa parte da pobreza da RML. Apesar de ter um setor industrial forte, tanto no valor adicionado quanto a disponibilidade de empregos, isso não reflete na renda obtida pelos cambeenses. Em 2010, segundo o Censo do IBGE, metade dos moradores de Cambé (50,2%) tem renda mensal abaixo de um salário mínimo; 33,37% tem rendimento entre 1 e 2 salários mínimos mensal.

Dados do IPARDES (2021) apontaram que a receita total do município atingiu, em 2020, R\$ 310.337.967,01. Desta receita são consideradas transferências externas um total de R\$ 199.373.161,59, proporção de 64%. Destas 47% são oriundos da união (R\$92.913.740,69), 32% do (R\$ 63.187.944,44) e 22% de outras fontes como transferências multigovernamentais, às instituições privadas, ao exterior, às pessoas, a convênios e outras transferências não especificadas. (IPARDES 2021, p. 26)

Conforme os indicadores apresentados, vemos que houve um aumento na proporção entre arrecadação municipal e as transferências externas, portanto o percentual das fontes externas em 2020 é menor que os apresentados em 2009, mas ainda não se há indicativos que tal alteração seja relevante há alteração nos investimentos nas diferentes políticas públicas.

Os dados apresentados anteriormente foram elencados, a fim de nos dar um breve parâmetro de alguns dados quantitativos do município de Cambé de modo geral, que consideramos relevantes a esta pesquisa. A partir deste retrato quantitativo, segue-se, com a explanação de algumas políticas públicas, como estão organizadas e planejadas pela gestão municipal, e neste sentido vê-se como elas são presentes nos territórios, constituindo para o processo de territorialização dos moradores do bairro que compõe nosso objeto de estudo.

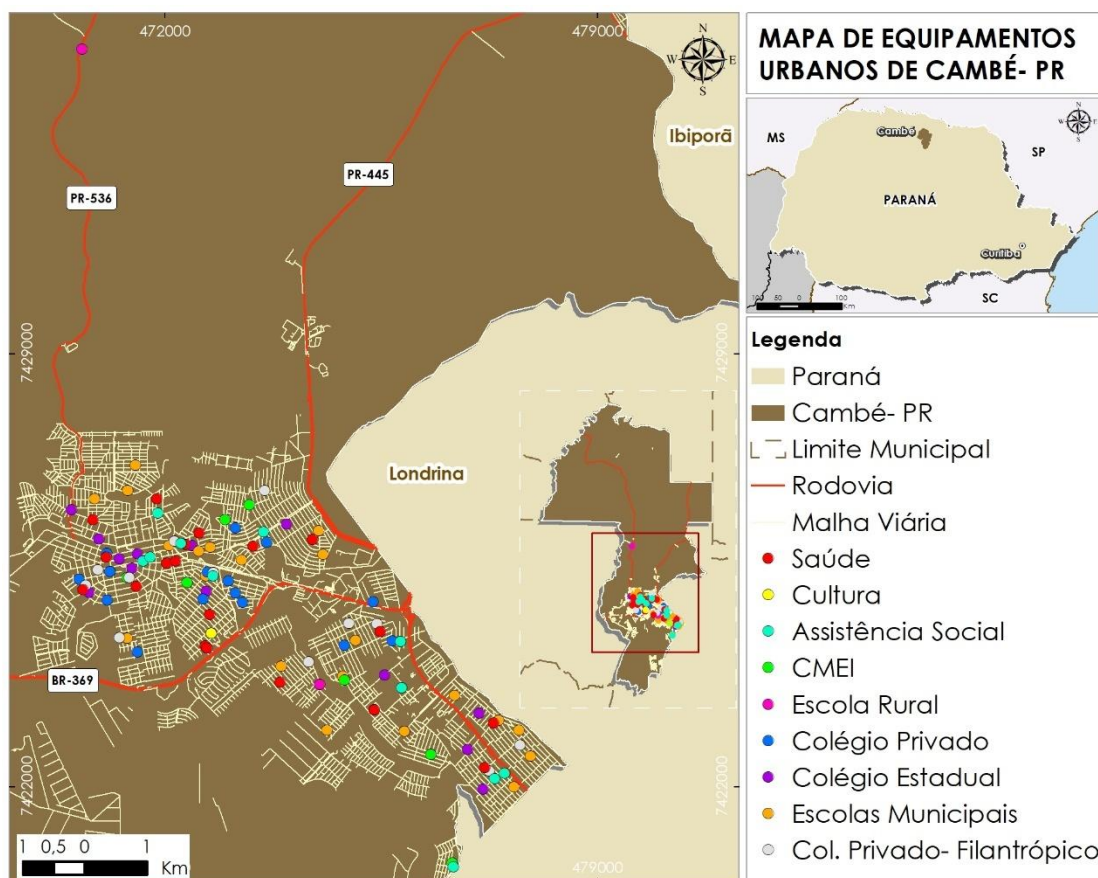
### 3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO

No que se refere à gestão das políticas públicas, temos que estes indicadores, auxiliam a qualificar o debate na agenda dos governos como subsídio nas decisões técnico-políticas. Estes dados prestam-se, no sentido de dimensionar a população e suas demandas, avaliar o nível médio de bem-estar, investigar as desigualdades sociais existentes e avaliar os efeitos da presença ou ausência de suas políticas. Como um meio de assegurar os seus direitos e o bem-estar da sociedade nas diversas áreas de atenção a pessoa humana

Deste modo temos uma série de ações, por intermédio de Políticas Públicas ou projetos de governo, que atuam diretamente em diferentes áreas como: saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte e segurança, a fim de atender as necessidades da população.

A figura 8 identifica espacialmente a localização dos equipamentos de serviços públicos em Cambé, isto nos possibilita identificar suas territorialmente, assim como compreender sua distribuição e como está sua disposição no município. Assim traremos subsídios para uma compreensão mais tangível da espacialidade de ação das políticas públicas em alguns segmentos elencados.

Figura 8: Mapa Equipamentos Públicos e Privados em Cambé, 2022



Fonte: Org. A autora, 2022

### 3.3.1 Assistência Social

A atuação da Assistência Social em Cambé, como nos demais municípios do Brasil, está regulamentados pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009)<sup>11</sup> e divide em duas áreas de proteção, são elas a Proteção Social Básica e Especial.

Conforme prevê a tipificação acima citada, as ações e estratégias para implementação dos serviços de proteção social básica devem promover o

<sup>11</sup> A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, foi aprovada em um cenário de conquistas para a Política Nacional de Assistência Social, por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Se refere a uma normativa que possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Também prevê, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)

fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e ações de caráter preventivo as vulnerabilidades e riscos sociais.

Entre os serviços da Proteção Básica, temos o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que é o um equipamento público estatal cujo principal serviço ofertado é o PAIF e realiza serviços e programas socioassistenciais de prevenção para pessoas em situação de risco, promovendo a melhor qualidade de vida para a população. De acordo com a Lei organiza de Assistência Social - LOAS, consta em seu artigo 6º-C parágrafo 1º, os equipamentos devem estar distribuídos nos territórios de abrangência de acordo com os índices de concentração do público-alvo, ou seja, em áreas de maior vulnerabilidade e risco social.

O Cras é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias. (LOAS, 1993)

Seguindo essa indicação de base territorial, em Cambé temos 6 equipamentos implantados, nas diferentes regiões, cujas denominações correspondem ao principal de sua abrangência. São eles CRAS Novo Bandeirantes, CRAS Santo Amaro, CRAS Ana Rosa, CRAS São Francisco, CRAS Tarobá e CRAS Campos Verdes.

O CRAS implantado no Jardim Campos Verdes, possui um equipamento que foi construído durante o processo de urbanização para atendimento dos moradores deste bairro, da ocupação Londrville e área rural Rancho Ringo.

Os profissionais do CRAS identificam as necessidades das famílias e encaminham para os serviços e programas sociais de acordo com cada situação: acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. As atividades realizadas nos CRAS são: recepção e acolhida; acompanhamento de famílias; acompanhamento prioritário dos beneficiários do BPC – Benefício de Prestação Continuada (idosos e pessoas com deficiência) assim como para inserção do PBC; acompanhamento a famílias atendidas com benefícios eventuais e encaminhamento para obtenção dos benefícios eventuais (auxílio alimento; auxílio funeral, documentos, entre outros); atendimento de indivíduos; grupo/oficinas de convivência

e atividades socioeducativas com famílias; visitas domiciliares; palestras e encaminhamento para inserção de famílias no Cadastro Único. (PMC, 2014, p.166)

Entre os programas da atenção básica, havia o Programa Bolsa da Família, do Governo Federal, que recentemente, em dezembro de 2021, foi substituído pelo programa Auxílio Brasil. Este novo programa implantado, possui as mesmas características de transferência de renda direta e indireta as famílias em situação de extrema pobreza que são aquelas que têm renda familiar per capita mensal igual ou inferior a R\$ 105,00 e as famílias pobres são aquelas que têm renda familiar per capita de R\$ 100,01 a R\$ 200,00 (duzentos reais).

O Auxílio Brasil foi criado em novembro de 2021 e tinha precisão de um valor médio de R\$ 224,21, no entanto em dezembro foi considerado como base um valor mínimo R\$ 400, elevando a média para R\$ 408,84 em dezembro. Este valor excedente foi regulamentado pela medida provisória que cria um “Benefício Extraordinário” para elevar os valores do pagamento em dezembro, para a qual está prevista a manutenção de R\$ 400 em 2022.

Conforme os dados do Demonstrativo Físico/ Financeiro do Auxílio Brasil e Benefício Extraordinário de janeiro de 2022, o município de Cambé possui 4.392 benéficos pagos a um valor médio de R\$ 404,41, totalizando um investimento direto, de R\$ 1.776.184,00.

Ainda na abrangência da Proteção Social Básica, temos o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que tem por finalidade a constituição de espaço de convivência, formação para participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia da criança e do adolescente. São realizadas atividades lúdicas, culturais e esportivas como forma de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Há registro que eram atendidas 140 crianças/dia em 2011. Havia uma unidade extensiva no Salão Comunitário do Jardim Campos Verdes, que atualmente não está sendo atendida.

O SCFV também é ofertado na modalidade de atenção ao Idoso, que conforme normativa, tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social.

Existem dois equipamentos de SCFV para o Idoso, um está localizado no Jardim Novo Bandeirantes e outro no Jardim Tupi, que atendiam em 2019 em média

120 idosos por unidade, com diversas atividades pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária.

Outro eixo de proteção da assistência social é a Proteção Social Especial, destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados, que são atendidas pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social. No ano de 2011 foram acompanhados, 541 casos de crianças ou adolescentes vítimas de violência físico-psicológica e abuso sexual, 130 Idosos, 16 pessoas com deficiência, 46 casos de mulheres, vítimas de violência, negligência ou abandono, 420 pessoas em situação de rua. (PMC, 2014, p.169)

Entre os atendimentos do CREAS, também está previsto o atendimento de Cumprimento de Medidas Sócio Educativas, que tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento de adolescentes e jovens que são encaminhados pela justiça e de suas respectivas famílias, durante o cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Registros de 2011 apontam o atendimento de 265 adolescentes e suas famílias.

### 3.3.2 Educação

Os levantamentos do PLHIS (2014) apontam que a rede escolar municipal (pública e privada) pode ser considerada de boa qualidade e abrangendo a totalidade da área urbana e rural do município. A rede escolar é composta por 59 escolas, sendo 2 rurais e 57 urbanas (INEP, 2011). No que tange o atendimento educacional ele abrange da educação infantil ao ensino superior. Em Cambé está estruturado por meio de 66 instituições que compõem toda a rede, nas esferas pública municipal e estadual, privada e filantrópica. A rede de ensino pública municipal e comporta por 26 Centros de Educação Infantil, 15 Escolas Urbanas e 02 Escolas, Municipais Rurais e a rede pública estadual é composta por 14 escolas.

Quanto ao número de alunos matriculados na educação, os índices do ano de 2020 mostram um total de 19.919 alunos matriculados nas diversas modalidades de ensino e esferas.

O ensino público é composto pelos níveis infantil, fundamental, médio e especial. A rede municipal possui os ensinos infantil, fundamental (séries iniciais), educação de jovens e adultos e educação especial. O governo estadual responde

pela quase totalidade do ensino médio e fundamental, e uma parte reduzida é atendida pela iniciativa privada. A forte presença do setor público no setor educacional reflete a condição econômica da população, majoritariamente de baixa renda. (PMC, 2014, p. 160)

Na cobertura da rede municipal, referente à distribuição espacial dos estabelecimentos de ensino há uma cobertura em distância a ser percorrida para acessar as escolas. Neste sentido a Educação infantil, considera-se ideal uma distância de 600 metros de distância máxima a ser percorrida a pé por uma criança. O estudo feito pelo município demonstra que a rede pública, neste requisito atende as expectativas, considerando boa a cobertura. Pelo critério adotado restam ainda quatro locais onde a cobertura não se efetiva, são estes os bairros o Parque Residencial Cambé, Conjunto Habitacional Roberto Conceição; Residencial Golden Park/Jardim Elisabeth e Jardim Ana Elisa III. Está em planejamento a construção de quatro novas unidades de Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) cobrindo áreas como o Jardim Panorâmico, Ana Rosa, e Jardim Monte Castelo. (PMC, 2014, p. 161).

Para a rede de ensino que atende o Ensino Fundamental, considerando-se um raio de abrangência de 700 metros para acessar as escolas. Para esta cobertura considerou-se “boa”, cobertura exceto num setor da área urbana, sul do centro urbano, abrangendo bairros como Adelaide, Brasil e outros próximos. (PMC, 2014, p. 164)

Tomando-se um raio de 1.000 metros como situação ideal de atendimento para o ensino médio, as seguintes localidades não são adequadamente atendidas: vertente oeste do Ribeirão Esperança, Jardim Vitória e lotes e chácaras ao sul da área urbana. (PMC, 2014, p. 164)

### 3.3.3 Saúde

Os estudos que foram realizados para fins do PLHIS (2014), apontaram que o município dispõe de uma rede bem organizada de serviços públicos em saúde. Considerou-se na época que ainda que ocorra uma expansão urbana, na próxima década, nos vazios urbanos existentes, ainda não será necessária a construção de novas unidades básicas. No entanto, expansão urbana para além da atual malha urbanizada implicará na criação de novas unidades. (PMC, 2014, p.156)

Quanto à localização das Unidades Básicas de Saúde (UBS), apontam que dos equipamentos existentes na cidade há uma distribuição equilibrada. A referência de abrangência territorial adotada é um raio de mil metros de distância, considerado o ideal de atendimento das UBS. Este documento afirma que a maioria da malha urbana da cidade está dentro da distância ideal, exceto 4 bairros, são eles o Jardim Campos Verdes, objeto do nosso estudo, Jardim Santa Adelaide, Morada do Sol, Condomínio Green Village e todos os loteamentos de chácaras de recreio. (PMC, 2014, p.156)

Neste ponto também consideramos essencial demonstrar a espacialidade da localização destes equipamentos, portanto faz-se necessário a construção de mapa que demonstre a localização dos equipamentos da política de saúde em Cambé.

Nos demais equipamentos voltados a execução da política pública de saúde, para realizar seus trabalhos a rede conta com 2 centros de atenção psicossocial, 13 Unidades Básicas, 7 clínicas especializadas, 2 Policlínica 1 Unidades de pronto atendimento (UPAs) e 2 hospitais da cidade são privados, como citado anteriormente nos dados quantitativos.

### 3.3.4 Habitação

Referente à questão da habitação, verifica-se que apesar das edificações construídas no município há um déficit quantitativo persiste. Pelos cálculos do Ministério das Cidades (MC), no período 2010 a 2023, seria necessário construir 4.989 moradias. Considerando a faixa de renda abaixo de três salários mínimos, seriam necessário construir 2.280 (46%) e para a faixa de 3 a 5 salários mínimos 1.546 (31%). A esse valor, consoante a metodologia da Fundação João Pinheiro, deve-se somar ainda o déficit qualitativo. Os dados do IBGE Censo 2010 apontam 19 domicílios improvisados, 790 domicílios. (PMC, 2014, p. 15)

No entanto os estudos indicam que as fontes orçamentárias próprias do Município, são insipientes para investimentos na área da habitação a maior receita é proveniente de transferências externas.

A realidade do município exige investimentos no setor habitacional e o município não possui condições financeiras de resolver apenas com recursos próprios. A receita per capita (receita total/população) do município está entre as piores no contexto dos municípios que compõem a RML. A receita total do município não lhe dá margem a solucionar os principais problemas no campo da habitação devido ao volume de recursos

necessários. A receita total do município de Cambé atingiu, em 2009, R\$ 91.421.094,00. Desta receita, ressalta-se que 80,72% são provenientes de transferência do Estado e da União. Dentre os municípios que compõem a RML, cinco municípios estão em pior situação que Cambé em relação à dependência das transferências externas. Outro dado significativo é que Cambé, na RML, tem a pior situação em relação à receita per capita (em 2009) com R\$ 945,09. Londrina, o município em melhor situação tem receita per capita 55% (R\$ 1.463,45) superior a Cambé. (PMC, 2014, p.170)

No que se refere as edificações precárias, o cadastro imobiliário do município, possui dados coletados com data de 1995, conforme descrito no PLHIS (2014). Apesar de ter sido realizado um novo recadastramento em 2010, os dados não foram incorporados à base de informações, para divulgação. Nesta época eram relacionadas 325 edificações na categoria de conservação péssimas, as quais estão situadas nas áreas urbanas do município relativas a loteamentos onde se cobra o IPTU. Neste cadastro não estavam relacionadas as moradias do Jardim Campos Verdes e a Área de ocupação Londrville, apesar de se caracterizar como rústicas e na condição de irregularidade fundiária urbana. (PMC, 2014, p.199)

Portanto, podemos afirmar que não há dados oficiais, que registrem quantitativamente as moradias precárias em áreas urbanas regulares e irregulares, uma vez que, as unidades habitacionais do Jardim Campos Verdes foram urbanizadas por meio de projeto de regularização fundiária, em 2010, e houve um aumento de unidades habitacionais na Área de da ocupação Londrville.

Historicamente, verifica-se que a política habitacional do município edificou um total 2.367 habitações: “536 moradias na década de 1970; 705 moradias nos anos 1980; 840 moradias na década de 1990; apenas 66 moradias nos dez primeiros anos da década 2000.” (PMC, 2014, p. 188)

Da produção de habitação de interesse social no município, verifica-se que a maioria consiste em empreendimentos promovidos pela Companhia de Habitação do Estado do Paraná (COHAPAR), em parceria com a Prefeitura Municipal. A COHAB-Ld Londrina participou do processo de produção desse tipo de habitação, em menor proporção, totalizando 533 moradias, divididas em dois conjuntos habitacionais.

A perspectiva que se calculava, para elaboração do PLHIS (2014), no que se refere moradias previstos, recém-entregues ou a concluir totalizam 1.717 e são para a faixa de renda é de zero a 3 Salários Mínimos 1.326 e 2 a 5 Salários Mínimos 931 unidades habitacionais. Estão distribuídas nos seguintes locais:

- 315 moradias no Conjunto EuthymioCasaroto (COHAPAR, entrega em março 2012);
- 62 moradias do FNHIS no Conjunto EuthymioCasaroto (COHAPAR, em construção);
- 123 moradias do PMCMV no Conjunto EuthymioCasaroto (COHAPAR, em licitação);
- 192 apartamentos do PMCMV no Jardim Ana Eliza (entregue em nov.2011, 0 a 3 SM);
- 180 moradias do PMCMV no Residencial Água da Esperança (Construtora Cantareira, em construção, 2 a 5 salários);
- 561 moradias do PMCMV no Jardim Village de Itaipu (Construtora COHABRA) 2 a 5 salários;
- 284 moradias do PMCMV para o Jardim Campos Verdes(em licitação), 0 a 3 SM;
- 350 moradias (em aprovação, 0 a 3 SM);
- 190 apartamentos (em aprovação, 2 a 5 salários). (PMC, 2014, P.194)

### 3.3.5 Transporte Público

Outra área de execução da política pública de grande relevância para o atendimento dos indivíduos é o sistema de transporte coletivo. Na área urbana o serviço é operado por concessão pela empresa Transporte Coletivo Ltda (TIL), que disponibiliza 23 linhas, sendo que dessas, 17 atuam no sistema metropolitano, duas atendem áreas rurais e apenas 4 no sistema urbano. (PMC, 2014, p. 149)

Antigamente os ônibus urbanos tinham como ponto de partida e destino final o terminal urbano, que se localiza na Praça Getúlio Vargas, em frente a sede da Prefeitura Municipal. Em 2017 foi inaugurado um novo Terminal Central localizado na Rua Belo Horizonte, centro da cidade. No entanto essa estrutura foi muito criticada pelos usuários que ficavam expostos em dias de chuva e vento forte, pois a cobertura oferecia uma proteção insuficiente. Este fato exigiu um novo investimento de ampliação e reforma que se iniciou em setembro de 2019. A obra teve um custo de R\$ 658.288,28, a qual modificou a cobertura adicional à atual, além de pintura, guarda-corpo, instalação de floreira e letreiro, totalizando uma ampliação de uma área de 735 m<sup>2</sup>. A obra foi reinaugurada em 07 de março de 2020, e os ônibus começaram a operar na manhã seguinte. (OGAWA, 2020)

Além das linhas urbanas, o transporte coletivo de Cambé é complementado serviço de cobertura da Região Metropolitana de Londrina (RML) realizada pela mesma empresa. Nessa modalidade, as linhas interligam Londrina e Ibiporã e complementam as áreas de atendimento do transporte interurbano, como no caso do Jardim Ana e áreas próximas ao Jardim Novo Bandeirantes, Santo Amaro e

Distrito Industrial. As linhas metropolitanas se direcionam “o centro de Londrina, o setor oeste de Ibiporã e as atividades localizadas ao longo da rodovia PR 445, em Londrina, onde estão Universidades, Shopping Center Catuaí e outros pontos de maior desejo e empregos”. (PMC, 2014, p. 149)

### 3.3.6 Cultura e Esporte

As atividades culturais de Cambé são coordenadas pela Secretaria de Cultura, e existem poucos equipamentos. Destes equipamentos podemos citar o Centro Cultural, localizado no centro da cidade, que era o núcleo inicial da cidade, formado pela CTPN, é neste local que se concentram a maioria das atividades. Nele estão o Museu Histórico de Cambé, oficinas de arte, espaço para exposições e a Biblioteca Pública. (PMC, 2014, p.171)

Na área de práticas esportivas, podemos considerar que Cambé conta com boa infraestrutura para essas atividades, possui 8 campos de futebol, 2 centros esportivos, 1 estádio, 5 ginásios e 13 quadras poliesportivas, em diversos bairros da cidade, destinadas à comunidade, inclusive no Jardim Campos Verdes, foi construída uma quadra com o programa de urbanização. A Secretaria de Esportes incentiva a prática de esportes por meio da organização de jogos, disputas de jogos oficiais e por meio de Escolinhas de Treinamento (handball, futebol, futsal, basquete e voleibol). (PMC, 2014, p.171)

Outro espaço e público de relevância que deve ser citado, são as Praças. Não existe uma grande desses espaços e outras, deixaram de ser praças para edificação de equipamentos urbanos. Assim, o Município dispõe de dez praças, sendo duas delas as mais importantes, uma delas é a Praça Santo Antônio, onde está situado o Centro de Eventos, junto à igreja matriz católica, com aproximadamente 12 mil m<sup>2</sup> e a outra é a Praça Getúlio Vargas, localizada no centro urbano.

Vale ressaltar que a maioria das praças está localizada na região central da cidade, como citado anteriormente foi o núcleo inicial do aglomerado urbano cambense e seu entorno. Bairros que se formaram como expansão urbana, como o Jardim Ana Rosa, Novo Bandeirantes, Silvino, Ana Elisa, e os conjuntos habitacionais construídos pelo governo, são territórios com quantidades reduzidas de praças públicas.

Destaca-se que as políticas públicas compõem a dimensão territorial. A abordagem do território, como abordamos em seus conceitos desenvolvidos pelos diversos atores Santos (2005) e Saquet (2004), o mesmo é destacado como delimitação da espacialidade geográfica e jurídica. No entanto para os indivíduos que utilizam esses serviços para atender suas necessidades cotidianas, temos um território além do contexto formal definido pelo poder público, o que veremos nas próximas análises.

O território do Campos Verdes: características e história; Caracterização dos sujeitos da pesquisa; A territorialização do Campos Verdes; Dinâmica de territorialidades: Poder e disputa; Território e Pertencimento; Territorialização e Território e o acesso aos serviços públicos pelos moradores.

#### 4. OCUPAÇÃO CAMPOS VERDES: TERRITÓRIO E PODER

No tratamento analítico proposto neste estudo, o território torna-se uma categoria evidente na preocupação em apreender e responder a respeito da relação entre espaço e sociedade, essa relação direta nos permite, a inteligência em referência à dinâmica territorialização. Ao mesmo tempo, nos coloca diante da necessidade de se apreender o máximo possível as relações sociais, econômicas, de poder e disputa entre classes.

Diante desses desafios e outros que se impõe a realidade abordada, pensar a construção histórica desses com altas concentrações de indivíduos em situação de vulnerabilidade social nos remete, mais uma vez, a importância de compreender esse movimento dialético, no qual a realidade transformada continuamente pelo homem assume a dimensão de território usado, que conforme Santos (2000), visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso. [...] Um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recria estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. (SANTOS, 2000, p. 12-13)

Nosso estudo se apropria da leitura de território utilizada para analisar o objeto proposto o ponto de vista dos indivíduos que o construíram. Neste sentido é essencial contextualizar sua formação sócio-histórica deste bairro de Cambé articulado no reconhecimento da conjunção de espaço econômico, cultural e político, tal como proposto por Haesbaert (2009) os quais estão articulados em uma rede que se estende do local ao global. Estes territórios são espacialmente descontínuos, mas, ao mesmo tempo, intensamente conectados e interligados entre si, em uma complexa relação entre espaço e tempo.

##### 4.1 O TERRITÓRIO DO JARDIM CAMPOS VERDES: CARACTERÍSTICAS E HISTÓRIA

Em muitas cidades brasileiras, segundo Verás (2003), os poderes públicos diminuíram sua tarefa de fazer cidades, deixando esse papel ao capital privado, reservando ao livre jogo do mercado a ocupação do solo urbano.

Em uma sociedade marcada por extrema desigualdade, a maioria da população vê-se alijada do mercado formal de habitação, do que resultam

extremas periferias desequipadas como cinturão de abordagem dos mais pobres às regiões metropolitanas, além de porções centrais deterioradas e a auto segregação das elites. Tudo isso se visualiza em uma certa topografia social da desigualdade. Enquanto os “espaços da pobreza” são deixados ao livre jogo do mercado, ao contrário, nos empreendimentos centrais, nos pontos turísticos ou nos bairros produzidos para sede de bancos ou multinacionais, nos edifícios de luxo, verifica-se o rosto do grande capital – a nova face da globalização. As pressões imobiliárias crescem em ritmo exponencial e o poder local não consegue resistir-lhes, a não ser que se cultivassem uma consciência e políticas públicas que lhes fizessem frente por serem imbuídas dos valores que a identidade territorial. (VERAS, 2003, p.80)

O processo de uso e ocupação de localidades impróprias para a habitação por meio de desenfreado e acelerado desenvolvimento urbano e a fragilidade ambiental, segundo Maricato (2011), mostra que a expansão urbana não leva em consideração as áreas que não deveriam ser ocupadas como loteamentos irregulares, bairros construídos em áreas próximas ao lixão das cidades, áreas de preservação ambiental – APAS ou áreas de preservação permanente – APPs.

A formação do Jardim Campos Verdes no município de Cambé é como muitos no Brasil, pessoas de várias localidades reunidas em uma região, em geral famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, sem renda, sem emprego, sem escolaridade, sem moradia, incluídas e excluídas a todo o momento nesse sistema perverso e desumano.

As famílias residentes no antigo assentamento Campos Verdes, foram alocadas neste território em habitações irregulares e sem nenhuma infraestrutura, apresentando a fragilidade das políticas habitacionais existentes no Brasil. Segundo os autores Piffer, Silva e Silva (2011, p.2),

A provisão, ou não, de habitação por parte do Estado contribui na configuração do espaço urbano - e para a definição de áreas ordenadas ou não urbanizadas, como as favelas. Nestes espaços a qualidade de vida está diretamente vinculada ao direito à moradia digna. (PIFFER, SILVA e SILVA, 2011, p.2)

O Jardim Campos Verdes, assentamento precário, é fruto do processo de exclusão do mercado habitacional formal, do êxodo rural e da pauperização das famílias carentes do município de Cambé, Londrina e da mesorregião geográfica. (PTTS, 2010). Faz divisa com o município de Londrina, sendo separado por uma rua do Bairro João Turquino pertencente ao município de Londrina. O terreno ocupado, lote nº 97-A2, de 353.679,50m<sup>2</sup> (14,6 alqueires paulistas) era propriedade

da COHAB-Ld. Ao lado encontra-se a Ocupação Londrivelles destacada na figura abaixo (Figura 8). Segundo Rolnik (2009) estes territórios e seres humanos segregados, por vezes excluídos, constituem um modo de vida forçado e à revelia da presença do Estado ou na continuidade de qualquer esfera pública e, portanto, desenvolvem-se sem qualquer controle e assistência, explicitados no Jardim Campos Verdes e Londrivelles de Cambé.

Figura 9: Rua que divide Campos Verdes e Londrivelles



Foto: A autora, 2022

Na figura 8 tem-se temos uma foto atual de 2022 do lado esquerdo podemos visualizar a ocupação Londrivelles e do lado direito a ocupação do Jardim Campos Verdes teve seu início em meados de 1986, por famílias organizadas, através de movimentos sociais urbanos. No ano de 1994, devido demanda habitacional a Companhia Habitacional de Londrina - COHAB-Ld libera uso provisório de lotes por famílias londrinenses. Essa ocupação foi distribuída por 35 famílias, sendo 20 do município de Cambé da região periférica Sudeste, 10 provenientes de ocupações irregulares de Londrina, e 05 de outros municípios fruto do processo de migração e êxodo rural. (PTTS, 2010)

Siqueira (2006) afirma que a terra, no modo de produção capitalista, adquire características similares às de uma mercadoria e acaba por funcionar como capital. Na economia capitalista, o uso do solo urbano e o seu regulamento pelo mecanismo de mercado acabam por determinar os preços do mercado imobiliário. Quem da terra necessita nem sempre pode pagar por ela, o que observamos nessa ocupação sendo regulada na distribuição de terrenos pelo próprio poder público, aqui representado pela COHAB-Ld que é quem deveria estar provendo moradias para população que não tem acesso a terra.

A ocupação continua no ano de 1996 quando ocorreu a segunda, motivada por 92 famílias oriundas dos municípios de Ortigueira, Faxinal, Cambé e Londrina, organizada por Movimentos de Favelas de Londrina com apoio do Movimento dos Sem Terra. Observamos as cidades como pontos de convergência de fluxos migratórios do campo para os centros urbanos mais prósperos e próximos em virtude da expansão e penetração do capitalismo no campo. No entanto, Gonçalves (1998) ressalta que migrações e condições subnormais de moradias não se encontram diretamente relacionadas. Não é o fato de ser migrante que leva o indivíduo a ser morador de uma ocupação, mas sim o seu empobrecimento crescente, em decorrência de uma situação econômica que a cada dia deteriora seu poder aquisitivo.

Muitos dos migrantes, não só os que deixaram o campo, mas também que deixavam outras cidades e foram para outras áreas rurais, tiveram como alternativa dirigir-se para as cidades e sujeitar-se a morar nas periferias, na qualidade de bóia-fria, trabalhador informal e/ou desempregado, tornando-se, assim, marginalizados perante à sociedade em que se insere. (RAMIRES; SANTOS, 2001)

As próprias famílias que ali estavam no Jardim Campos Verdes realizaram a divisão dos lotes, desenharam um mapa e em negociação com representantes da COHAB-Ld, receberam autorização para o uso exclusivo de moradia.

No ano de 2001 ocorreram intervenções planejadas de órgãos municipais de Cambé viabilizando o acesso às políticas públicas coordenado pela Secretaria de Ação Social e Saúde Pública na inclusão de três programas: Cadastro Único – Bolsa Escola/PBF, Hortas Comunitárias e Programa Saúde da Família. Com essa intervenção do município de Cambé a ocupação de lotes aumenta, passando de 145 para 286 famílias. Para Martins (2003), enquanto alguns lucram especulativamente com a terra, nas periferias do outro lado da cidade, as favelas

vão crescendo; alastram-se os assentamentos urbanos carentes de infraestrutura básica, decorrentes do processo informal de ocupações coletivas; os cortiços proliferam; os conjuntos habitacionais são ocupados de modo irregular. Como observamos isso é reflexo do não cumprimento da função social da propriedade, que se perpetua na realidade brasileira.

No ano de 2003, através do movimento social comunitário das famílias, essas exigem regularização dos lotes envolvendo o poder público Executivo de Cambé e Londrina, Legislativo e Ministério Público da Comarca de Cambé. Ocorre diminuição significativa da intervenção dos organismos governamentais, tendo como justificativa ausência de orçamento específico e complexidade legal do assentamento precário.

Em novembro de 2003 um grupo de traficantes assume o comando da área expulsando várias famílias, destruindo barracos o que resultou em apenas 81 famílias que foram acompanhadas assistencialmente pela entidade social APMI de Cambé (PTTS, 2011). Maricato (2000), demarca que a sociedade brasileira presenciou o redimensionamento de um fenômeno que ficaria conhecido como violência urbana, sendo o começo de uma escalada de crescimento do número de homicídios. Esse fenômeno vem contribuir para ampliar as noções de exclusão, já que as áreas consideradas violentas são aquelas em que predomina um conjunto de indicadores, como: níveis baixos de renda e escolaridade, maior desemprego, maior número de moradores em favelas, piores condições de moradias.

Como uma expressão das desigualdades sociais, às estruturas de exploração, dominação e exclusão inseparáveis a esta organização societário, se estabelece uma associação quase que mecânica entre pobreza e violência., ou seja, quanto maior a pobreza, maior a violência. Neste sentido a violência urbana surge então como expressão de lutas entre as “classes dominantes e o conjunto dos subalternos.” (ADORNO, 2002, p. 88)

Trata-se de um processo no qual a urbanização, possui um caráter excludente e segregatório, no qual o tráfico de drogas se faz presente no território e se insere como uma atividade criminosa, que absorve força de trabalho e para alguns indivíduos, tornam-se a uma alternativa a população pobre e desempregada (ADORNO, 2002, p. 96).

Segundo diagnóstico apontado no PTTS (2011) administração municipal, em 2005, retoma ações efetivas na ocupação, por meio de políticas públicas de

assistência social. Deste modo, com a presença do poder público houve a possibilidade do retorno das famílias que haviam sido expulsas do Jardim Campos Verdes, que reocuparam os seus lotes. O trabalho da assistência social passou a ser desenvolvido em espaço construído por uma organização religiosa, utilizado como Centro Comunitário, e posteriormente foi doado ao Município.

No ano de 2006, instala-se no Jardim Campos Verdes o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de forma precária, sem os recursos – ou meios necessários (pessoal, orçamento, equipamentos), conforme exigência legal do Governo Federal (MDS) e da comunidade. Estruturam-se na comunidade, a partir de 2007, projetos de diversas entidades da sociedade civil, e da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Nesse ano (2007) a Prefeitura de Cambé introduziu essa área ocupada ao projeto de urbanização em termos assinados pela COHAB-Ld e pela Prefeitura Municipal de Londrina, com os compromissos de liberação da área para as obras do PAC juntamente com o Ministério das Cidades.

O território persistia com seus ocupantes na luta diária por melhores condições de vida, pois continuava sem infraestrutura, moradia adequada, sem serviços públicos essenciais, enfim sem nenhuma estrutura para que atendesse seus moradores.

No ano de 2010, reiniciam alguns projetos vinculados ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS II que se localizava no Jardim Novo Bandeirantes, região considerada entorno da ocupação.

Os moradores do Jardim Campos Verdes na sua evolução histórica, foram se estruturando a partir das relações sociais e de poder. A intervenção do poder público esteve sempre condicionada a partir da mobilização dessa população, para responder as necessidades.

Em 2010, o Ministério das Cidades divulgou oficialmente a aprovação de R\$ 13,8 milhões de reais para as obras de saneamento e habitação do Jardim Campos Verdes as obras de infraestrutura e construção de moradias.

Para Rolnik (2009) estes territórios e seres humanos segregados, por vezes excluídos, constituem um modo de vida forçado à revelia da presença do Estado ou na continuidade de qualquer esfera pública e, portanto, desenvolvem-se sem qualquer controle e assistência. Para autora serviços públicos, quando existentes, são mais precários do que em outras partes das cidades; trabalhar nessas áreas muitas vezes é visto pelos funcionários públicos como “castigo”. Mais do que isso,

viver permanentemente sob uma condição de privação de necessidades ambientais básicas faz os habitantes se sentirem como se suas vidas tivessem pouco valor.

Nesse ano o número de famílias eram 376, o território contava com o abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica e iluminação pública, as vias eram abertas, mas sem pavimentação asfáltica. Havia a necessidade da legalização da posse, instalação de infraestrutura como a pavimentação de vias, drenagem, pavimentação de passeios, arborização de vias e construção de equipamentos urbanos, bem como a construção de unidades habitacionais que abrigassem essa população.

Figura 10: Jardim Campos Verdes início das Ocupações, 2012



Foto: José Luiz Faraco – 2012

As casas eram construções rústicas muito precárias (figura 10) em sua maioria de material de aproveitamento, como madeira e taipa revestida e não revestida. Segundo essa fonte, os domicílios construídos em madeira, taipa revestida e não revestida. (PMC, 2014, p. 200)

A moradia como necessidade básica do ser humano, quando não atendida, o que resta é o ato de ocupar e isso envolve múltiplos aspectos como a qualidade de vida social e ambiental entre outros, quando não é problematizada pelos governos municipais, resta-lhes o rótulo de “invasões” ou “invasores” aos sujeitos que ocupam áreas sem a devida formalidade jurídico-contratual e/ou mercantil, mas existe o respaldo legal para o processo de regularização fundiária no Brasil, essa se

encontra presente na Constituição Federal de 1988, nos artigos 182 e 183 e na Emenda Constitucional nº 26/2000, que inseriu o direito à moradia como um direito social, só que está longe de ser efetivada.

Figura 10: Moradias precárias do Campos Verdes, 2012



Foto: José Luiz Faraco – 2012

A ocupação em 2011 continuava apresentando vários impactos referentes à saúde, educação, renda de seus moradores. Nesse ano foi realizada uma visita ao local pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SAMA/Cambé) que identificou que se tratava de ocupação consolidada, que apresentava situação crítica em relação ao esgotamento sanitário, uma área em declividade acentuada na sua maior porção e que apresentava degradação ambiental por processos erosivos e usos irregulares do espaço urbano.

Dentre os vários problemas ambientais identificou: falta de arborização urbana; destinação inadequada de resíduos; acúmulo de materiais inservíveis nos lotes; água servida sendo despejada diretamente na rua; criação de animais em locais impróprios; queimadas aleatórias de lixo domiciliar e outros materiais; proliferação de artrópodes, vetores e hospedeiros intermediários nocivos à saúde e ao meio ambiente; falta de saneamento ambiental.

Segundo Haesbaert (2006), a questão da apropriação e da dominação dos espaços, constitui de suma importância na análise dos territórios em disputa, seja na luta pela terra e reforma agrária no campo, contra a especulação imobiliária e direito à moradia nas cidades, e mais do que isso, pelo direito à cidadania.

Assim essa população conquista um dos maiores investimentos nesse território, inicia-se em 2010 com prazo para a execução para março de 2011. Para execução das obras de infraestrutura e urbanização, foram empregados diversos agentes estatais que constituíram no Projeto Trabalho Técnico Social – PTTS, Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, com recursos financeiros do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e Programa Minha Casa. Os expedientes para estas obras foram destinados do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 e o Ministério das Cidades.

Desse total, cerca de R\$ 4,6 milhões foram destinados para as obras de saneamento, pavimentação asfáltica, construção de meio fio, galerias e outras estruturas necessárias ao antigo assentamento.

O maior montante, no valor de R\$ 9 milhões, foi para a construção de 284 casas para as famílias que já estavam cadastradas nas Secretarias de Assistência Social e de Saúde de Cambé. Mas, não foi o que ocorreu. Foram construídas 172 unidades habitacionais, alegando que devido série de problemas identificados nos terrenos que possuíam alta declividade e muita pedra. Toda a parte de obras de infraestrutura urbana, como meio-fio, pavimentação de vias e passeios, a arborização de vias e rede de galerias de águas pluviais, iluminação pública. Entre os equipamentos urbanos foram construídos o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), uma quadra poliesportiva (FHNIS) e uma creche (PMC, 2014, p.192).

O Projeto Integrado, elaborado pelo poder público local foi alicerçado legalmente na exigência jurídica do Estatuto da Cidade e as diretrizes do Plano Diretor do município de Cambé (2009). O Estatuto da Cidade em seu Capítulo I no que tange as Diretrizes Gerais com relação à criação de projetos de habitação de interesse social estabelece que:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

A Lei Complementar nº. 014/2008, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento de Cambé (2009) oferece as seguintes orientações acerca da concepção de projetos urbanos:

Capítulo I das Disposições Preliminares: ART. 3º. Esta Lei está fundamentada na Constituição Federal e Estadual, na Lei Federal 10.257/2001 e na Lei Orgânica do Município, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento de Cambé como instrumento básico da política de desenvolvimento do Município. PÁRAGRAFO ÚNICO – As estratégias, políticas, programas, planos, projetos, planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamento deverão orientar-se pelos objetivos, princípios, diretrizes e propostas constantes dessa Lei, seus respectivos anexo e outros instrumentos específicos a ela complementares. ART. 4º A promoção do desenvolvimento do Município de Cambé é de responsabilidade do Poder Público e da sociedade, com base nos seguintes princípios gerais.

O Projeto Integrado foi elaborado com base nas necessidades apontadas pela comunidade que até então sofriam com as condições com as quais estavam submetidas, por isso esse compõe vários projetos que forma a proposta viabilizadas no território Campos Verdes, sendo esses discutidos e articulados através das Secretarias Municipais.

Conforme diagnóstico (2010) socioeconômico das famílias, foram apontadas no território necessidades como equipamentos sociais, infraestrutura básica e substituição das habitações subnormais. As necessidades dessa comunidade iam além da construção de unidades habitacionais, ou seja, além de garantir habitação adequada, verificou-se a necessidade de criação dos aparatos sociais que segundo o Projeto Integrado: PTTs de Urbanização no Assentamento Precário Campos Verdes (2011, p.33) foram:

- 01 Centro de Referência de Assistência Social – subsede do CRAS II; [...] a instalação da subsede do CRAS II na área do Assentamento Precário fundamenta no quadro de necessidade de uma população vulnerável em situação de risco que clama por Proteção Social (Básica e Especial), conforme diagnóstico socioeconômico, no cumprimento do requisito legal, conforme a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e NOB.
- 01 barracão comunitário para Centro de Triagem e Reciclagem de Resíduos Sólidos; [...] a ausência de qualificação profissional, e em sua maioria gerando renda no trabalho informal urgem apoio na geração de trabalho e renda, justifica-se a implantação de uma unidade de reciclagem e comercialização de resíduos sólidos da comunidade com a instalação do projeto de coleta seletiva – em um

barracão de alvenaria de 70m<sup>2</sup>. Neste barracão as famílias organizarão em associação cooperativa que organizará a coleta, reciclagem, pesagem e venda dos resíduos sólidos coletados.

- 01 Centro de Educação Infantil (para crianças de 0 até 05anos), [...] Considerando a média de pessoas por domicílios de 3,8, chefe de famílias do sexo masculino, a demanda por creche para cuidado e educação dos filhos menores de 06 anos fundamenta-se a implantação de uma unidade de Centro de Educação Infantil, proporcionará as famílias o cuidado dos filhos em período integral disponibilizando tempo para o mercado de trabalho, e geração de renda.
- Construção e substituição de 274 unidades habitacionais
- Infraestrutura básica como: rede de água, energia elétrica, asfalto, galerias pluviais.

A partir dessas necessidades o poder público local elaborou a proposta e firmou a parceria com o governo Federal e Estadual viabilizando o projeto através dos recursos do FNHIS e do PMCMV, iniciando então as intervenções no ano de 2011.

A seguir discorreremos o território atual do Jardim Campos Verdes após as intervenções, bem como a territorialidade, ou seja, como as pessoas percebem esta, como elas organizam o espaço, atribuem significado e apontam suas dificuldades e desafios no cotidiano. Rolnik (2015), diz que é o território como ele é percebido, ou seja, como espaço de vida, de apropriação, de criação, de expressão, de liberdade, de defesa e de experimentação.

#### 4.2 A TERRITORIALIZAÇÃO DOS SUJEITOS NO JARDIM CAMPOS VERDES

Explicar o conceito de território não é uma tarefa fácil, se compreendermos que não se trata apenas de um conceito puro. Mas, em que estão elencados elementos, atribui sentidos à toda uma luta de resistência e na maioria das vezes à permanência dos grupos, o que observamos nesse caso do Campos Verdes. No campo ou na cidade, o território constitui-se como espaço de identidade, de força e de luta, interpenetrada pelas relações sociais. Assim sendo, território

[...] o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) que é apropriado ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes de identidade. (SOUZA, 1996, p.84)

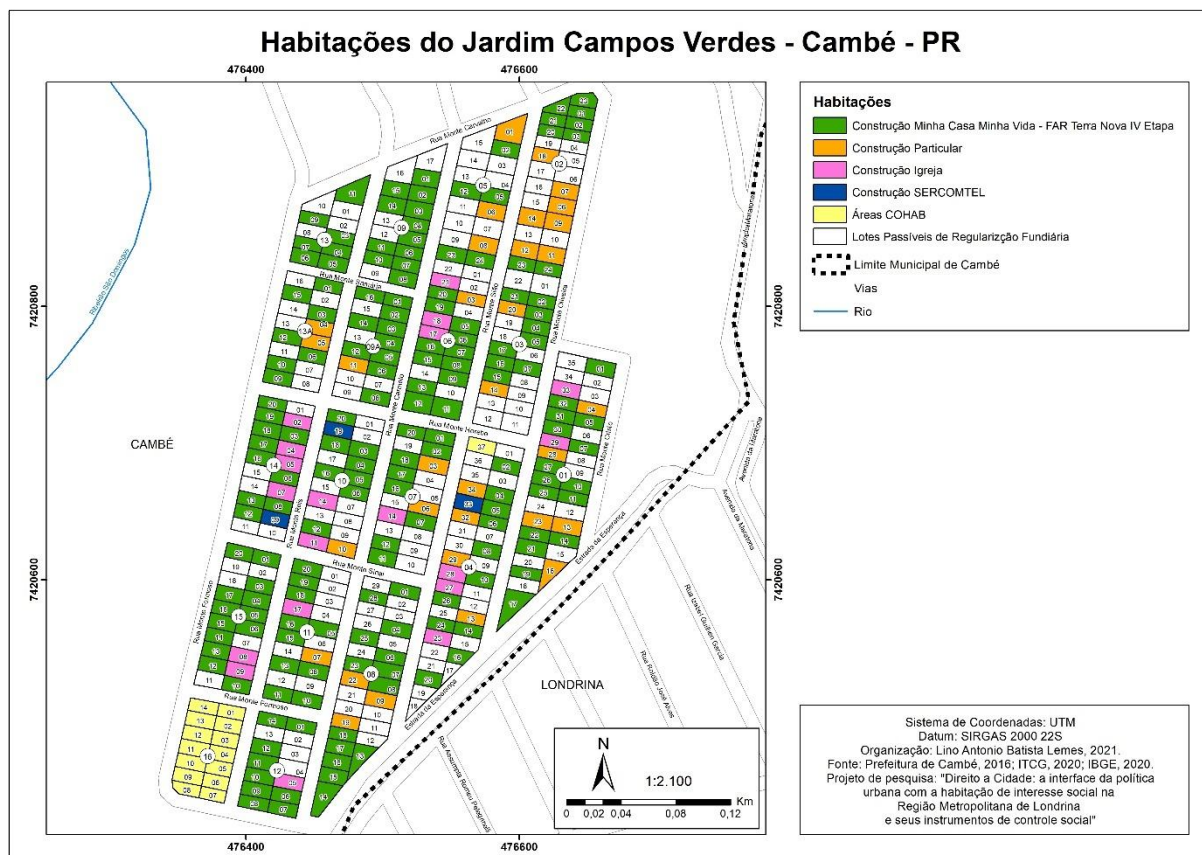
O território é antes de tudo uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação. O processo de urbanização do Jardim Campos Verdes, possibilitou a visibilidade desse território na cidade de Cambé, no entanto, não minimiza uma série de problemas, no que se refere à manutenção das relações sociais e econômicas das famílias, na medida em que o projeto não incorpora ações que minimizem os impactos referentes às condições econômicas, sociais de seus moradores.

Cada família apresenta um histórico diferente na ocupação do Jardim Campos Verdes. Desta forma as pessoas são consideradas sujeitos de direito à moradia e ao acesso a políticas urbanas integradas. Os moradores aqui apresentados devem ser considerados capazes, sujeitos potenciais de lutas pelas transformações sociais necessárias por cada um em suas particularidades e pela construção de uma identidade coletiva, e comunitária que representa o direito à regularização fundiária dos espaços por eles habitados.

Vale ressaltar que nas intervenções urbanísticas realizadas a partir de 2012 até o momento atual desse estudo (2022) os moradores denunciam a não regularização fundiária de seus terrenos, o que perdura há mais de dez anos do início da execução do referido projeto.

O loteamento foi regularizado a partir das intervenções urbanísticas, na qual consta com um total de 361 terrenos. A figura 11 demonstra as unidades habitacionais construídas pelo Projeto Integrado – PMCMV, demarcadas na cor verde, sendo essas 172 casas que abrigam núcleos familiares. A cor branca, amarela e laranja são 189 terrenos que não receberam a titularização e posse de seus lotes, a quadra representada pela cor amarela está vazia, sendo esses 14; o local não oferece condições de habitabilidade, por ser em declive e apresentar rochas (pedras) no solo. Os lotes de cor laranja representam igrejas, comércio, unidades habitacionais construídas por ONGs pertencentes ao terceiro setor como, por exemplo, a igreja católica, sendo essas 19, sendo que 03 foram construídas pelo projeto social ligado a SERCOMTEL e 32 foram construções particulares.

Figura 11: Loteamento Campos Verdes, 2021.



Fonte: Cordeiro, S., 2021. Arte Final. Lemes, L. A. B., 2021.

Importante a partir desses dados urbanísticos do território, apresentar o perfil socioeconômico dessas famílias. Para tal foi utilizado os dados do relatório de Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único, CECAD de agosto de 2021 da Secretaria da Assistência Social de Cambé, por ser esse o mais recente. Este cadastro é utilizado para programas do governo federal que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, para o qual, são coletadas informações como identificação de cada pessoa, características da residência, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras, que possibilita levantar a realidade socioeconômica dessa população.

A partir dos dados do cadastro, residem atualmente (2021) nesse território 987 pessoas, distribuídas em 346 famílias cadastradas. Aqui demarcamos a permanência do número de famílias, após intervenção do Projeto Integrado que trouxe benefícios para esse território. Além dessas 346 famílias existem em torno de 361 núcleos familiares que residem no Jardim Campos Verdes. Em relação ao

número de pessoas que convivem sob o mesmo teto, caracterizado como famílias, existe uma média diversificada. Em sua maioria são núcleos com 2 pessoas, totalizando 27%, seguidos por 3 pessoas num total de 19%, 4 pessoas 18%, 5 pessoas 10% e 6 pessoas 4%.

Corrêa (1989) destaca que ainda que diferentes grupos sociais se apropriem do território (territorialização), apenas alguns deles são efetivamente modeladores desses. Para o autor o “espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. Dentre cinco grupos<sup>12</sup> que a autor define como promotor do espaço urbano aponta que o 5º grupo social é composto pelos excluídos, cujas possibilidades de moradia são os cortiços localizados próximos ao centro da cidade, as casas produzidas pelos sistemas de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, além das favelas e das ocupações.

Das 987 pessoas residentes nesse território, quando referimos ao quesito gênero, a maioria dos moradores se declaram como sendo do sexo feminino (55%), sendo 45% do sexo masculino. Esse percentual se distribui entre as várias faixas etárias, sendo 35% distribuídos até 14 anos, 59% das moradoras estão na faixa de 15 a 64 anos, e o restante 6% acima de 65 anos. Esses percentuais são proporcionais as médias em relação a gênero e faixa etária no município.

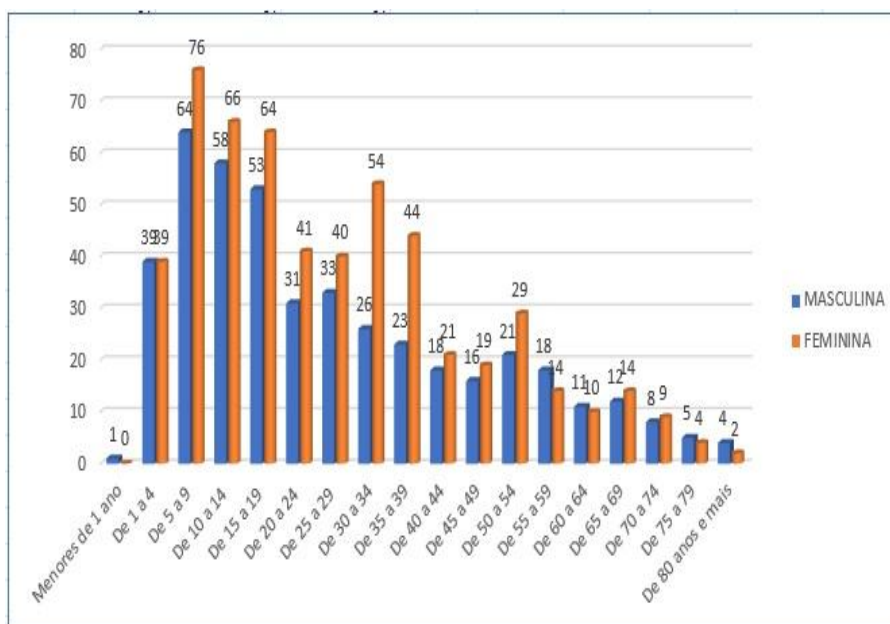
O preenchimento dos dados para o Cadastro Único, quem presta as informações, sempre é a pessoa que se denomina responsável pela família (RF), responde as informações por todos os membros das famílias para o entrevistador, deve ter pelo menos 16 anos e preferencialmente, ser mulher. Em Cambé essas informações são coletadas no CRAS. A preferência pela titularidade feminina é condicionada a previsão legal existente para os programas de transferência de

---

<sup>12</sup> 1) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, são grandes consumidores de espaço; 2) os proprietários imobiliários atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária possível de suas propriedades; 3) os promotores imobiliários formam um conjunto de agentes que realizam as operações de incorporação, financiamento, estudo técnico, construção do imóvel e comercialização. Atuam no sentido de produzir habitações para a população que constitui a demanda solvável; 4) o Estado atua como grande industrial, proprietário fundiário, promotor imobiliário, agente de regulação do espaço e o alvo dos movimentos sociais urbanos. Mas é como provedor de serviços públicos que sua atuação é mais corrente e esperada. 5) grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1989, p.66)

renda, o qual tem como parâmetro as pesquisas científicas que demonstram sobre os gastos domiciliares, portanto direcionar esses recursos diretamente à mulher reforça sua utilização em benefício de toda a família, assim como ampliar seu poder de decisão e gerar mais autonomia, na provisão financeira do lar, tarefa tradicionalmente masculina. (BARTHOLO, 2017, p.8-9)

Gráfico 1: Faixa etária e gênero



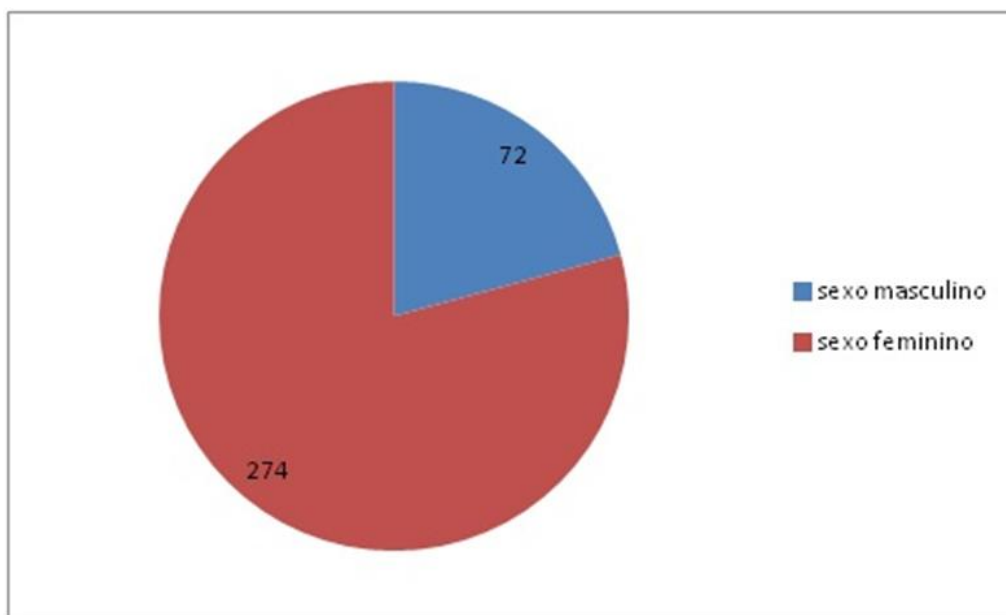
Fonte. Cambé, 2021. Org. A autora, 2021.

Tomando como base essa referência, de que preferencialmente o RF esses apontamentos, observa-se que 79%, ou seja, a maioria é do sexo feminino, ao passo que 21% são do sexo masculino, como demonstra o gráfico abaixo.

Neste caso, é conveniente ressaltar que tal inclusão pertinente a relação de gênero, não modifica a questão da desigualdade entre homens e mulheres. Seu uso instrumental pelo Estado nos remete a percepção, que se trata de uma questão bastante complexa, pois a autonomia das mulheres não se resume ao acesso à renda ou ao trabalho remunerado. (BARTHOLO, 2017, p 22)

Outra questão de relevância, para as análises, nos direciona a relação entre o território e a segregação espacial e a questão étnico racial, que no caso brasileiro, é expressiva, também consideração da segregação socioeconômica.

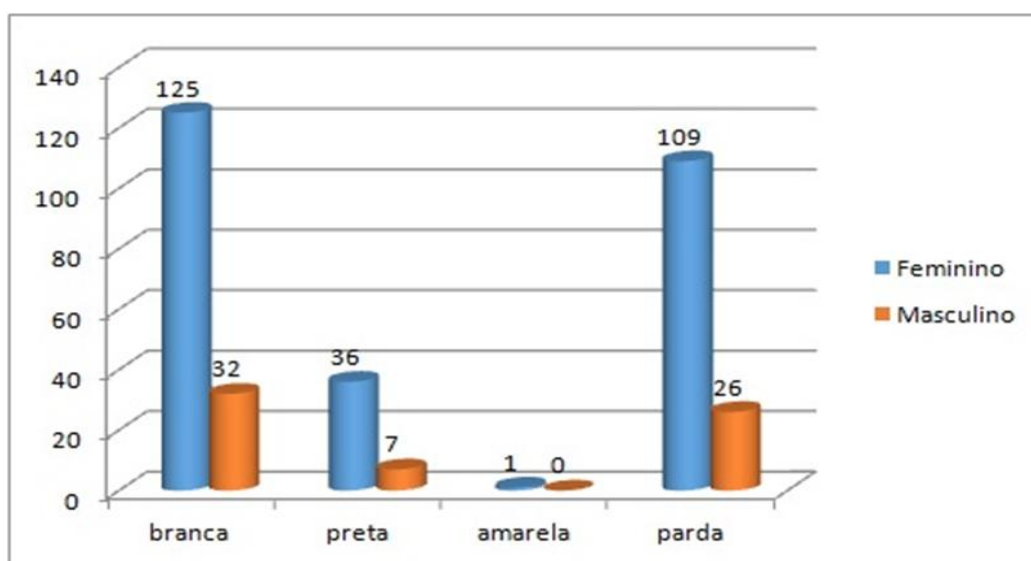
Gráfico 2: Pessoa Responsável pela Unidade Familiar por gênero.



Fonte. CAMBÉ- CECAD, 2021. Org. A autora, 2021.

No território, identificamos no que se refere à raça autodeclarada, 47% de pessoas se declaram brancas, 40% pardas e 13% se consideram negras. Considerando o detalhamento do gráfico abaixo por divisão de gênero, observa-se que o sexo feminino uma maioria é branca (46%), seguindo de parda 40% e preta 13%. Do sexo masculino temos: branco 49%, parda 40% e preta 11%.

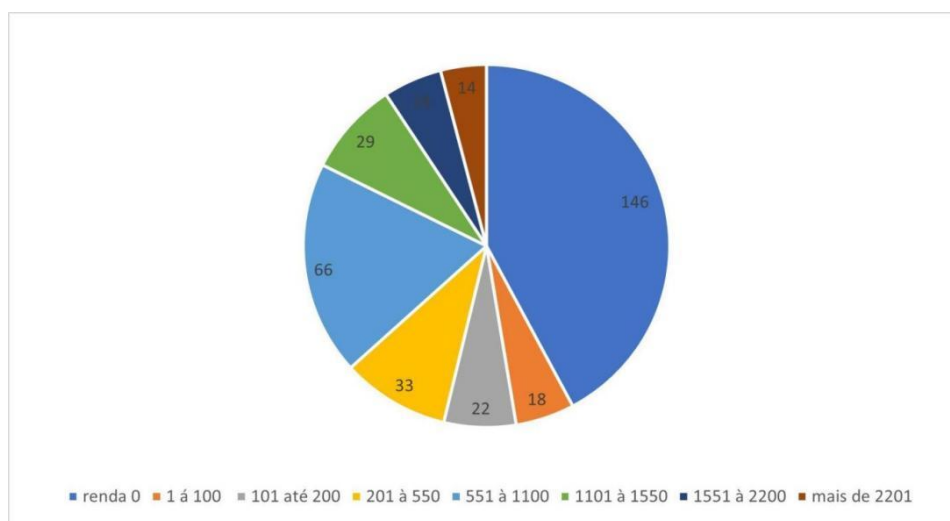
Gráfico 3: Auto declaração da raça segundo o sexo.



Fonte. CAMBÉ- CECAD, 2021. Org. A autora, 2021

No que tange a renda média no município de Cambé os dados apresentado no perfil do IBGE (2019) a renda mensal média era de 2,4 salários mínimos por pessoas ocupadas reais, o qual se observa que a renda média dos moradores do Jardim Campos Verdes está, em sua maioria, abaixo dessa média. Os dados apresentam que 4% recebe mais de 2 salários mínimos e com faixa 1 ½ à 2 são 5%, de 1 à 1 ½ são 8%.(Gráfico 04)

Gráfico 4: Renda Familiar.

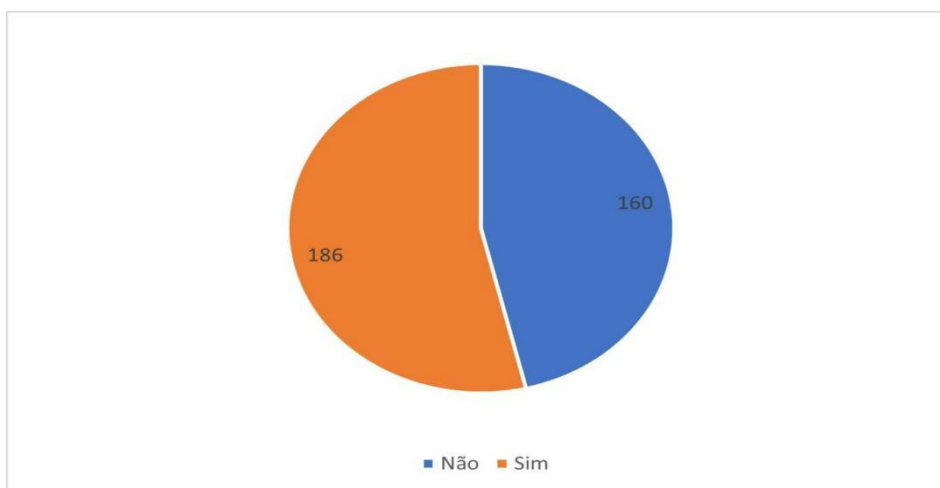


Fonte. Cambé, 2021. Org. A autora, 2021.

Constatou-se, portanto que o perfil socioeconômico é caracterizado predominantemente por famílias em situação de extrema pobreza, uma vez que na maioria dos casos 42% se declara com renda 0 (zero) e os demais com baixa renda até ½ salário-mínimo são 21% e ½ à 1 salário 19%, portanto mais da metade das famílias que residem no bairro tem renda média de até meio salário mínimo, somando 63%, enquanto a média municipal é de 26%.

No ano de 2021 que foram coletados os dados o Programa de transferência de renda vigente era o programa Bolsa Família, do total de núcleos familiares 54% das famílias recebiam o benefício e o restante 46% não recebem.

Gráfico 5: Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família.



Fonte. Cambé, 2021. Org. A autora, 2021.

Correlatas ao perfil de renda estão proporcionais aos índices de famílias com acesso ao benefício de transferência de renda. Pesquisas apontam que os benefícios de transferência de renda possuem impactos positivos nos beneficiários, não apenas a nível quantitativo, mas também qualitativo. Considerando a questão da preponderância do sexo feminino na relação como a prioridade aos programas sociais e suas implicações, Bartholo (2017) demonstra que o acesso à renda regular lhes possibilita também maior protagonismo e maior circulação: “ir ao comércio, fazer compras e sentir-se respeitadas pelos comerciantes proporciona às titulares a diminuição do isolamento social e a sensação de dignidade.” (BARTHOLO, 2017, p. 24)

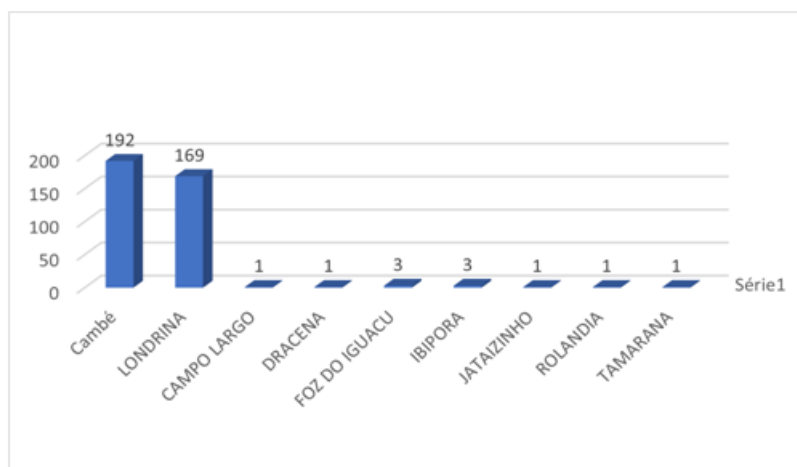
Quanto à política de educação a cobertura da rede de ensino público atende a educação infantil com um equipamento implantado no bairro, para as demais modalidades de ensino fundamental I e II e ensino médio, já apontamos que há uma insuficiência na área de abrangência do território, considerando os quilômetros médios estabelecidos.

Considerando que o bairro é uma área conurbada com o município de Londrina, e que este dispõe de uma rede de ensino a nível estadual mais próxima ao território estudado, quanto à distância geográfica, observa-se que há um grande percentual de alunos matriculados nas escolas do município de Londrina.

Portanto os dados do CECAD indicam no que se refere ao município em que os cadastrados frequentam a escola, tem-se 45% matriculados no município de Londrina e 52% estão no município de Cambé. Apesar de não ser o maior

percentual é um número significativo de indivíduos que utilizam a rede de ensino de outro município.

Gráfico 6: Município que frequenta escola.



Fonte. Cambé, 2021. Org. A autora, 2021.

Os outros 7 municípios que aparecem nos dados, com 3%, são resultados de processo de mudança de cidade com processo de transferência escolar em andamento, ou que não foram transferidos durante a pandemia.

Conforme os dados analisados que caracteriza os domicílios no que se refere ao abastecimento de água, dos 342 moradores pesquisados 99% informam ter água encanada nas residências e apenas 1% não possui acesso a esse serviço. O mesmo se refere à energia elétrica, embora quando atendemos no CRAS sempre há relatos de “gato” ou ligação irregular de energia elétrica, assunto que trataremos no acesso aos serviços.

A política habitacional implementada no Jardim Campos Verdes esteve centrada na dimensão social, no atendimento das necessidades da população, considerando a questão da regularização fundiária necessária aos moradores em situação de vulnerabilidade social. Podemos afirmar que se tratava de território que não possui a infraestrutura urbana necessária, no entanto, passou por uma transformação significativa no que se refere a infraestrutura, como os dados demonstram.

Em relação às moradias, 75% das edificações são de tijolo com revestimento e 21% sem revestimento. Podemos inferir que o número de construções precárias foi reduzido com o processo de urbanização realizado no Jardim Campos verdes,

pois atualmente apenas 3% das casas são de madeira e 1% de outro material não especificado.

As fotos abaixo (figura 9) demonstram a situação habitacional antes do empreendimento de regularização fundiária;

Figura 9: Situação habitacional antes da intervenção, 2018.



Fonte: Relatório do Diagnostico sócio econômico dos moradores. ITEDES 2018.

Após a regularização e a construção das casas pelo PMCMV as casa foram entregues e se apresentavam desta forma como mostra-se na figura 11 logo abaixo.

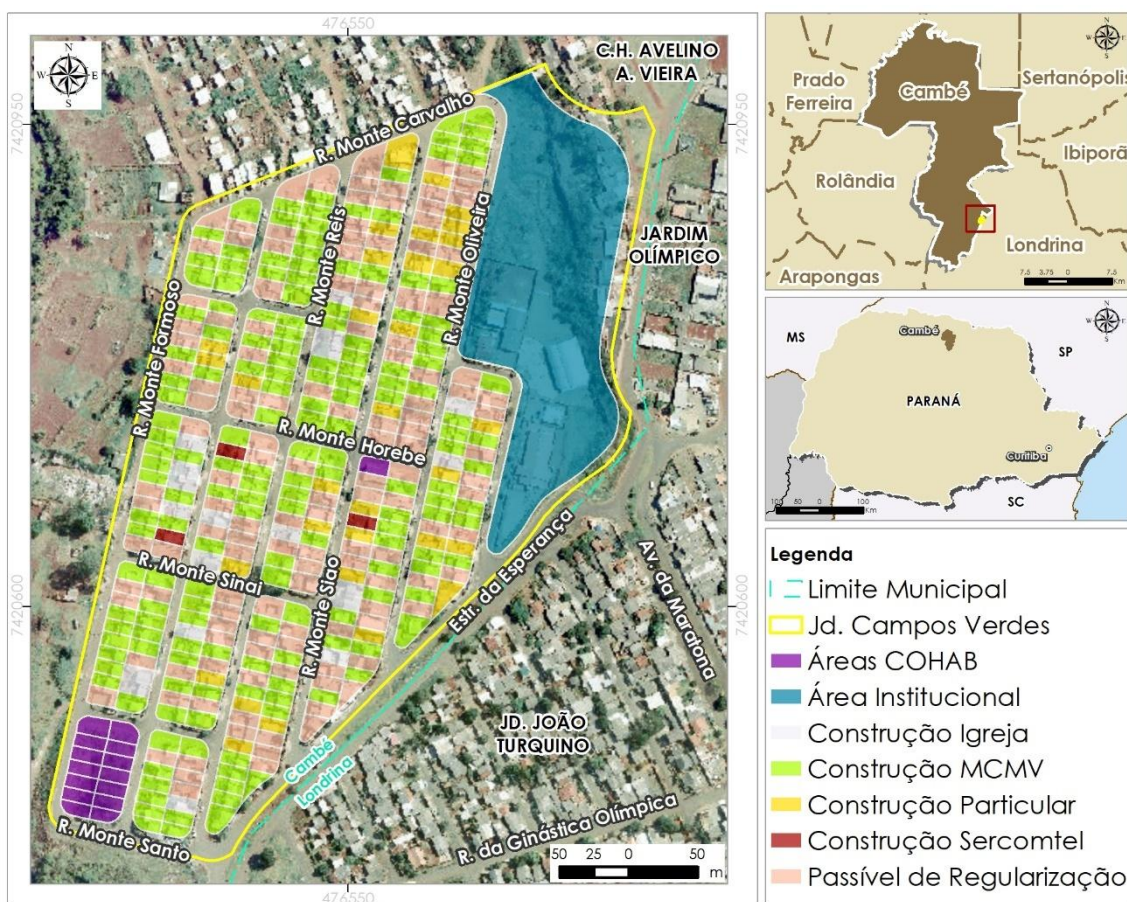
Figura 10: Moradias construídas pelo Projeto Integrado, 2018



Fonte: Relatório do Diagnostico sócio econômico dos moradores. ITEDES 2018.

As casas que foram construídas pelo programa habitacional possuíam um padrão de quatro (4) cômodos, sendo estes dois quartos, uma cozinha com sala conjugada e um banheiro interno. As demais moradias são em modelo de autoconstrução, algumas delas construídas por ONGS, sem um padrão específico. No mapa (Figura 10) abaixo os lotes destacados em verde correspondem as construção do Programa Minha Casa Minha Vida.

Figura 11: Agentes da construção das casas no Jardim Campos Verdes



Fonte: A autora, 2022

Após 10 anos dessa intervenção que resultou na construção dessas unidades habitacionais, constata-se que algumas moradias permanecem com o mesmo modelo da entrega inicial, enquanto outras foram readaptadas com construções paralelas pelos atuais moradores, de modo que se tornaram quase que irreconhecíveis por uma olhar imediato.

Esta questão é abordada por Imai (2013), o qual por meio de seus estudos analisou habitações de Londrina, resultantes de programas habitacionais, e defende que a ampliação na habitação não deriva apenas necessidade de uma quantidade

maior de dormitórios, mas também pela necessidade de ter um maior número de ambientes outros usos como garagens, depósitos, para um atividade comercial e serviço de geração de renda. Deste mesmo modo, o autor ainda afirma que, essas modificações concretizadas pelos moradores são expressivas e visíveis ao exterior e corroboram para afetar de modo negativo a composição arquitetônica das construções originais, uma vez que descaracterizam sua qualidade estética. Demonstramos as ampliações nas fotos abaixo casa 1 e 2 (Figura 12 e 13).

Figura 12: Casa 2 - PMCMV após realização de aplicação, 2022



Fonte: Org. A autora, 2022

Na foto da figura 15, se trata de uma ampliação precária com materiais improvisados, tornando a casa semelhante a um barraco, é possível reconhecer que se trata de uma casa do PMCMV apenas por uma parte lateral que continua visível com a pintura original e as janelas aparentes. Na figura 16 é possível reconhecer a edificação original na qual foram realizadas apenas uma área e uma churrasqueira na frente.

Brandão (2011) realizou um estudo em habitações sociais em algumas cidades do estado do Mato Grosso, na qual afirma que as ampliações caracterizam a maioria das modificações realizadas nessa categoria de moradia. O autor também constata que essas ampliações são realizadas de forma precária, inclusive há casos

em que a residência é totalmente descaracterizada, como observamos no caso de algumas casas no Jardim Campos Verdes.

Figura 13: Casa 2- PMCMV após realização de aplicação, 2022



Fonte: Org. A autora, 2022

Romero e Ornstein (2003) apontam que não há controle nas expansões realizadas pelos moradores, citam que há uma formação que se assemelha a formação de uma nova ocupação o que leva a problemas com a salubridade do local inclusive. Desta forma, esses programas pedem o controle urbanístico da área do conjunto, que se ampliam fora dos padrões permitidos. (ROMERO; ORNSTEIN, 2003, p. 16)

Considerando que mais de um núcleo familiar pode ocupar a mesma residência, os dados demonstram que 99% das casas são ocupadas por apenas uma família e apenas 1% compartilham a casa com mais uma família, que é um dado significativo para condição média adequada quanto a esse indicador.

Outra característica a destacar nesse território são os dados sobre o saneamento básico, para o qual temos um salto quantiquantitativo, para seus moradores. Foram feitos investimentos em infraestrutura que construiu saneamento básico a população como água encanada, energia elétrica e rede de esgoto, para qual há a oferta do serviço para todas as unidades residências. Neste sentido, 100%

das pessoas que responderam ao cadastro afirma possuir água encanada, distribuída pela empresa responsável que atente o município, a Sanepar. Em 2021 94% das residências possuem escoamento sanitário ligado a rede coletora de esgoto. Nos demais 4% afirmam que ainda utilizam algum tipo de fossa rudimentar e 1% fossa séptica e apenas 1% informam utilizar algum outro tipo de não especificado.

Outro importante aspecto ligado ao território e respondido pelas famílias se refere a iluminação pública, sendo que 91% dessas utilizam o serviço de energia elétrica com medidor próprio, ou seja, possuem o serviço e utilizam em suas residências. Nas demais temos a resposta de 6% que declararam utilizar o medidor comunitário, sendo assim compartilhados com duas residências ou mais. Esse fato traz um ônus as famílias por este tipo de medidor as impossibilita de acessar a tarifa social de energia devido as regras do programa e o fato eleva o valor de KW consumo. Outro dado relevante são as que declaram não usar medidor ou outros, num total 3%, o que demonstra acerca de famílias que utilizam ligações clandestinas ou “gatos” para ter acesso a energia elétrica.

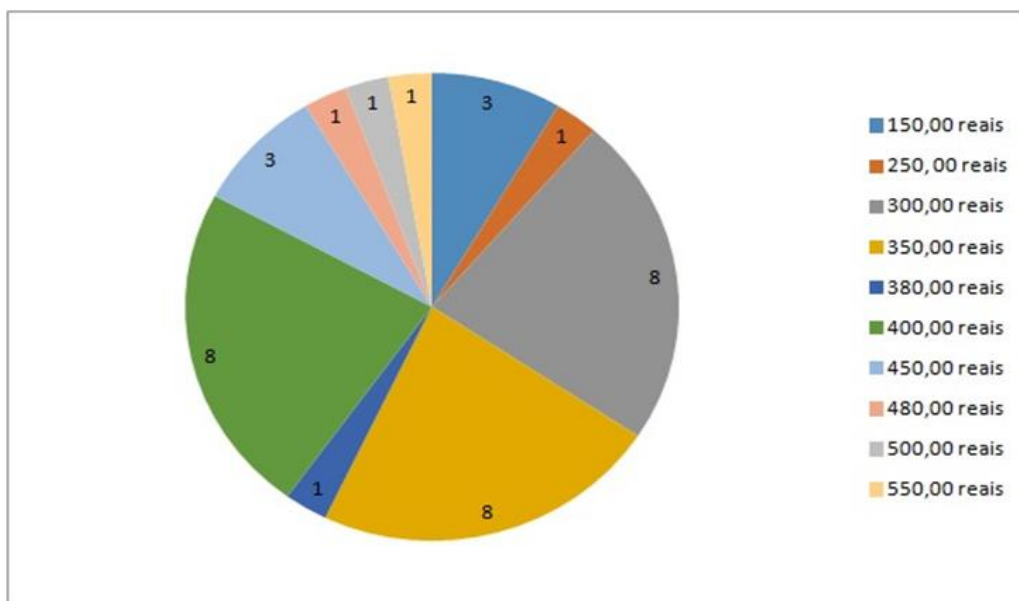
Embora esse seja um loteamento regularizado, existe ainda a pendência do município em relação à regularização fundiária, ou seja, encontram-se sem a documentação jurídica da posse desses terrenos, mas mesmo assim algumas famílias alugam seus imóveis para outros, sendo esses 9%, distribuídos nos diferentes valores que vão de R\$ 300 à R\$ 550 mensais. Essa situação demarca a irregularidade, pois no processo que serão envolvidos de Regularização Fundiária de acordo com a nova lei da REURBS<sup>13</sup>, a qual o município está preparando para propor a população, será atendida, ou seja, a titularização e posse será para a família que se encontra no imóvel. O proprietário, ou seja, o ocupante inicial perdera o direito considerando e demonstrando que não necessita desse imóvel para sua moradia. A carência ou a falta de moradias permite que até nessas áreas sejam oferecidas para locação, o que não deveria ocorrer: de um lado uma família a procura de um imóvel e do outro a ilegalidade dessa modalidade em um bairro que até então pessoas ocuparam sendo essa a única opção, pois negaram-lhe um direito. Mas como detectar essa situação sendo que as pessoas necessitam de seus

---

<sup>13</sup> De acordo com a Lei n° 13.465, de 2017, a REURB é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.

imóveis para morar? Não podemos ser ingênuos a ponto de negar essa ilegalidade ela se perdura, pois o tempo que as pessoas ficam para terem a legalidade desse terreno são anos e dentre as várias alternativas, uma delas é que essa família tenha melhorado de situação, ou a migração bairro – bairro, ou até de cidade ou Estado.

Gráfico 7: Número de domicílios alugados segundo o valor mensal.



Fonte: CAMBÉ- CECAD, 2021. Org. A autora, 2021.

Do cruzamento de dados da pesquisa para regularização fundiária realizada em 2018, foram entrevistados 167 moradores, como os dados do CECAD, a partir da identificação inicial por endereço e após por responsável familiar (RF), não foram localizados 42 desses moradores da amostra inicial, isso aponta para a rotatividade de famílias na ocupação.

Nesse cruzamento de informações referentes aos levantamentos 2018 e 2021 identificou-se que 72% dos moradores que tiveram investimentos em seus terrenos com a construção de uma unidade habitacional do PMCMV permanecem no local, sendo que 22% já não são os mesmo ocupantes e 7% apresentam uma família adicional ao lote ou residência.

A mobilidade se expressa de maneira complexa em uma dimensão espaço temporal, que segundo Saquet (2015) é ocasionada por uma série de condições que atuam sobre o fator do deslocamento que afetam os indivíduos no processo de formação da territorialidade, que por fim gera uma identidade e pertencimento ao território, como maneira de conhecimento, bem como de seus valores,

consequentemente, deslocamento dos moradores, percepção do território, de como as pessoas organizam o espaço e lhe atribuem significado como espaço de apropriação e de criação. (SAQUET, 2015, p. 130).

O território das ocupações é constituído por grupo de moradores que convivem no mesmo espaço; em princípio vivem nesse espaço e o buscaram porque necessitavam de local para a moradia, cuja demanda inicial comum é ter um "pedaço de terra" e possibilidade de construção de uma casa.

Nesse sentido segundo autores, a territorialidade não é dada a priori, porém, isto não exclui a possibilidade de uma identidade social ou familiar com pessoas que já habitavam o território no momento da opção de um novo morador por um determinado local. A territorialidade constituída em uma ocupação irregular está composta de relações de poder, onde se estabelece as trocas necessárias, equilibra as relações desvendando a diversidade do espaço vivido. Com o tempo o território do Jardim Campos Verdes foi criando seus valores, identidades e assim tendo suas próprias significações.

Neste sentido a descrição da população base, ou seja, os dos sujeitos envolvidos na pesquisa constituem um fator importante para as análises qualitativas, assim como o seu lugar de representatividade no grupo social em estudo, uma vez que estes compõem território vivido, sob qual se assenta a parte essencial do trabalho de campo realizado por intermédio da técnica de grupo focal. Para tanto apresentaremos a seguir uma breve caracterização dos indivíduos, com a descrição de suas trajetórias de vinda e permanência no Jardim Campos Verdes

#### 4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

A etapa de levantamento de informações que constituiu a pesquisa de campo se deu por meio de realização da técnica de grupo focal com os moradores do Jardim Campos Verdes, no evento Território e Energia, citado anteriormente na descrição dos procedimentos metodológicos.

A partir da utilização desta técnica, os levantados os dados levantados se consistiram e à medida que foram transcritos e organizadas as informações, referentes ao objeto de pesquisa, o material de análise foi extraído e composto. Deste modo, foi possível identificar as categorias de análise da realidade e visões de mundo dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Eventualmente é imprescindível um retorno ao campo para levantar-se mais dados, esclarecer dúvidas, recolher documentos ou coletar novas informações sobre acontecimentos e circunstâncias relevantes a pesquisa, que foram não foram explorados durante o primeiro contato. (DUARTE, 2002, p. 144)

Neste sentido, considerou-se pertinente a caracterização dos sujeitos envolvidos no grupo focal de modo individual, para melhor compreensão dos dados levantados, uma vez que o território é algo imbricado por diversos elementos subjetivos que compõem o processo dinâmico de territorialização. Assim apresenta-se um breve relato da história desses moradores.

O **Morador A** é do sexo masculino, de 74 anos de idade, divorciado, aposentado, reside no bairro desde 1998, ou seja, 24 anos, veio de São Paulo e morou por um período no João Turquinho e posteriormente ocupou um terreno no Jardim Campos Verdes. Faz referência a uma liderança da comunidade que liberava a ocupação dos terrenos para construção dos moradias, e que tirou muitas pedras do terreno onde fez seu “barraco”, “era um terreno que ninguém queria”. Foi atendido com a construção do PMCMV.

Atualmente reside com a filha de 56 anos desempregada, cursou o fundamental completo e dois netos de 10 e 8 anos, que estudam em um Colégio Municipal Hilda Soares, um na 3ª série e outro na 1ª série.

O **Morador B** é do sexo masculino, casado, 62 anos de idade, estudou até a 6ª série, trabalha como serviços gerais, reside no bairro há 15 anos, veio de Campinas, interior de São Paulo, para morar com uma tia em Taquaruna, PR, e trabalhar como “bia fria”. Quando se casou e mudou para o Paniça em Londrina, em uma residência dívida com a madrasta, para trabalhar na construção civil, como servente de pedreiro. Logo em seguida, afirma que meses depois, o pai comprou um terreno e construiu um barraco e cedeu para eles morar junto com a esposa.

Atualmente reside em casa de autoconstrução, com a esposa, que é do lar, e os 3 filhos, com idade de 15, 11 e 8 anos. Do lado está a construção da casa da irmã e do pai, cujos lotes não estão separados por muro, mas pretende construir assim que tiver os recursos financeiros suficientes. Está construindo uma escada em um portão lateral. Trata-se de uma casa precária, em alvenaria, com tijolos aparentes, ou seja, sem reboco, o piso é de cimento rústico.

O **Morador C** é do sexo feminino, em separação de corpos, 33 anos, desempregada, estudou até a 6ª série, reside a 11 anos neste território,

anteriormente morava na cidade de Londrina na região leste, em uma ocupação irregular denominada Monte Cristo, afirma que a residência era uma casa alugada.

Veio para o Jardim Campo Verdes com o companheiro e dos dois filhos, para ficar próximo da mãe e das 3 irmãs, que havia se mudado para este local, ocuparam um terreno e construíram um barraco.

Atualmente reside em uma casa construída pelo PMCMV, com os 4 filhos, um de 18 anos que estudou até a sexta série e ainda não se inseriu no mercado de trabalho, um de 15 anos que está cursando a 8ª série, outro de 9 anos que estuda na 2ª série e por último um de 7 anos que está no primeiro ano. O filho mais velho estuda no Colégio Estadual 11 de outubro e os dois menores no Colégio Municipal Hilda Soares, todos no Jardim Novo Bandeirantes.

O **Morador D** é do sexo feminino, 54 anos, viúva, recebe pensão por morte, mora no bairro há 11 anos, residia anteriormente no Monte Cristo, uma ocupação na região leste de Londrina. Foi atendido com a construção do PMCMV.

Ficou viúva quando ainda era jovem, o esposo trabalhava no CEASA em Londrina e faleceu devido um acidente. Nesta época eles moravam em uma casa cedida nos fundos do barracão pela empresa. Após a morte do companheiro, moldou-se para Cuiabá com 3 filhos, para ficar próximo a família do pai das crianças. Afirma que não gostava da cidade e não se adaptou, mas necessitava da ajuda dos parentes para cuidar dos filhos que ainda eram pequenos, o menor tinha 3 anos, e por ser analfabeta, apenas sabe assinar o nome.

Ficou na cidade por 10 anos e voltou para Londrina, quando passou a morar no Monte Cristo. Por se tratar de uma ocupação irregular em Londrina, havia feito o cadastro em na COHAB-Ld e estava aguardando para receber uma unidade habitacional, no entanto um dos filhos foi ameaçado de morte por traficantes e teve que fugir da ocupação, para a qual não poderia voltar ao bairro.

Em busca de uma nova moradia, deslocou-se até o Jardim Campos Verdes e conversou com uma liderança comunitária, a mesma citada pelo morador A, para ocupar um lote no Jardim Campo Verdes, após receber essa autorização, construiu um barraco de lona e se mudou com os dois filhos.

Nesta mesma época as outras 3 filhas também se mudaram para a ocupação e construíram seus barracos próximos a residência da mãe. Afirma que foi contemplada com uma unidade residencial em Londrina, devido à situação da antiga

moradia, mas preferiu ficar em Cambé, pois toda família seria atendida pela construção das casas do PMCMV.

Atualmente, reside com ela apenas um filho de 25 anos e os outros 4 filhos possuem suas casas próximas, um no lote dos fundos, outra no lote em frente e as outras duas na mesma rua na quadra do lado. Com orgulho diz que tem 15 netos e 1 bisneto e apesar de se casou muito jovem, sempre fez o possível para educar os filhos.

O **Morador E** é do sexo feminino tem 36 anos, em união estável, trabalha como serviços gerais, concluiu o ensino médio. Mudou-se para o Jardim Campos Verdes com 19 anos, portanto está no bairro há 26 anos. Anteriormente residia em Londrina no Distrito de São Luiz, na zona rural. A casa que mora atualmente é resultante de autoconstrução.

Possui outros familiares no bairro e afirma que seu vínculo com o território começou com a vinda de uma irmã que pós se casar passou a morar na ocupação em uma casa adquirida pelo pai que cedeu para a filha e o genro. A Moradora E caracteriza como um “pequeno barraco”, na Rua Monte Carmelo, mas que era suficiente para o casal. Nesta época ela se deslocava para Cambé, onde ficava na casa da irmã e para trabalhar em Londrina como empregada doméstica e aos finais de semana retornava para a casa, no distrito de São Luiz.

Posteriormente, o pai construiu outra casa neste mesmo terreno e se mudaram para o Jd. Campos Verdes, mas ainda tinham vínculo com São Luiz, entre “idas e vindas”. Antes de fixar a residência no lote atual, a família trocou duas vezes de lote, em um construíram a casa e depois trocaram por outro em um lugar que consideravam melhor. Nesta transação foi dado um valor em dinheiro de R\$ 1000 (mil reais), mais a casa que moravam até então. E neste lugar estão até hoje, onde construíram duas casas uma para a irmã e outra para o morador E.

Na casa residem 7 pessoas, sendo o Morador E, o comunheiro de 38 anos, que atualmente está desempregado, faz trabalhos esporádicos na área da construção civil, os 4 filhos com idades de 12, 5, 2 anos e um bebê de 3 meses e o pai. A situação familiar é precária, o tamanho da casa é insuficiente para atender as necessidades da família.

O **Morador F** é do sexo feminino, tem 40 anos de idades, casada, trabalha como serviços gerais, estudou até a 4ª série do ensino fundamental. Reside neste território há 15 anos, anteriormente morava com a sogra no jardim San Rafael,

bairro periférico de Londrina, zona leste, próximo a Rodoviária, originário de ocupação irregular. A casa que reside atualmente é de autoconstrução, que adquiriu pronta de terceiros, pagando um valor R\$ 1.500 (um mil e quinhentos reais) de entrada, e o restante em parcelar até atingir o valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

O que motivou a mudança para o Jardim Campos Verdes era o fato de querer ter uma casa própria para morar com a família, tinha o filho pequeno, e sentia dificuldades por morar com parentes. Continha vários móveis, que eram seus, guardados em apenas um cômodo e isso lhe causava inquietação e tristeza. Para isso, fez economia para acumular o valor em dinheiro para dar a entrada em algum imóvel. Inicialmente queria comprar um terreno e construir, mas encontrou essa casa pronta, e conseguiu negociar com o antigo morador o valor a ser pago.

A moradora possui outros familiares que moram no Jardim Campos Verdes. Alguns anos depois, aproximadamente três anos, a sogra se mudou para o bairro em uma casa na rua abaixo, e atualmente residem mais dois cunhados, um que mora em casa construída nos fundos da sogra e outro na mesma rua em um lote próximo.

A residência é uma casa de alvenaria, com telhado de *eternit*, sem forro, está toda murada com portão fechado, no entanto a moradora afirma que não considera uma “casa reforçada”, pois possui algumas rachaduras e tem várias goteiras.

Reside o Morador F, o esposo de 42 anos, e dois filhos, um de 11 anos e outro de 15 anos, ambos estudam no Colégio 11 de outubro, localizado no Jardim Novo Bandeirantes. A moradora tem o desejo de voltar a estudar, pois sente falta de concluir pelo menos o ensino fundamental, uma vez que estudou até a 4ª série. Neste sentido pretende pagar um modalidade de ensino cuja conclusão é em 6 meses, preparando para realizar uma prova que possibilita certificação de conclusão.

O marido também precisa concluir ensino fundamental, estudou até a 5ª série e trabalha como pintor em uma empresa de construção civil. Diante da possibilidade de mudar de profissão dentro desta mesma empresa, lhe é oferecido um curso de qualificação para operar Gruas, um equipamento usado na construção civil, principalmente altas edificações que carrega materiais para alturas mais elevadas, semelhante a um guindaste, assim terá um rendimento mensal maior nesta nova função.

No relato da história desses moradores constatamos o descrito por Haesbaert (2009), o qual demonstra o constante processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, dentro deste processo dialético, aquele contínuo construir, destruir e reconstruir vínculos e identidades com determinados espaços. Vemos que, o território é formado por relação de poder que compõem as suas bases, tanto no que se refere ao seu caráter material e objetivo, quanto simbólicos e subjetivos. (HAESBAERT, 2011, p. 96)

A partir dessa compreensão, busca-se identificar o processo de territorialização ao qual se submetem cotidianamente em suas percepções e concepção, presentes nas diferentes falas, a qual se vislumbra um espaço de identidades desses indivíduos, que veremos nas próximas análises.

#### 4.5 DINÂMICA DE TERRITORIALIDADES: PODER – DISPUTA

Ao longo deste estudo foram colocados diversos apontamentos que nos levam a um entendimento que o território é formado por relações sociais, que estão ligadas à lógica capitalista. Portanto neste contexto, não há como perder de vista, que um constante embate nas diversas manifestações de poder que vão delineando particularidades neste espaço que está em constante transformação, entre os diferentes indivíduos e suas realidades. Vemos que nesse exercício há disputas compostas por valores éticos, simbólicos, espirituais e afetivos, que são materiais, políticos e econômicos. (HAESBAERT, 2009)

Neste sentido analisamos que, na visão dos moradores, as questões do bairro ficam a mercê de interesses políticos partidários, uma vez que os moradores buscam de modo individual encaminhar questões coletivas. Já se passaram três gestões desde que o Projeto Integrado se desenvolveu nesse território e várias situações continuam sem solução se arrastando de uma gestão para outra.

Os participantes do grupo afirmam que se comunicam com o poder público por meio de contatos informais e isolados com alguns representantes do legislativo, ou seja, vereadores e também com representantes da Prefeitura como Secretários das políticas públicas ou servidores de serviços instalados no bairro. Neste sentido o morador C afirma: *“falamos quando encontramos eles na rua”*, ao se referir a Secretários que visitam o bairro ou eventos públicos, ou ainda *“falei com aquele*

*vereador que está ali fora*<sup>14</sup>. No entanto há consenso que essas falas informais não surtem efeito, quanto aos atendimentos das demandas solicitadas de modo individual.

Afirmam que desistiram de encaminhar coletivamente essas demandas do bairro, afirma: *“teve um tempo que nós estávamos tentando, há uns 4 anos atrás, mas não deu certo, aí desistimos.”* (Morador D)

Destacamos o papel do Estado como fundamental na gestão do território, qualquer de seus níveis nacional, estadual ou municipal. Na escala municipal, pensar a cidade, as normas estabelecidas por um planejamento urbano conservador produziram um espaço urbano fragmentado, onde se foram constituindo territorialidades. Para Fernandes (2005), é por meio das relações sociais que ocorre a fragmentação do espaço, que resulta em conflitos e que se formam territórios e territorialidades. Nas falas é perceptível o abandono desse território sentido pelos seus moradores.

Segundo Castro (2005, p. 135) o município é a expressão mais concreta do próprio conjunto do território e da sociedade. Para o autor as características que compõem o município, é um “recorte federativo, com relevante grau de autonomia; trata-se de uma escala política, sendo assim um território político; e é no município onde todos habitamos e exercemos nossos direitos, e deveres, da cidadania”.

O planejamento urbano “é uma forma que os homens têm de tentar prever a evolução de um fenômeno ou de um processo, e, a partir desse conhecimento, procurar se precaver contra problemas e dificuldades, ou ainda aproveitar possíveis benefícios”. (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p.16). Segundo o autor, o planejamento urbano há muito tempo não é responsabilidade só do Poder Público, pois a sociedade civil também deve participar, definindo as propostas que melhor atendam às necessidades coletivas. Demarcamos aqui que quando acontece essa participação na maior parte das vezes é coabitada pelo Estado que demonstra força e poder levando os interesses da classe burguesa. Porém a experiências exitosas de Associações de Moradores, Movimentos Sociais que foram fundamentais para

---

<sup>14</sup> No dia do evento: Território e Energia realizado no dia 23 de outubro de 2021, das 8 às 12 horas, nas dependências do CRAS- Campos Verdes – Cambé, estava aberto a participação da comunidade e das demais secretarias, para uma ação coletiva no bairro. Neste se fizeram presentes a Secretaria de Assistência Social e um vereador, que foi alvo das indagações da população sobre suas demandas particulares e coletivas.

questões ligadas a terra, como foi demarcada na história do Jardim Campos Verdes essa participação.

Nesse território, identifica-se a formalização da Associação de Moradores que existe há aproximadamente 5 anos. Esses são os sujeitos políticos na abordagem da democracia associativa, como um mecanismo formal utilizado no exercício do poder de negociação alternativo ou complementar às ações do Estado e dos partidos políticos. Tendo em vista, que são organizações da sociedade civil, que diretamente possuem uma proximidade dos problemas cotidianos presente no território, deveriam ter a capacidade de monitoramento, de obtenção de informações, de proposições inovadoras e de articulação entre diversos atores. Deste modo, coloca-se a questão que as limitações da ação individual, podem ser sobrepostas, por esta forma descrita de “democracia associativa”, assim sendo, por meio dos representantes as associações fazem o papel do cidadão. (DUARTE, 2017. p. 8)

No território em estudo fica evidente através dos apontamentos apresentados pelos moradores, que a representatividade das demandas, por esse meio associativo, os moradores afirmam que não se sentem representados.

Durante as problematizações no grupo focal, ficaram evidentes nas alegações que não há representatividade, nas demandas vinculadas com um consenso do grupo de moradores.

Outro ponto que se evidencia é o direcionamento de interesses particulares na direção da instituição a qual denominam que a entidade é “fechada”, sem cumprir a função a qual se propõe, ou seja, não tem direcionado os encaminhamentos e demandas coletivas, segundo morador B.

Quando se referem aos representantes eleitos, alegam que esses procuram atender as particularidades de um grupo e não às totalidades do bairro. Este fato pode ser observado na fala de um dos moradores ao afirmar,

que existe uma associação de moradores, mas ninguém sabe, só eles sabem, pois decidem entre eles os membros. (Morador C)  
É particular eu acho deles, eles se votam sozinhos, eles se candidatam sozinhos, quando a gente sabe já é fulano, depois já é outro sicrano, são entre eles só. (Morador D)

As afirmações remetem a situar de modo geral que as dificuldades cotidianas vivenciadas pelos moradores, que são relatados diversos momentos nas falas

desses que não estão sendo representadas pela Associação de Moradores, frente ao poder público. Quando questionados sobre as ações efetivas no bairro, e como têm sido encaminhadas essas solicitações coletivas afirmam não ter conhecimento das ações ou da composição formal do grupo. Aqui há um contrassenso, pois ao mesmo tempo em que dizem existir, em alguns momentos negam a existência formal da Associação, demonstrando assim a insatisfação dessa representatividade o que nos dá indícios de inferir que a representatividade está fragmentada ou é inexistente.

Neste contexto surgem concepções que propõem a democracia como fenômeno social com origem na diversidade de existência de espaços voltados a tomada de decisões coletivas como pressupostos de lutar pelo interesse comum, respeito mútuo e igualitário, na busca por consensos. Em uma sociedade de vínculos sociais fortes, esses elementos combateriam o conflito competitivo, no entanto a realidade nos coloca diante de uma constituição que limita a participação política à legitimação de governos, por meio do voto direto. (DUARTE, 2017. p. 8)

No grupo de moradores depois de várias falas sobre o assunto um desses se manifestou dizendo que compõe o quadro da diretoria, como vice-presidente. Mas afirma não ter conhecimento das ações, que foram deixadas em segundo plano, no qual expressa uma sensação de inércia as reivindicações e necessidades atuais, dizendo que

Agora eu não sei, porque a atual presidente abandonou tudo e ficou tudo parado, o barracão está abandonado. (Morador A)

As pessoas ao se tornarem líderes, exercem relações de poder sobre os moradores, estas pessoas constituem territórios, possuindo autonomia de ação e domínio sobre a área, nesse caso o Jardim Campos Verdes. No entanto, este processo de ocupação ocorreu em momentos diferentes e a cada período novos líderes surgiram e novos territórios de domínio se instalaram. Onde há território, há conflitos.

É possível a um mesmo objeto de investigação, conforme destaca Haesbaert (2004), abordagens ao se apropriar do conceito de território agrupando-o em três vertentes básicas, que são estas: política, cultural e econômica.

Ao pensar a representatividade da Associação de Moradores, evidencia-se a vertente política, na qual às relações espaço-poder em geral se dão no campo ou

jurídico político, por se tratar do poder institucionalizadas, por meio do território como um espaço delimitado e controlado através do qual se exerce um determinado controle, não exclusivamente ao relativo poder do Estado, mas da sociedade civil organizada. (HAESBAERT, 2004, p.89)

No que se refere ao espaço físico do barracão, identifica-se a vertente simbólico cultural, por se tratar de um lugar no qual se apropria e valoriza a dimensão mais subjetiva, em que o território é visto, produto de um grupo em relação ao espaço vivido. (HAESBAERT, 2004, p.89)

Nas diversas falas fica evidente que o este “barracão” é um elemento simbólico de poder e disputa no bairro, assim como de territorialidade, e que o “abandono” ou a não utilização desse espaço gera um desconforto aos indivíduos territorializados.

Ao mesmo tempo, este barracão, quando considerado como espaço físico ele assume uma dimensão econômica, como algo material, possui no território como fonte de embate, como fonte de disputa dos agentes, que além de seu valor simbólico, há uma disputa pela posse material desse espaço físico.

De acordo com as diversas leituras, no território afloram de poder e disputa entre classes. Podemos observar, também, a partir das falas selecionadas, que a compreensão sobre o território exige reconhecer toda a conjuntura que está envolvida em sua construção conceitual, dimensão simbólica e mais subjetiva dos indivíduos que vincula os membros de determinado território em relação ao espaço vivido que para Haesbaert ele não:

[...] pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma identidade exterior à sociedade que o habita. Ele é uma parcela de identidade, uma fonte de uma relação de essência efetiva ou mesmo amorosa do espaço. (HAESBAERT, 2009, p. 72)

Geograficamente, o barracão (figura 14) está localizado no centro do bairro, ele possui um valor simbólico de poder no território, o qual é alvo de disputa e posse desde sua construção, além de sua dimensão material ele, tem um símbolo do poder no bairro, como se aquele que o possui tem o controle das situações que envolvem todo o coletivo. Neste sentido, Santos (2004) defende que o território só é um conceito utilizável para a análise social quando é móvel, considerando o exercício de diálogo da sociedade com o território, o que inclui elementos naturais, heranças sociais e a própria sociedade em movimento.

Figura 14: Barracão - Centro Comunitário do Jardim Campos Verdes, 2022.



Foto: A autora, 2022

As ocupações, como nesse caso, observamos que o processo de construção dos espaços e a formação das paisagens não se dão de formas aleatórias instantâneas e homogêneas, ao longo deste estudo, foram demonstradas que elas se construíram ao longo do tempo e de forma desigual, em razão de fatores sociais, econômicos e políticos, que formaram um território. Ao longo do tempo, essa formação deixa marcas que vão se estabelecendo como consequência desse processo, que não se dá apenas de modo local, mas é também global.

Por este objeto concreto da ação humana que se constituiu ao longo dos anos como um “barracão” temos o que Milton Santos (1978) na ontologia do espaço, denomina por rugosidade. Esta definição que denota não apenas um conceito, mas também uma categoria de análise, diz respeito às marcas ou aos traços que se apresentam no espaço, de modo mais marcante no território que delimitam o lugar, que foram modificados nos diversos períodos históricos. Assumindo diversas formas na época atual de desenvolvimento social, econômico e intelectual. São as manifestações dessa história dinâmica do espaço em suas

paisagens, técnicas, objetos e ações em todas as suas temporalidades, constituindo lugares concretos no espaço e seus significados. (SANTOS, 2012, p. 173)

Outro elemento a destacar é a importância dada à relação do território com o campo da cidadania, para o qual temos os direitos sociais. Nesta perceptiva, a cidadania dentro do território é conquistada por meio de lutas, através de embates.

Assim, todo território usado é marcado pela presença de relações sociais contraditórias, uma vez que nela circulam interesses de classe distintos.

É evidente que, em toda relação de poder, “onde há poder, há resistência”. Como um elemento constituinte, não há poder sem que exista alguma, possibilidade de a ele resistir, conceito colocado por Oliveira (2015) como um movimento “descolonizador”.

A resistência ao poder é um fato histórico, que compõe a luta pela garantia de um espaço de vida e sobrevivência. As falas apontam que o barracão não está sendo utilizado pela comunidade e fica trancado com um cadeado e a chave fica com a presidente da Associação de Moradores. Um relato, que nos remete a este fato de modo concreto, foi um falecimento de uma moradora, na qual queriam fazer o velório neste barracão, que por estar fechado não poderia ser utilizado para essa finalidade. Em um movimento de resistência os moradores, arrombaram o cadeado e invadiram o espaço.

Morreu uma senhora aqui, e queriam que a gente fizesse o velório lá no barracão da horta, lá embaixo. Mas nós falamos, vamos fazer aqui, ela mora aqui...se o barracão é da comunidade, é pra ser usado. Para que isso? E tudo diz que ali pode fazer festa, pode fazer não sei o que, é pagar não sei quantos para ela aí pode, mas se for alguma coisa comunitária aí não pode. (Morador C)

Raffestin (1993) afirma que “o ideal do poder é jogar exclusivamente com símbolos”. Nos dias atuais, é reconhecível a força do poder simbólico, a qual, muitas vezes, confunde realidade e representação, de tal forma que o próprio território passa a ser “visto” mais pelas imagens dele produzidas do que pela realidade material-concreta que nele construímos. Considerando que o território concreto tornou-se menos significativo que o território informacional, Raffestin (1993) afirma:

O território é uma reordenação do espaço na qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem enquanto pertencente a uma cultura. O território pode ser considerado como o espaço informado pela semiosfera esfera da produção de significados. (RAFFESTIN, 1993, p. 177)

Os moradores colocam que este espaço símbolo do poder é a base da comunidade e sua utilização e para o bem comum daqueles que habitam nesse espaço delimitado. Assim afirmam: “[...] *o barracão não é da prefeitura, ele é nosso, ele é do povo, é da comunidade e tá trancado, está abandonado.*” (Morador A)

A participação de líderes comunitários na produção do espaço desse território, não seria diferente é movida por um jogo de interesses. Existem muitos conflitos entre eles, principalmente quanto ao sentimento de propriedade da Associação e das conquistas.

Segundos os relatos foram solicitados recursos para reforma para o poder público, mas alegam que foram negados.

Então tinha que resolver esse negócio desse barracão, deixar uma pessoa responsável para fazer alguma coisa com esse espaço. (Morador B)

A Bola de Neve<sup>15</sup> estava vindo aí dando Cesta Básica para o pessoal, ajudando, estava ensinando as pessoas. Agora ficou tudo abandonado, não está mais vindo de uns tempos para cá e o barracão está lá parado e abandonado. (Morador A)

Destacamos aqui em descrição acima quando apresentávamos essa ocupação houve momentos de lutas e resistência, quando no ano de 2003, os moradores organizados pelo movimento social comunitário, cobravam do poder público a regularização dos lotes, envolvendo o Executivo das Prefeituras de Cambé e Londrina, bem como o Legislativo, juntamente com o apoio do Ministério Público da Comarca de Cambé.

Ao apropriar-se do território as pessoas estabelecem relações com vizinhos, com lideranças, como poder público, com os quais podem relacionar-se e receber apoio mútuo, mas ao mesmo tempo o espaço de convivência pode traduzir conflitos e desentendimentos por diversas razões, o que se traduz nas falas desses moradores.

Neste contexto, os moradores foram construindo sua relação com o território tornando a resistência como parte da formação da territorialidade, cheia de

---

<sup>15</sup> O Projeto Social realizado por voluntários da Igreja Bola de Neve, faz parte de uma denominação religiosa pentecostal do Brasil. No site da igreja apresenta a informação que as ações são realizadas pelo “Ministério de Assistência Social” e no Jardim Campos Verdes oferece as crianças e adolescentes do bairro atividades lúdicas e brincadeiras recreativas, realizadas por voluntários. Mensalmente fazem visitas de acompanhamento as famílias das crianças que frequentam o projeto e fazem a entrega de uma cesta básica.

significações simbólicas relacionadas com sua essência, o território com o qual mantiveram identificação social e cultural.

O elemento violência é um destaque que aqui fazemos, desde a formação do bairro, quando trouxemos o relato de expulsão de moradores no período anterior ao processo de urbanização, quando ainda não havia infraestrutura como asfalto, por lideranças atreladas ao tráfico de drogas. Sendo que naquele momento não era um local tranquilo, o que foi se modificando ao longo de sua construção e logo as pessoas foram retornando a ocupação e se estabelecendo e construindo esse lugar.

Atualmente se fazem presentes estas relações de poder violentas, recentemente uma família foi expulsa do bairro e teve sua casa queimada, para a qual não poderão retornar. Os indivíduos não trazem relatos explícitos sobre o fato, apenas ficou a marca de um espaço inabitado, mas cheio de significados.

Figura 15: Casa Queimada no Jardim Campos Verdes



Foto: A autora, 2022

Para Saquet (2011) tanto a territorialidade, enquanto um sentido de pertença na vida das pessoas pode modificar a ideia de violência ou sossego, ser definida como a tentativa, por indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas,

fenômenos e relações ao delimitar e assegurar seu controle sobre determinada área geográfica. Essa lugar será chamada de território. (SAQUET, 2011, p. 76)

Essa fala demarca o momento em que estão vivendo relacionado ao passado que tiveram de violência

Não agora não, no começo antes de ser asfaltado tinha bastante agora não, mas aí pra você não ver seus filhos, indo pra esse lado, já poderia. (Morador C)

Porém, não deixam de externar as situações atuais como preocupação com os filhos atreladas às drogas ilícitas, que são elementos presentes na sociedade

Se for falar na real, existe muita droga, como você vai saber, às vezes nem encontra no meio da rua essa molecada que já está até usando, pega uma menina dessa e daí? Até a gente saber. (Morador D)

Para tanto, a territorialidade, pode modificar a ideia de violência ou sossego, e será definida como a tentativa, por indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações ao delimitar e assegurar seu controle sobre esse território.

No entanto apesar não ser citados nas falas durante o grupo existem diversos tipos de violência que se manifestam no território. Dados disponibilizados pelo CREAS demonstram a existência de 28 casos de violência em acompanhamento. Deste relacionam-se 3 casos de violência contra mulher, 1 a pessoa com deficiência e 24 a crianças e adolescentes. Entre tipos citamos os relacionados à mulher como violência física, psicológica, patrimonial, negligencia, abandono e sexual. Portanto são múltiplas as manifestações neste território, mas que muitas vezes estão veladas.

Outro aspecto que se percebeu é que o território formado no Jardim Campos Verdes possui o poder político ora exercido pelo Estado, em alguns momentos principalmente na sua formação por lideranças compostas pela Associação de Moradores, por lideranças atreladas ao tráfico de drogas, ressaltando que de forma diferenciada, conseguiu constituir diferentes territorialidades nesse local, confirmando o que diz Saquet (2007, p.33), em que “mudam os significados do território conforme se altera a compreensão das relações de poder”.

Seja no âmbito do Estado, da Associação de Moradores, do poder paralelo aqui demarcado pelo tráfico de drogas, destacamos a existência de práticas e

disputas pela manutenção do poder.

#### 4.6 PERTENCIMENTO

O local onde as pessoas interagem entre si, constroem juntos os sentidos, vivendo, pensando, trabalhando, solidificando laços de parentesco, vizinhança, dentre outros. O território expressa cooperação, conflitos, permanência, resistência, mudanças, deslocamentos, de construção e reconstrução em relação às dinâmicas impostas pelo movimento social de formação/produção do território. Pensar a territorialidade remete inevitavelmente a abordar o pertencimento, a resistência e a identidade, pois as relações que acontecem dentro do território identificam seus moradores como pertencentes a esta localidade a um determinado grupo social, com determinadas relações de vizinhança em que se reconheçam pertencentes a um território.

Para além do habitar, os territórios transformam-se também como espaço no qual as redes fundam e os indivíduos que residem em determinado lugar negociam e constroem sua identidade de moradores. Esta postura de permanecer se torna uma estratégia que reorganiza o território e proporciona visibilidade política aos ocupantes. Neste sentido, observa-se, então, o espaço habitado, humanizado e percorrido, é o chão ocupado por um coletivo que se torna base de base de vida, trabalho e de diferentes trocas, materiais ou imateriais, um “território vivido”. (SANTOS, 2004).

Os relatos dos moradores nos levam a inferir que eles se sentem pertencentes a este território, afirmam que pretendem permanecer no bairro e que gostam do lugar, apesar de reforçar nos discursos as dificuldades que enfrentam cotidianamente. A moradora C afirma “*Eu não sairia, eu ficaria, eu gosto daqui*”

Mesmo com as dificuldades eles pretendem permanecer no bairro, muitos estão desde o início da ocupação, que já demarca os seus 35 anos de existência, desde sua formação. Uma das moradoras (F) afirma: “*eu não sairia daqui eu gosto de morar aqui*”, e os outros também concordam com essa afirmação. Isso remete ao sentimento de se sentir pertencente ao território, os quais construíram suas identidades, seus modos de vida, seus códigos, seus laços de vizinhança, enfim as relações pessoais são fortes e a rede de apoio que se estabeleceu entre eles.

Eu gosto, faz tempo que eu moro aqui, tenho amizade com a maioria do pessoal, ninguém nunca mexeu comigo, sempre converso com todo mundo que eu encontro na rua, eu gosto de todo mundo. (Morador E)

Castells ao refletir sobre a identidade, define como "fonte de significado e experiência de um povo" chamando a atenção que toda identidade é construída através da convivência, sendo esta uma construção social da identidade que evidencia a complexidade da questão quando enfatiza que o sujeito:

[...] vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço. (CASTELLS, 1999, p.23)

A identidade não é algo dado, concreto e pronto, que já está definido, é construída por cada pessoa de maneira diferente dependendo de diversos acontecimentos, é produto de experiências pessoais vividas, permeada de diversas dimensões simbólicas, culturais, políticas e sociais. Sendo que só adquire significado através das atribuições humanas a ela conferidas. (MEDEIROS 2009, p. 217)

Os termos "*meu lar*", "*minha casa*", "*meu abrigo*", expressam a relação de um morador com seu território. A apresentação desta relação se faz através da percepção dos significados que essas palavras trazem para os moradores.

Enquanto espaço de habitação, o bairro é um elemento dinâmico, nele são construídas as relações que os permeiam e que se encontram entrelaçadas com a dinâmica mais geral da sociedade, da cidade em sua totalidade. Apesar disso, há de se considerar que, no plano local, os indivíduos constroem identidades de pertencimento àquele lugar, em suas trocas materiais, espirituais e exercício de vida. (SANTOS, 1999, p. 7)

Coloca-se um sentimento de pertencimento ao lugar, as pessoas que habitam este território, muitas possuem relações familiares sanguíneas, e a permanência cria um vínculo que está passando por uma nova geração, inicialmente os pais ocuparam, dividiram os lotes os filhos que foram crescendo e permanecem no local. Alguns moradores afirmam ter como vizinhos, mãe, irmã, avós e outros parentes sanguíneos. Esses exprimem um sentimento de pertencimento ao território, que gostam do local e não pretendem se mudar para

outro, apesar de todas as dificuldades que enfrentam pela localização geográfica afastada dos serviços públicos e outros.

Desse modo, é possível verificar na visão de Milton Santos (1999) o qual ele define como “território usado”, que se torna algo pelo qual os indivíduos se apropriam de modo imaterial, de modo que eles pertencem àquele lugar. Temos neste sentido não é o espaço em si, mas é chão da identidade que cria o sentimento de pertencimento, “o território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. (SANTOS, 1999, p. 7)

Existe uma rede de solidariedade<sup>16</sup> de autoajuda entre os moradores, para a solução pontual de problemas e dificuldades. Um exemplo cotidiano são as mães que precisam trabalhar, ou acessar algum serviço de saúde e deixam seus filhos pequenos sob a supervisão de algum vizinho ou conhecido, um idoso que precisa acessar um serviço e por dificuldade de mobilidade se utiliza do meio de transporte particular de um vizinho ou conhecido para acessar um posto de saúde, uma agência bancária, pagando um valor simbólico para os custos ou de modo voluntário.

Portanto no ponto de vista do pertencimento, não há pontos negativos que se evidenciam, colocam que nesse aspecto “*não há coisas ruins, pois todos se ajudam*”.

Muitos desses moradores enfrentaram a resistência para permanecer na ocupação desde seu início, e esse fato de fixar moradia e se estabilizar nesse local, ajudou a criar laços de pertencimento. É comum eles externarem que se acostumaram com o lugar, principalmente depois das intervenções urbanísticas.

Assim, percebe-se nesse processo de análise e suas abordagens teórico-metodológicas que o território é, então, analisado na geografia como a porção que possui marcadamente fronteiras, limites e demarcações, seja considerando as relações de poder dos atores sociais, das corporações ou do Estado, até as relações de identidade e pertencimento de um grupo de indivíduos com o espaço com a formação de territorialidades.

---

<sup>16</sup> Durante os atendimentos realizados no CRAS é possível perceber essa rede de ajuda. Todas as segunda, quarta e sexta é realizada a entrega descentralizada do leite referente ao Programa Leite das Crianças do governo do Estado do Paraná, nesta entrega é comum ver uma terceira pessoa, parente, vizinho ou amigo que busca o leite para as mães que trabalham ou outras situações, sem cobrar valores monetários da família, mas como uma forma de favor.

#### 4.4 TERRITORIALIZAÇÃO

A territorialização segundo Santos, elaborada pelo conceito da geografia e outras ciências afins, se debruça em explicar o espaço geográfico, no entanto extrapolando uma visão simplista e propondo que ele seja considerado uma instância social, como a economia, a cultura e a política. Vai propor que o território usado seja assumido como um conceito indispensável para a compreensão do funcionamento da realidade presente. (SANTOS, 2005, p 255)

Neste tratamento analítico, torna-se evidente a preocupação em apreender e responder a respeito da relação entre espaço e sociedade, a qual faremos o entendimento em referência à dinâmica territorialização e desterritorialização e reterritorialização. Ao mesmo tempo, este debate coloca a necessidade de se apreender o máximo possível as relações sociais que se dão no processo de territorialização do Jardim Campos Verdes

Observamos a partir das definições anteriormente elencadas, que fica claro que o território, para ser compreendido e analisado em suas especificidades, exige ser tratado para além de uma maneira simplificada ou mesmo dicotômica, devido sua complexidade, como se demonstra ao longo dos capítulos anteriores.

Quando se pensa em barreiras que foram superadas com a implantação de serviços públicos e infraestrutura, apesar das fragilidades que se mostram presentes pela ausência de um planejamento de políticas públicas que pensem o complexo da região metropolitana, faz-se pertinente na compreensão da categoria territorialização.

No caso nosso objeto de estudo, ela se mostra útil para compreender dinâmica das políticas públicas existentes neste município em relação à Londrina e Cambé, cidades com áreas conurbadas. Uma vez que em alguns momentos elas se misturam devido sua proximidade, para os moradores é um complexo de proximidade e distanciamento.

No Bairro vizinho há uma cobertura de políticas públicas com uma proximidade, que, no entanto, não é acessível aos moradores por uma questão territorial de divisão limites municipais. Uma moradora afirma que, “tem escola aqui mais perto, mas não é perto” ao se referir as escolas de Londrina, que são próximas geograficamente, mas não são acessíveis aos moradores do bairro porque são

referenciadas ao município de Londrina. Em sua fala ela afirma “essas escolas aqui também não pegam crianças de Cambé”.

Uma vez que o Jardim Campos Verdes é um bairro distante do centro de sua cidade e de alguns equipamentos de serviços públicos que estão estruturados dentro da lógica burocrática do georreferenciamento, a cobertura dos serviços é um fator desterritorialização em alguns casos. Os parâmetros legais servem de norte para a construção das políticas públicas, porém, ele não atende às necessidades dos indivíduos de modo igualitário.

Necessário assinalar, no entanto, que o georreferenciamento não é um mecanismo perfeito, uma vez que pode ser em certo grau e medida burlado pelas por uma das partes interessadas. A fim de verem suas demandas atendidas não está descartada, para os indivíduos, a hipótese de utilizarem, por exemplo, o endereço de um parente ou familiar próximo e, mesmo, conhecido, a fim de poder acessar um atendimento que é mais restrito em sua região de origem ou área de abrangência. No caso do território estudado, faz divisa com conjuntos habitacionais Turquino/Maracanã, e se tratando uma região conurbada com o município de Londrina, esse caso os mecanismos não estão ausentes. Por possuir alguns equipamentos e serviços públicos com sua estrutura mais organizada, isto acaba induzindo à prática de estratégias alternativas, tais como atestam comprovação de moradia não em Cambé e sim no município vizinho, isto é, Londrina, para ter acesso aos serviços.

A territorialização é o processo pelo qual o homem se apropria do espaço através do exercício do poder e resistência, que pode ser construído por instrumentos materiais ou imateriais, culturais, jurídicos, econômicos, simbólicos que fundamentam a territorialidade de modo dicotômico. (HAESBAERT, 2004)

Em vários momentos aparecem nas falas que há uma ausência do poder público no atendimento às demandas reais da população. Falta um “olhar” para as dificuldades que eles não têm meios de superar por iniciativa próprias, são demandas que necessitam da intervenção do Poder Público, para resolver ou atenuar.

Eu acho que não, porque criança indo pra escola “à pé” com chuva não vai, eles tem 5 aulas por dia. Se eles não for eles levam 5 faltas. Esses dias que estava chovendo meu menino não estava indo, imagina quantas faltas esse menino não teve? (Morador E)

Aqui demarca as dificuldades sentidas por moradores que se deslocam a distância considerável, pela ausência de um importante equipamento social cultural que é a escola. A análise desse movimento de deslocamento, dos moradores, para acessar a educação, nos permite compreender o não acesso a realidade dessa população. Na fala dessa moradora ainda há de se lidar com a pressão de um Conselho Tutelar que cumpre determinações legais de ausência do filho na escola, sem sequer entender esses motivos.

Depois o Conselho tutelar vem na porta da sua casa, quer saber por quê o seu filho não está indo pra escola. Ao invés dele ter investido numa quadra de futebol, eles deveriam ter investido em um Van e num posto de saúde. Ou se não quisesse investir em um posto de saúde pelo menos investisse na educação das crianças. Porque as crianças precisam estudar para eles terem futuro. (Morador E)

Fica comprometido o exercício da cidadania, no qual se cria um abismo entre direitos e deveres. A moradora afirma que ao não enviar o filho para escola ela é penalizada, por não cumprir um dever, mas na contramão antes há um direito violado, pois o acesso ao transporte público para que se cumpra esse dever é insuficiente ou inexistente.

Evidencia-se a ausência do poder público em algumas políticas como foi afirmado por ela educação, saúde e no caso do Esporte, sempre tornam o relato de que a quadra de esportes está em desuso e não era necessária. Afirma o morador C

o meu problema é que eles dão prioridade, para quadra de futebol, as crianças vão para escola “à pé”, precisa de um posto de saúde. Eles tinham que dar prioridade para um posto de saúde e para as crianças, não para uma quadra de futebol. A quadra aqui não tem mais bebedouro, tiraram o bebedouro, as crianças querem água, eles vão pedir na casa da gente, dá até dó. Banheiro, não pode usar para não sujar. (Morador C)

Por sua vez vemos o exercício do poder do Estado na tomada de decisões. Os moradores colocam que houve uma inversão nas propostas, e algo que a população considera menos necessário foi priorizado pelo poder público.

A maior reivindicação desses moradores é a acessibilidade por meio de transporte público, acesso a saúde, a educação, no entanto o projeto contemplou a construção de uma quadra Poliesportiva. Não partimos do entendimento que uma política tenha menos importância que a outra, portanto existe uma necessidade de acesso também ao que se refere às atividades esportivas, ao lazer e a cultura, por

exemplo, no entanto, falta transparência no processo de decisões com participação da população para que esta tenha clareza de que o viés político das ações tem uma fundamentação em sua tomada de decisões.

Lefebvre (2001) observa a separação que compõe a oposição entre as classes, divide não apenas a cidade e o campo, mas também no que se refere ao público e ao privado. Para o autor, o espaço urbano se constitui na concentração dos indivíduos em forma de população e dos instrumentos de produção, para produção de mercadorias, para suprir as necessidades, ao posto que o campo configura o oposto. Portanto, é sempre importante destacar que a ocupação territorial para habitação, é marcada por uma mesma dinâmica, no qual a moradia é tomada como mercadoria. (MARX, 1998, p. 55)

No que se refere à posse do terreno, todos afirmam que não tem o documento que legitima a propriedade e posse de seus terrenos. O bairro está em processo de regularização da posse dos lotes ocupados, desde o ano de 2018, quando levou informações para essa população que daria início ao processo de Regularização Fundiária. A questão da titulação é uma preocupação geral para os moradores, pois afirmam que gera uma grande insegurança em relação à estabilidade da moradia, afirmam sentir que a qualquer momento podem ser despejados pelo poder público, não têm uma garantia de propriedade. Aqueles que foram contemplados pela construção da casa pelo PMCMV, afirmam ter uma situação um pouco mais confiante por ter o contrato estabelecido entre eles e a Caixa Econômica Federal, mas já aqueles que têm uma autoconstrução não possuem nenhum tipo de documento formal que os intitulem proprietários.

Partimos da discussão conceitual do território, agora, utilizada enquanto categoria analítica, o estudo se propõe a avançar no sentido de explorar suas inferências para a compreensão do processo de territorialização do Jardim Campos Verdes e como este está ligado à cidade de Cambé. Em suas relações de totalidade este bairro não escapa a lógica de que estrutura de um lado visa atender os direitos de cidadania e por outro também às necessidades do capital. (LEFEBVRE, 2001)

O ponto de partida de Lefebvre (2001) está embasado nas reflexões de Marx a respeito da formação das cidades sua formação territorial está voltada a atender às necessidades desse modo de produção, em cada momento histórico. Esse fato fica evidente quando apresentamos a formação territorial do Norte do Paraná e

consequentemente da cidade de Cambé, em sua constituição e das suas fronteiras geográficas e políticas.

Temos nessa formação os traços da sociedade capitalista, fundamental mesmo para sua existência, foi a construção das ferrovias e a distribuição dos centros urbanos, uma vez que nela passaram a se concentrar os meios de produção, as forças produtivas e o próprio trabalhador, essenciais para a produção de mercadorias, como apresenta-se na teoria desenvolvida Marx e Engels, apresentada anteriormente. (MARX, 1998, p. 55)

Outra situação que os moradores do grupo focal destacaram, com grande preocupação e descontentamento, é a cobrança do IPTU, que tem sido realizada desde o ano de 2018, quando da proposta de Regularização Fundiária. A pergunta que fazemos é: como pode haver cobrança se os terrenos pertencem a COHAB-Ld? Esse pagamento parte do pressuposto que o contribuinte possui a titularização e posse de sua propriedade que justifica a cobrança por parte do município. Se os terrenos pertencem a COHAB-Ld essa cobrança deveria ser encaminhada ao mesmo. Considera-se incabível essa situação. Fomos informados que uma das negativas do gestor local, dando continuidade a essa situação jurídica é justamente a dívida que a companhia possui com o município de Cambé.

Os moradores alegam que esse é um custo que não tem como assumir. Mencionam ter sido notificado quanto a pendência de pagamento e que essa dívida que pode gerar uma execução judicial. Tal situação gera mais insegurança, o que levanta e gera dúvida se podem ser despejados de suas casas.

Estou preocupada agora com esse negócio de IPTU, porque se não pagar vai tomar e eu vou morar aonde com esse monte de filho pequeno? Na prefeitura eles não estão me aceitando.

Vocês são diferentes, já estão em uma casa que é de vocês, mas nós que construímos não sabemos de nada, ninguém fala nada, nós não temos aquele monte de papéis que eles deram, que alguns assinaram. Cada um que recebeu a casa eles entregaram uma pastinha com os papéis assinados. (Morador E)

Em relação à expectativa dos moradores sobre a regularização fundiária, especificamente em relação ao poder público, espera-se que se resolva, pois os mesmos afirmam não possuir nenhum tipo de documento, contrato de compra e venda, escritura. Esses moradores estão no local desde o início da ocupação, quando não havia nenhuma infraestrutura, saneamento básico ou qualquer tipo de serviço público com estrutura física implantada. Atualmente, encontra-se em

andamento o processo de regularização fundiária, mas os moradores questionam a falta de orientação e acesso às informações do andamento desse processo. Segundo eles é intrigante o fato de não haver comunicação entre os moradores, não deveriam pagar IPTU, mas essa cobrança tem sido desde 2018. Segundo as falas não há uma garantia de propriedade para tal cobrança, ainda que muitos tenham fixado residência na ocupação desde o início de sua formação.

Espero que eles regularizem, porque a gente não tem escritura, a gente não tem nada, faz quanto tempo, tem gente que mora aqui desde o começo, quando foi fundado aqui e não tem escritura não tem nada. Aí do nada aparece os IPTU. Mas os IPTU, já estava vindo, eu que não estava pagando, mas aí veio de novo e de novo, e agora você vai ter que pagar, porque vai ter uma hora que eles vão tirar você da casa, e aí você vai morar onde? (Morador F)

As consequências perversas e desumanas dessa situação são muitas e variadas, e esse fenômeno da urbanização desordenada tem sido apontado como causa direta ou secundária de muitos dos problemas mais críticos urbanos, desde os efeitos na saúde pública até o agravamento das agressões ambientais relativas ao solo, ao ar e as fontes hídricas.

#### 4.7. O ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

De acordo com as diversas leituras, no território afloram desigualdades sociais, e tornam mais claro que existem aqueles que exercem a cidadania<sup>17</sup> plena e outros que a exercitam de maneira limitada. Observa-se, a partir das passagens selecionadas, que a compreensão sobre o território exige reconhecer toda a conjuntura que está envolvida em sua construção conceitual.

Construiu-se, portanto, em Cambé uma nova segregação espacial, aquela que contrapõe condomínios fechados e os núcleos habitacionais. Embora, por vezes, condomínios e conjuntos estejam situados mais distantes do centro da cidade, a infraestrutura de que dispõem aponta, mais uma vez, para o caráter

---

<sup>17</sup> Cidadania é relativo ao exercício dos direitos, ter acesso à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade, em resumo é ter direitos civis. Assim como participar do destino da sociedade, direitos políticos de votar e ser votado. Compõe um processo histórico e varia ao longo dos anos. (PINKS, J. História da Cidadania, editora contexto, 2013)

segregador na apropriação do espaço. As quais seriam as características que poderiam nos apresentar uns e para outros.

O território não é um elemento isolado, como destaca Engels, afirmando que “[...] a separação da terra, do capital e do trabalho” é impossível, uma vez que compõem categorias de análise de uma totalidade. (ENGELS, 1972, p. 16)

As pessoas relatam a segregação espacial, as dificuldades as quais estão submetidas, principalmente relacionados aos deslocamentos que enfrentam quando necessitam de um atendimento. O Jardim Campos Verdes possui dentro de seu território um equipamento do CRAS, um Centro Municipal de Educação infantil - CEMEI e uma Quadra de Esportes. Os demais que são a Unidade Básica de Saúde de referência e as Escolas Municipais e Estaduais se localizam no Jardim Novo Bandeirantes, estando a distância média de 3km desse território.

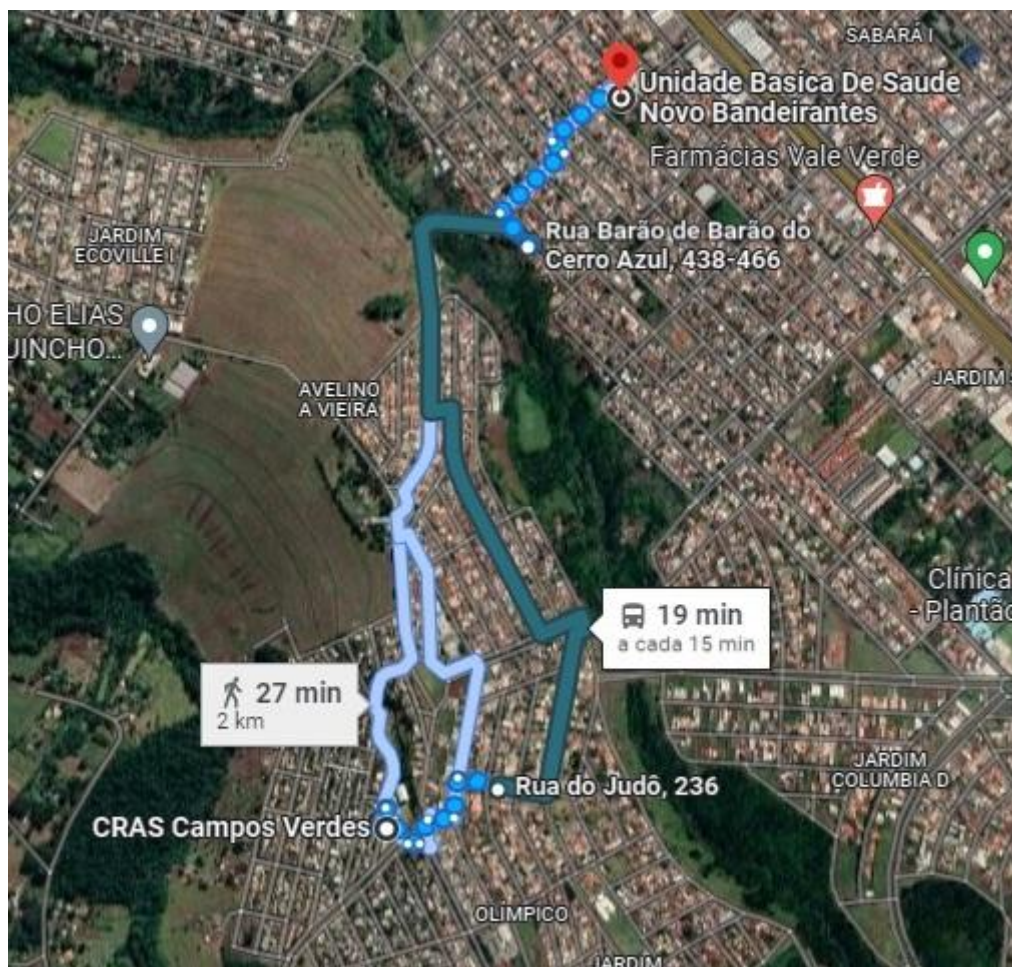
[...] é muito longe, tudo no Jardim Novo Bandeirantes, Escola é tudo pra lá, os filhos tem q ir pé, a gente sai daqui com criança pequena no colo pra ir lá no Posto de Saúde, é tudo muito longe. (Morador E)

Outra demanda apontada por eles é o transporte público, a empresa que atende o Município de Cambé, não atende esse território. Somente a Empresa TIL, atende parte, pois como essa área é conurbada com Londrina, acabam usando eventualmente, mas não atendendo as necessidades reais dessa população. Os moradores afirmam que nesse trajeto, ofertado pela empresa o ônibus passa na via Estrada Esperança, que faz divisa entre Londrina e Cambé, conforme podemos observar no mapa a seguir (figura 19). E assim sendo, as pessoas relatam que não vale a pena a utilização do transporte, pois não viabiliza o acesso, o trajeto que a linha de ônibus faz, não atende a demanda dos usuários.

[...] vc pega esse transporte de Londrina, eu mesma, acho que pra mim não compensa. Eu pegando a grande Londrina aqui, vou descer ali na Barão do Cerro Azul, que é só descidinha, e o resto eu vou subir tudo a pé. Então eu vou pagar R\$4,25, não sei quanto que está a passagem, na descida, na subida eu vou subir tudo de a pé.

A figura 19 ilustra o trajeto relatado pelos moradores tomando como base o CRAS que fica na primeira rua desse território.

Figura 19: Deslocamentos da população do Jardim Campos Verdes, 2022



Fonte: Google Maps. 2022

Os moradores afirmam que a maioria das crianças estuda no Colégio Municipal Hilda Soares, que oferta a modalidade de ensino Fundamental I, este atende do 1ª ao 5º ano. As series seguintes, ou seja, o Fundamental II, que abrange do 6º ao 9º ano e ensino médio é referenciado ao Colégio Estadual Onze de Outubro, localizado no Jardim Novo Bandeirantes. Outra referência e o Colégio Estadual Manoel Bandeira, localizado no Jardim Silvino, mais distante geograficamente. Afirmaram que o tempo de caminhada até os serviços é em média de 40 minutos a 1 hora. E em condições climáticas adversas como sol forte, no verão intenso ou em dias de chuva é ainda mais difícil o acesso.

É longe, é lá no Jardim Novo Bandeirantes, lá em cima. Tudo é pra lá, vem o Colégio Onze de Outubro primeiro, depois o postinho de saúde e daí vem o Hilda Soares. E depois tem o Manoel Bandeira também, mais longe ainda. São esses três

colégios, Manoel Bandeira, Hilda Soares e Onze de Outubro. A escola é longe é muito ruim ainda mais quando chove mesmo, por exemplo. (Morador C)

Além da dificuldade e de ter acesso à educação, os moradores trazem a realidade da falta de atividades para adolescentes, segundo eles não há oferta de atividades esportivas, cursos profissionalizantes, referem que falta qualquer tipo de “ocupação” para atrair esse público acima de 13 anos. Gostariam que houvesse cursos de informática, matemática, algo que fosse atraente para “tirá-los das ruas”. Reforçam ainda que não se trata apenas de prover a alimentação, mas de ofertar atividades culturais, esportivas, de lazer e outras voltadas à profissionalização.

Na fala os moradores trazem o relato que o “o lugar é bom”, mas demonstram a dificuldade da ausência de algumas políticas públicas voltadas a outras necessidades, não apenas ligadas a carência alimentar.

Só tem o Bola de Neve, que é dia de domingo, mas eu acho que deveria ter um projeto voltado para eles, um curso de computação, um curso de matemática, algum curso pra tirar da rua. Porque aqui não é um lugar bom. Mas vamos falar o português, não estou falando, assim em questão de comida essas coisas, estou falando do outro lado. (Morador C)

A distância da escola é uma dificuldade para os moradores, os deslocamentos são longos, para os adolescentes em idade escolar, cujo trajeto é uma rotina diária, torna-se ainda mais penoso, conforme relatos. Esse fato tem implicação à questão da evasão escolar dessa região nas séries do ensino fundamental após o 6<sup>a</sup> ano e ensino médio.

Os moradores do Jardim Campos Verdes contam com o equipamento da de Assistência Social, CRAS, portanto são assistidos em relação a situações emergenciais de alimentação. São atendidas mensalmente em torno de 180 famílias com um benefício eventual denominado auxílio alimento, que atende famílias com uma cesta básica.

Os atendimentos da Assistência Social referentes ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que oferta atividades conforme previsto na tipificação, atualmente não está em funcionamento devido a pandemia, conforme informações da SMAS, não há previsão de retorno das atividades para atendimento do Jardim Campos Verdes.

O Centro da Juventude situa-se na região do Jardim Santo Amaro, também está na mesma situação. São realizadas algumas atividades em parceria com a

secretaria do trabalho, mas não abrange os moradores do Jardim Campos Verdes. As atividades de convivência realizadas neste espaço estão suspensas e a gestão municipal não informa uma data prevista para retorno.

Outra moradora destaca que o Centro da Juventude atende com vale transporte apenas os adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa, os demais que desejam fazer cursos e atividades têm que arcar com os valores referentes ao vale transporte, e segundo a fala esses custos são inacessíveis à população.

O Centro da Juventude atende, mas atende só pequenos infratores, e eles só oferecem passagem para pequenos infratores, para as crianças normais a mãe tem que arcar com a passagem de ida e volta. (Morador C)

Por várias vezes são recorrentes as falas referindo a distância entre o bairro e as escolas, sendo esse um problema, devido à falta de transporte. Moradores afirmam que do 1º ao 5º ano, o município oferta transporte escolar, uma Van que realiza esses deslocamentos até a Escola, após o 6º ano tem que se deslocar por meios próprios.

Tem van da prefeitura, mas quando vai pro Estadual aí fica por conta. O meu mesmo, já vai pra 6º ano com 11 anos, ele ainda é pequeno, eu não sei o que eu vou fazer.  
Vai ter que ir “à pé” mesmo, o meu vai, só não vai dia de chuva.  
O duro é para gente que trabalha, que daí tem q ir, e não tem quem leva pra escola. (Morador F)

Os moradores que possuem filhos em idade escolar, relatam temer pela segurança desses, que em média vão para o 6º ano com idade entre 11 à 12 anos, relatam que não é viável o filho fazer esse trajeto sozinho e afirmam que há uma obrigatoriedade de uma pessoa responsável acompanhado até a escola. Uma moradora especificamente, conta sua experiência que tentou levar o filho, mas a rotina de fazer esse percurso diariamente para levar e buscar, ou seja, de ida e volta duas vezes por dia ficou inviável, e nesse momento (2021) tem o agravante de estar ser gestante.

Eu estava levando, me disseram que era obrigado a ir, eu comecei a levar ele uma semana, mas eu não aguentei não, e com a barriga crescendo. Subir essa subida lá do outro lado, e descer quatro vezes por dia? Eu falei não, não aguento isso não. Aí ele começou a ir com o meu sobrinho, que já tem 14 anos e com o coleguinha deles aqui da frente, eles vai e vem

tranquilo, mas eu fico morrendo de medo, porque você não sabe o que pode acontecer no meio da rua. Uma van custa R\$160,00 (cento e sessenta reais), eu não tenho condições de pagar. E ainda como você vai colocar uma criança dentro de uma van lotada? (Morador E)

À medida que as Políticas Públicas não são efetivas para atender tal demanda e na impossibilidade de arcar com os custos de um serviço particular, os moradores são obrigados a encontrar outras possibilidades para atender suas demandas, contando com uma rede de apoio e solidariedade local, o que muitas vezes no caso de crianças e adolescentes as coloca em uma situação de vulnerabilidade e desproteção por parte da família e dos Estado.

São expostas a risco diário, pelas diversas situações de violências, podendo inclusive os pais serem responsabilizados. Mas se veem sem muitas alternativas para esse acesso à educação, que consta como uma obrigatoriedade e um dever dos responsáveis manterem a frequência escolar

São vítimas ou agressores? Negligenciam a proteção dos filhos por falta de recursos financeiros, pois o serviço de transporte particular tem um custo elevado para as famílias de baixa renda e no que se refere à mobilidade urbana do transporte público, não há cobertura para o atendimento dessa demanda. Afinal de quem é essa responsabilidade?

A distância média percorrida é de 3 km e referem que gastam em média de 40 minutos a uma hora de caminhada até chegar nos serviços que necessitam. Afirmam que em geral, mas em especial a situação das crianças e adolescentes, que o percurso leva um cansaço excessivo.

Eu sei que eles saem 17:15 eles chegam em casa 18 horas e pouco, mas eles chegam moídos, meu moleque chega e fala “mãe não to aguentando de fome”. É mais ou menos uma hora de caminhada. É isso a gente gasta mais menos 40 minutos até o posto de saúde. (Morador E)

Devido a distância muitos deixam de acessar os serviços que não são essenciais e obrigatórios. Como no caso do acesso às Unidades Básicas de Saúde, o acesso ao serviço é muitas vezes adiado. Apesar da proximidade com os equipamentos das Políticas Públicas do município de Londrina, os moradores devem acessar os de Cambé.

Sim, a gente acaba deixando de lado. Eu vou porque eu tenho que ir mesmo, porque estou fazendo pré-natal, mas meu moleque está com as vacinas atrasadas, eu agendo a vacina junto com o pré natal, mas nunca

tem vaga para a mesma data, então eu estou só adiando. Mas segunda feira eu vou levar os três, de uma vez pra tomar as vacinas. (Morador E)

Os investimentos realizados trouxeram diversas melhorias para o bairro, foi construída toda infraestrutura, as residências passaram a ter acesso ao saneamento básico, o que melhorou a qualidade de vida aos moradores. O bairro não tinha asfalto, as ligações de energia elétrica eram clandestinas, fossas rudimentares ou esgoto a céu aberto, essa situação foi revertida.

Apontam como uma das maiores necessidades do território estar relacionada aos serviços de saúde e a dificuldade que os mesmos têm ao acesso. Para esses moradores a construção de uma quadra de esportes era desnecessária e que a mesma não tem uma utilização otimizada. Reconhecem que houve avanços com melhorias que foram feitas, mas há queixas quanto ao acesso a serviços que consideram de maior prioridade e necessidade.

Com certeza, para quem andava amassando barro, hoje tem asfalto. Mas um problema é que ao invés de fazer um posto de saúde eles fizeram esse negócio aqui, essa porcaria (se referindo a quadra de esportes). Não tem como não falar que é uma porcaria, porque é mesmo, não valeu nada esse negócio de jogar bola, não leva a nada. Agora uma pessoa doente, uma pessoa de idade, quando precisa, tem que pegar o ônibus aqui e pagar. Tem que andar 3 ou 4 quadras para pegar ônibus e ir até ali em cima, para de lá descer e subir toda uma subida. Meu sogro ele tem problema na perna, ele anda de bengala, para subir aquela subida é um sacrifício para ele. (Morador A)

Um fator de peso é a frequência de uso dos serviços implantados, tendo em vista que a cobertura da saúde é de uso comum em todas as faixas etárias, os serviços implantados são considerados pontuais, consideram que a utilização esporádica poderia ter colocado a implantação do mesmo como secundária.

O asfalto é bom, porque a gente não tá mais pisando no barro, a creche é boa pra quem tem criança pequena que trabalha ajuda muito, colocar a criança na creche e vai trabalhar, às vezes a mãe não trabalha mas ela precisa ir ao médico fazer alguma coisa, o filho está ali. Mas assim... E tem o CRAS, que é necessário mas não é, se a pessoa não for usar o CRAS direto, não é necessário, mas tem gente que precisa direto então é necessário. Mas uma quadra de futebol pra mim não fez diferença, porque eu não jogo bola, meus filhos não ficam soltos na rua jogando bola. (Morador C)

Em vários momentos retomam os discursos relacionados à dificuldades relacionadas à distância e a não prioridade do Poder público por uma demanda

considerada por eles essencial, para atendimento de outro que eles julgam desnecessário. Provavelmente pela subutilização dessa edificação, pois afirmam que não há atividades para o equipamento.

[...] Sofro, por que olha, eu com 12, 13 anos eu já tinha diploma de um monte de cursos, Londrina tem tudo isso, e minhas filhas uma tem 11 e outra 17 anos, elas não têm um curso, não tem nada. Se for falar assim:” vou colocar elas em um curso, porque elas vão pegar um serviço.”Não tem nenhum recurso para isso. (Morador C)

Faltam ações do poder público para atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social com a finalidade de desenvolver suas potencialidades dentro os propósitos da assistência social quanto a proteção social básica e as demais políticas públicas para um exercício pleno de cidadania.

Há no bairro uma quadra de esportes, muito apontada pelos moradores como ociosa, ocupada para outras finalidades não ligadas a práticas esportivas, pois não há uma ação da Secretaria de Esportes para atender a população das diversas faixas etárias nesta estrutura que foi edificada.

Outra questão citada de uso comunitário é um barracão, que segundo eles está com uma estrutura precária e necessita de reformas. Segundo eles, está abandonado e não pode ser utilizado pela comunidade de um modo geral. Em outras épocas ele era utilizado para diversas atividades, reuniões comunitárias e atendimentos às crianças e adolescentes, por voluntários da Igreja Bola de Neve, atualmente afirmam que está “fechado com cadeado e abandonado”. Portanto, conforme as falas as atividades realizadas pelo Bola de Neve, foram transferidas para a quadra, por situações de conflito entre os coordenadores do projeto social e a presidência da Associação de moradores.

Antes da pandemia, os voluntários desenvolviam atividades lúdicas com as crianças e adolescentes, aos domingos, assim como eram realizadas visitas domiciliares às famílias das crianças e adolescentes cadastrados, entregavam uma cesta básica mensal para os que frequentavam assiduamente as atividades do projeto. Dessas ações realizadas por esse projeto não há artigos ou reportagens, publicadas, que fornecem informações sobre as características e organização dos serviços prestados. No entanto, nas demais atividades em grupo, estão retomando aos poucos, pois devido a pandemia teve que ser suspensa.

Outras ações demarcadas pelos moradores são da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, de Londrina, essa construiu no bairro o Centro Social Dom Bosco,

inaugurado em 2012, ao lado da residência das irmãs salesianas. A construção do espaço foi efetuada em um terreno de 3.000 m<sup>2</sup> doados pela Prefeitura de Cambé. Esta foi a primeira construção para atendimento às famílias, realizada com recursos da paróquia localizada no Jardim Dom Bosco – Londrina.

. Os atendimentos são realizados pela comunidade pelas irmãs salesianas e voluntários. A construção efetiva a continuidade de um trabalho que é executado há anos no bairro por voluntários. O projeto social e religioso no bairro começou originalmente no Conjunto João Turquino, que faz divisa com o Jardim Campos Verdes. Antes da construção, os atendimentos e os eventos religiosos eram realizados no barracão da horta comunitária que era mantido pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) de Cambé e em média atendia 42 famílias. Atualmente os moradores afirmam que a Horta comunitária, está funcionando, são as pessoas do bairro que trabalham naquele espaço e as verduras produzidas são consumidas pela população local, através de compra e doações.

Outro relato da época era uma ação realizada a cada 15 dias, na qual os produtores da Horta Comunitária do bairro colocavam uma barraca de hortaliças no pátio da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora para vender produtos nas saídas das celebrações religiosas. Atualmente essa ação não é mais executada, conforme o relato dos moradores, há produção de hortaliças continua, mas são comercializados de porta a porta pelos próprios produtores.

[...] tem bastante gente que trabalha lá na horta, ela está bonita, esses dias eu fui lá. (Morador B)

Nós compramos, sim, tem um senhor que passa vendendo, o valor tem coisas que são mais baratas e que às vezes eles doam. (Morador D)

Das atividades realizadas, antes da suspensão ocasionada pela pandemia, os moradores relatam que havia ballet, judô, corte e costura, artesanato, inglês para as crianças e reforço escolar, assim como o fornecimento de cestas básicas. No entanto, evidenciam-se duas situações conflituosas, nos atendimentos oferecidos. Uma delas é a vinculação a práticas religiosas católicas, que gera uma seletividade para participar dos atendimentos. Outra é a abertura para a participação dos moradores de Londrina.

Ali é delas, elas fazem os cursos delas, com as regras delas. Fazem para aqui e para outras. Porque, Londrina pode participar, eles também são atendidos aqui, mas não deveria! (Morador C)

Nesse momento um olhar de cada participante, com algumas risadas demonstrando que esse é outro espaço que não é utilizado para todos os moradores. Momentos simbólicos que demonstram o que sentem. Afirmaram

[...] fazem várias atividades, parece que tem ballet, judô, corte e costura, tem artesanato que eu já fiz, Inglês para as crianças, mas é ali, porque é pessoal deles da igreja que vem dar os cursos. (Morador D)

Só que nesse momento (2021) está parado, faz uns dois anos que não identificamos a utilização desse local, pela pandemia. Uma moradora declarou “*eu acho que eles estão dando só cesta básica*”.

Para as ações solidárias e filantrópicas realizadas por essa denominação religiosa não há uma limitação territorial de município, como nas ações do poder público, portanto os moradores relatam que há uma abrangência aos municípios de Londrina nos atendimentos realizados pelo Centro Social, tal fato gera indignação, pois, apesar da proximidade as Políticas Públicas e projetos sociais da Prefeitura de Londrina, as mesmas não atendem os moradores desse território, pois este pertence ao Município de Cambé.

Fica evidente que na visão dos moradores que esses atendimentos filantrópicos deveriam ser restritos aos que residem no Jardim Campos Verdes, pois das atividades ofertadas, as vagas são limitadas e moradores locais que têm interesse em participar, não são atendidos enquanto há vagas que foram ocupadas por pessoas do município vizinho.

Outra ação de relevância desta paróquia, citada nas narrativas, é a construção de casas aos moradores nos lotes ocupados, para famílias que estavam em moradias precárias e em alguma situação de risco. Foram construídas diversas casas para os moradores, fato que antecede o planejamento do poder público para a regularização fundiária.

Uma questão que foi debatida e trazida pelos moradores durante a realização do grupo focal, foi os custos com energia elétrica que estão onerando grande parte das famílias de baixa renda. Levantamentos realizados no ano de 2018 apontaram que os gastos com esse serviço eram relativamente altos e que apesar das famílias terem sido contempladas com esse importante serviço de energia elétrica, não conseguem arcar com esses custos, alguns estão utilizando o serviço de forma irregular, com ligações clandestinas, o denominado “gato”.

Para as famílias com renda per capita mensal com valor menor ou igual a meio salário mínimo e, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e Estadual, tem direito a “Tarifa Social de Energia Elétrica”, que é um benefício criado pelo Governo Federal, com a finalidade de conceder desconto parcial ou integral no valor de 100% na tarifa mensal de energia elétrica. Com a finalidade de compreender se os custos com energia elétrica são acessíveis às famílias, comparando com a realidade local e a renda mensal, buscamos questionar se é possível arcar com os custos dessa despesa, tendo em vista os descontos dos programas do Governo Federal e o Estadual, para aqueles que dispõem desse serviço de modo regular. Podemos perceber na fala dos indivíduos que os custos são acima das possibilidades de ganho das famílias, pois afirmam que houve um aumento significativo nas tarifas que não deixa evidente a vantagem de ter um desconto, assim como devido o número de moradores em uma residência há uma dificuldade em manter o consumo dentro limite estipulado de 220 kWh/mês.

A Luz a gente paga muito caro, a água ainda a gente tem baixa renda, é uma "mixaria", mas a Luz ela subiu muito, para quem tem salário mínimo mesmo, com uma energia dessa fica difícil. (Morador B)

Esse fato se evidencia em alguns moradores, com renda per capita superior, no caso específico do entrevistado, sendo esse aposentado que recebe o valor de um salário mínimo, reside sozinho e, portanto, está fora dos critérios, ou seja, não têm acesso ao benefício da baixa renda, no entanto afirma que tem dificuldades com os custos de tarifa integral de energia elétrica, devido os inúmeros aumentos. Afirma o seguinte:

acontece o seguinte quando a gente vai fazer a baixa renda da COPEL, eles não fazem porque eu ganho um salário, eu sou aposentado então eles não fazem. (Morador A)

A conta da energia elétrica se coloca como um fator relevante para o exercício da cidadania e o pertencer a um local, esse documento de cobrança de pagamento se torna um denominador da territorialidade, uma vez que para ter acesso a alguns serviços públicos a pessoa necessita comprovar residência mediante apresentação da “conta de luz”. Uma moradora relata que começou a pagar a conta há uns 2 meses e tirou do "gato", motivada pela necessidade de ter um comprovante de residência nominal para ter acesso a matrícula escolar, registro na Unidade Básica de Saúde (UBS)

[...] Por causa da questão da escola, de ter que ir no posto, precisa do talão de luz. A minha água mesmo tá uma bomba, tá lá parada, mas a luz tem que ter o comprovante de residência para algumas coisas, porque se vc não tem, não consegue [...] eu estava levando o da minha mãe, mas depois não estava dando certo, a escola já não aceita mais o da minha mãe. Aí eu tive que tentar entrar, eu fiz acordo e estou pagando parcelado o acordo e a luz que vem agora. (Morador C)

Com a pandemia algumas famílias equivocadas pelas informações do pagamento deixaram de pagar e acumularam dívidas e mesmo com o desconto estão com dificuldades para pagar os valores acumulados.

[...] Eu estou na baixa renda [...] por causa que começou a pandemia, aí meu esposo veio falar, que falaram que durante a pandemia não precisa pagar, aí foi acumulando e virou uma bola de neve, agora vou ter que ver para parcelar. Porque estou na baixa renda, aí tem mês que vem 00 (zero, zero) mas tem mês que vem 70, 80, 110. Eles não cortaram, mas mandaram a cartinha. (Morador F)

Outro fator que interfere nessa conta refere-se às famílias de composição familiar com mais de 04 pessoas, essas não conseguem acessar o benefício devido o consumo elevado e o acúmulo de dívidas com a companhia prestadora de serviço:

É igual lá em casa, já mandaram a cartinha já. Acho que o último talão que veio, estava 8000 (oito mil) (Morador E)  
 Ahhh, como? Meu Deus!!!! (diz outra moradora, com tom perplexo) o meu é 700 e pouco (Morador C)  
 É sim... ahaamm.. olha eu tenho 3 crianças, tem meu pai, tem um condenado, condenado é o homem, e tem eu. Já é bastante gente, então você gasta, gasta bastante. Agora televisão é só uma e a geladeira, então. Fica praticamente desligado, porque meu pai vive mais "batendo rua" do que tudo. Um filho vai para escola, outro filho vai para a creche, só o menor que fica comigo, ele não assistiu, fica comigo brincando o dia todo no terreiro e eu olhando. (Morador E)

Essas famílias estão com a ligação de energia elétrica regular, mas com acúmulo de dívida junto a Copel, afirmam que não procuram o parcelamento, pois não conseguem arcar com os custos ainda que parcelados em várias prestações. Mas se sentem felizes por não estar usando o "gato" e afirmam que apesar da dívida alta e de vários meses ainda não foi realizada a suspensão no fornecimento.

Não, eu não to de "gato" não, graças a Deus o governo ainda não cortou, eu to normal. Tá muito acumulado. Então, mas o governo ainda não cortou. (Morador F)

É fato a divulgação de programas que oferecem a população benefícios sociais, divulgam que utilizando a energia elétrica com segurança e com racionamento não pagam conta no final do mês. Essa é a falácia chamando as pessoas a aderirem e utilizarem essa vantagem. Um deles é o Programa Energia Solidária, benefício criado pelo Governo do Estado do Paraná, que realiza o pagamento da conta de luz das famílias de baixa renda, desde que beneficiárias da Tarifa Social de Energia Elétrica, essa é a chamada mais no cotidiano dessas. Famílias não se torna realidade. Os dados apontados a partir do CECAD (2021), os moradores têm em média um gasto de até R\$ 300,00o com s custos de, energia elétrica, e 42% não declaram nenhum gasto, dentre esses estão os que conseguem os benefícios e outros que estão em ligação clandestinas.

Para o grupo entrevistado é unânime que os gastos com energia elétrica e água somam um valor que onera o orçamento familiar, quando esse tem acesso a renda. Afirmam, no entanto, que a água tem peso maior, nas despesas mensais das famílias desse território.

Mas eu sei pq eles fazem isso, olha só a minha água, tem uns 4 ou 5 anos que eu não pago e continua chegando “talão” e vai chegando “talão”, e eles não cortam acho que pra isso, pra aumentar nossa conta lá, porque acertar a gente não vai acertar, mesmo se parcelar umas 100 vezes, a gente não consegue pagar. A minha água eu acho que deve estar em torno de uns R\$ 12000 e a SANEPAR ela é mais difícil de pagar parcelado do que a COPEL... (Morador E)

No entanto a água sempre é um valor maior e referem que quando há um acúmulo de dívidas é difícil negociar com a concessionária, que exige um pagamento inicial na entrada do parcelamento que chega geralmente metade do valor da dívida, para realizar a negociação e o parcelamento deve ser feito em poucos meses, essa inflexibilidade gera uma parcela que o morador não consegue pagar conforme sua renda familiar.

[...]É porque na época eu estava parada, depois eu comecei a fazer diária, aí depois eu comecei a trabalhar registrada, depois meu pai ficou doente eu tive que sair do serviço, aí foi acumulando, acumulando[...] (Morador E)

Neste mesmo sentido outra moradora relata:

Na SANEPAR teve um tempo que eu fiquei devendo 2000 reais (dois mil reais), eles falaram tem q dar uma entrada. Eu achava que a entrada era de

uns 100 (cem), 200 (duzentos) reais, pediram 1000 (mil) reais de entrada. (Morador F)

O valor da tarifa mínima da água com rede de esgoto é superior ao relatado pelas famílias entrevistadas, afirmam ter um gasto médio de 110 a 200 reais mensais com água e esgoto. Outro fato é que a pandemia exigiu o isolamento social, as famílias ficaram mais tempo em casa, as crianças deixaram de frequentar a escola e passaram a realizar as atividades escolares nas residências. As famílias afirmam que este fato aumentou significativamente o consumo de água e energia elétrica. Essas referem que já tiveram a suspensão no serviço de energia elétrica por falta de pagamento. Dentre esses moradores, alguns afirmam que assumiram a dívida e fizeram parcelamento, outras que fizeram ligação clandestina, como eles denominam “gato”. Os moradores afirmam que “a vida é parcelar”, a questão da baixa renda e os custos de manutenção da vida cotidiana. Afirmam: “*É bem isso, Sanepar, Copel, IPTU, nós vamos parcelando*”.

Aqui demarcamos os territórios de vivência como nos traz tão bem Dirce Koga (2021) quando nos chama atenção como esse território de vivência se movimenta e se mistura às práticas dos sujeitos, ao longo de suas trajetórias e histórias de vida se colocam como “territórios praticados”. Segundo a autora esse território usado, recheado de práticas e relações sociais, próximo ao espaço banal, se manifesta na escala do cotidiano, trazendo “à tona a experiência social”. O território de vivência faz transbordar a própria experiência social, com suas práticas, memórias, rugosidades. (SANTOS; SILVEIRA, 2000 *apud* KOGA, 3021)

Para Koga (2021) a pandemia de Covid-19 escancarou de forma concreta, as desigualdades sociais presentes no cotidiano das sociedades do mundo. E, nesse mesmo compasso, os governos brasileiros, em suas três esferas, juntamente com o mercado, tiveram que se curvar diante da centralidade que ocupam as políticas públicas de proteção social no cotidiano de sobrevivência da população. Podemos observar nesse estudo o quanto isso se aplica, um território que historicamente sofrem com a ausência de serviços básicos como a luz, a água, transporte, educação, saúde enfim a proteção social. Imaginemos uma população que em plena pandemia ficou reclusa nas residências com as medidas de proteção, como lavar as mãos com água e sabão, se evidenciaram como difícil demonstrados pelo alto custo da água que chega mais que nem todos tem o mesmo acesso e direito de usa-la. Essa desigualdade se reproduz na mesma proporção da ausência, da

fragilidade de políticas públicas que deveriam estar presentes no cotidiano desse território.

A cidade de Cambé marca seus diferentes e desiguais territórios, que se configuram o espaço do vivido pelas pessoas, no seu dia a dia, nos seu uso, nos seu deslocamento. Observamos o Jardim Campos Verdes através das vidas das pessoas a construção de suas convivências, de suas indignações, de seus desprezos, atribuindo significado àquilo que os cerca, sendo que esses se movimentam ao longo de suas estórias, trazendo marcas da segregação, da exclusão, dos desassistidos, da (des)proteção, enfim que perduram nessa realidade para sobrevivência.

Kowarick (1979), retrata a existência de uma lógica perversa das cidades, denominada espoliação urbana, sendo essa um conjunto de expropriações que se realizam pela inexistência ou precariedade de bens e serviços de consumo coletivo, assim como no acesso à terra e à moradia, socialmente necessários para a reprodução da classe trabalhadora. Demarcamos aqui a realidade do processo de urbanização de cidades brasileiras, incluindo Cambé, destacando o território do Jardim Campos Verdes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como proposta principal a investigação acerca da territorialização dos moradores do Jardim Campos Verdes, marcados pelas desigualdades socioespaciais dentro do contexto global comum a entornos de periferias de regiões de regiões metropolitana, com destaque ao território de ocupação que gerou o atual bairro pertencente ao município de Cambé.

Ao compreendermos a desigualdade e segregação espacial, presentes no espaço urbano e que constituem a expressão de uma sociedade de classes, conseguimos nos apropriar do território e suas novas territorialidades que surgem a partir das áreas socialmente diferentes em termos de infraestrutura e habitação e que vão sendo construídas e formadas através de intervenções do estado, da sociedade civil organizada, mas principalmente da população que é um dos principais atores dessa construção territorial.

A partir destes acontecimentos, se apresentam, o complexo das mudanças no decorrer do processo histórico de organização desse território, o que compõe esses atores que se engendram e provocam as mudanças sociais no processo urbanização e regularização fundiária. Verifica-se um salto qualitativo na qualidade de vida dos moradores, que não chega a um padrão de excelência, mas é inegável sua repercussão positiva e significativa em suas estruturas, evidenciando o processo de territorialização dos indivíduos que permaneceram no bairro.

A partir destes apontamentos, podemos indicar a complexidade da qual se reveste as questões urbanas sendo elas: moradia, infraestrutura, transporte, serviços públicos, dentre outros. Este fato estimula a construção de respostas individuais a demandas que possuem dimensões coletivas. Assim, as respostas, que deveriam ser encaminhadas ao poder público ficam em outro plano, o das iniciativas privadas e individuais.

No que se refere à população, por se tratar de famílias de baixa renda, há uma dependência de acesso via políticas público, que se torna muitas vezes restrito, mesmo ocorrendo soluções individuais, pois não possuem condições financeiras de contratar serviços básicos como saúde, educação e transporte.

O Jardim Campos Verdes pode ser entendido como “território usado”, pois são construídos por relações sociais que os permeiam e que se encontram entrelaçadas com a dinâmica mais geral da sociedade em sua totalidade. Também

é o território de vivência ao se considerar que, no plano local, as pessoas constroem identidades de pertencimento àquele lugar, em suas trocas materiais, espirituais e exercício de vida. (SANTOS, 1999; KOGA, 2021)

Um ponto que diferencia esse território e apresenta grande relevância é a questão das conurbações que colocam questões de discussão a respeito das cidades. Diferente da região do Novo Bandeirantes e Silvino, que também apresentam uma conurbação, o Jardim Campos Verdes está distante dos equipamentos públicos o que acarreta diversos transtornos aos seus moradores desta região afastada. Vê-se que não há nenhum movimento de negociação com o município vizinho a fim de implementar diretrizes de gestão metropolitana de fato, atendendo as necessidades dos sujeitos que circulam entre estes dois territórios. Ou seja, não se caminha no sentido de construir uma forma de administração das cidades conurbadas que possa desenvolver ações articuladas de atendimento às populações desassistidas. E a situação possui uma tendência a piorar ainda mais, uma vez que a ocupação Londrville, está crescendo cada dia mais. Referimos-nos a este fato que, apesar de não compor nosso objeto se liga a este estudo pela proximidade territorial e conseqüentemente por compartilhar problemas semelhantes.

De fato, os problemas postos pela segregação espacial, entre os quais há uma cotidiana violação dos direitos humanos fundamentais resultam de um modelo de desenvolvimento econômico e social excludente gerador de pobreza. Neste sentido as conseqüências, diretas e indiretas traduzam diferenças de exercício de cidadania universal e que assegurem o reconhecimento de um espaço público de realização do bem comum.

Diz respeito à construção de normas legais princípios gerais, que considera todos iguais perante a lei, mas não consegue atingir a todos de modo igualitário, existe uma lacuna entre direitos políticos e direitos sociais, não contemplados por políticas públicas. As necessidades da vida das pessoas extrapolam o georreferenciamento que impõe limites entre os dos municípios, uma vez que os moradores, que residem naquele local, extrapolam os limites das fronteiras de município, em busca de estratégias sobreviver e desse modo, ter acesso aos mínimos sociais para sua subsistência.

Essas lutas assumem, em determinado momento, dimensão incontornável, agravada quando se verifica uma aparente “fragmentação institucional”, isto é, o

desinteresse da parte da gestão pública em relação às áreas transformadas em metropolitanas pelas novas dinâmicas territoriais. (RIBEIRO, 2007)

Um dos exemplos mais evidentes é o que se refere ao alto índice de adolescentes que estudam em Londrina. Isso contribui para mascarar sua efetiva realidade e a maneira como nesses espaços se processam parte das contradições sociais que marcam a estrutura da sociedade brasileira.

No caso referenciado pelo estudo verifica-se, inicialmente, que as ações efetivas conduzidas pelo poder público municipal no sentido de superação dos problemas ligados à gestão do Jardim Campos Verdes, para atenuar, o que se expressam nas debilidades ligadas aos serviços, saúde, transporte, educação ou outros, se dão de forma pontual e fragmenta, não atende a totalidade das demandas. Em outras palavras, conduzem a intervenção estatal à implementação de políticas públicas realizadas de forma insuficiente, com a finalidade de não comprometer a ordem hegemônica burguesa.

E essa frágil ação do Estado, tem dado margem para a atuação de outros sujeitos, que se apropriam e exercem poder, como do tráfico, políticos diversos, associação de moradores cooptada e atuando em benefício próprio, isso que caracteriza essa questão do território no que se refere a disputa por poder. O Estado falha ao promover o que é necessário aquela população, mesmo diante de tantas ações, estas se apresentam fragmentadas e insuficientes para atender a totalidade das necessidades cotidianas dos indivíduos.

Koga (2011) destaca que a perspectiva de políticas públicas traz o desafio não somente da descentralização, mas de promover a justiça social em terrenos tradicionalmente marcados pelas desigualdades e estigmas que separam os espaços entre pobres e ricos, feios e bonitos, cultos e incultos, bregas e chiques. Neste mesmo sentido segue afirmando eu a ausência do Estado nos territórios com grande concentração de pobreza os transforma em espaços de privação e de abandono, fragilizando seus laços com a sociedade, levando à estigmatização e a segregação urbana.

Diante dessa ausência do Estado e essas ações equivocadas, que não surtem o efeito esperado, é que abre espaços para atuação desses grupos paralelos de interesses próprios e dirigentes. A promoção das ações de políticos se formula com interesses particulares e com finalidade de barganha, como um meio

de se promover por meio de promessas partidárias que não geram práticas efetivas, por meio de legislar via implementação de políticas públicas.

Fica evidente nas análises que há um nós gerado por as ações pontuais vinculadas a políticas de governo, que a cada gestão assumem uma nova roupagem, mas são políticas que assumem uma função por um tempo, mas não se solidificam, visando a garantia de direitos de modo permanente. São elaboradas para atender de modo pontual visando promoção política partidária, paternalista e assistencialista, do ponto de vista que não promovem a emancipação dos sujeitos enquanto protagonistas de suas ações na sociedade.

Estas práticas políticas são comuns à realidade do nosso país, como podemos explicar nos casos dos programas de governo, como o Bolsa Família que recentemente se tornou Auxílio Brasil, ou o Programa Minha Casa Minha Vida, agora denominado Casa Verde e Amarela. Estes programas passam por reformulações, ampliações e assumem uma nova roupagem, para assumir as características do novo governo, mas mantém algumas bases fundamentais. No entanto não há uma garantia de comunidade, uma vez que são transitórios e geralmente estão atrelados a projetos partidários de campanha política.

Na construção de suas territorialidades, vemos que os indivíduos não se sentem assistidos ou amparados por serviços essenciais como o CRAS ou a Unidade Básica de Saúde, em muitas situações não sabem a quem recorrer. E mais uma vez ficam à mercê de poderes paralelos como lideranças do tráfico de drogas ou outros. Esta situação é um reflexo da ausência do Estado, que abre espaço para a atuação dessas forças análogas de autoritarismo e confronto, que torna mais difícil o processo de territorialização eficaz meio das Políticas Públicas.

Outro elemento é a desinformação, que segundo Haesbaert (2010), se torna um fator de desterritorialização, uma vez que gera inseguras. As informações não chegam de modo claro como deveriam chegar. Isto compromete a ação dos agentes públicos que atuam no território, que se veem de pés e mãos atadas diante dessas situações que fragmentam as ações levados por disputas de poder.

E neste sentido coloca-se um olhar específico para o trabalho do assistente social com esse enfoque no território, que se torna extremamente conflituoso, por ter que lidar com grupos divididos, buscar a unidade é quase uma utopia.

Esta pesquisa possibilitou dar visibilidade a este território, uma vez que ao abordar seu processo de territorialização, e conseqüentemente as demandas que

geradas por diversas presenças e ausências, que nos leva a reconhecer a presença de diversos fatores sociais, econômicos, culturais, dentro deste território, que levam os indivíduos a situações vulnerabilidade e risco social e por vezes de esquecimento por parte dos governos.

O território, para Santos (2013) não é organizado somente pelo Estado, como também, não está restrito, à dimensão política do espaço. Logo, segundo Nascimento (2012, p. 22) dá o sentimento de proteção “um lugar onde emerge a vida em unidade social” ou a construção social.

Reconhecemos que este território nos remete a análise do objeto e sua apreensão enquanto inseridos de maneira determinada e específica na totalidade social complexa. Assim, este bairro resultante de uma ocupação irregular, seu contexto conjuntural e estrutural da sociedade na qual a apropriação de determinado espaço, transformados em habitat, é realizada. Isto nos apresentou a dinâmica da territorialização, destacando a moradia, os serviços públicos, e as vivências que permeiam a relação com o cotidiano desses moradores.

No município há uma diversidade de problemas e conflitos sociais gerados, entre outros fatores, por sua expansão desordenada e aqui demarcamos o território estudado. Neste sentido, a territorialização se dá marcada por manifestações da questão social, agravadas pela ausência de políticas públicas, e revelam a situação dos moradores do Jardim Campos Verdes, o qual ficou evidente a segregação, desigualdade, preconceitos e pobreza existentes.

Para tanto, a singularidade dos indivíduos e sua subjetividade dentro dos territórios como uma construção de sua manifestação de plenitude de sua vida. A experiência da existência ocorre no terreno da coletividade e se contextualizam pela cultura do grupo social em que ela se insere (MINAYO, 2001). Deste modo concluímos os objetivos da nossa pesquisa a qual nos possibilitou compreender e aprofundar o conhecimento sobre os fenômenos desde a percepção dos sujeitos e a realidade que os rodeia, com base em suas falas, opiniões e significados, de modo a exprimir suas subjetividades.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 84-135 disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/NHCPpWZJ3mnhknNxjxxbKWh/?format=pdf&lang=pt>
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. 277 p.
- BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. **Bolsa Família, Autonomia Feminina e Equidade De Gênero: O Que Indicam As Pesquisas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2017. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8051/1/td\\_2331.PDF](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8051/1/td_2331.PDF). acesso em: 12/02/2021
- BOURGUIGNON J. A. O Projeto de Pesquisa e os Procedimentos Metodológicos para Coleta e Análise dos Dados na Pesquisa Social e Qualitativa. **Revista Humanidades em Perspectivas** | vol.1 n.1 | jan/jun 2019
- BRANDÃO, D. Q.; ABREU, M. G. de. Formas típicas de arranjo espacial da moradia social unifamiliar e sua influência em futuras ampliações. ENTAC, **Anais [...] XXIII Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído**, Canela, 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2009.
- \_\_\_\_\_. DEMONSTRATIVO FÍSICO / FINANCEIRO DO AUXÍLIO BRASIL E BENEFÍCIO EXTRAORDINÁRIO - JANEIRO/2022, Disponível em: [https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/quantidade-de-familias-atendidas-pelo-auxilio-brasil-no-centro-oeste-cresce-27-5/auxilio\\_brasil\\_folha\\_pagamento\\_janeiro\\_2022.pdf](https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/quantidade-de-familias-atendidas-pelo-auxilio-brasil-no-centro-oeste-cresce-27-5/auxilio_brasil_folha_pagamento_janeiro_2022.pdf)
- CAMBÉ. Prefeitura de Cambé. **História de Cambé**. Disponível: <http://www.cambe.pr.gov.br/site/index.php/cambe/> Acesso em 11 jan. 2022
- CAMBÉ. Prefeitura Municipal de Cambé. **Projeto de Trabalho Técnico Social do Campos Verdes**. Secretaria de Assistência Social, Cambé ; 2010.
- CAMBÉ. Prefeitura Municipal de Cambé/PMC. **Plano Diretor**. Cambé, 2017/2020. Disponível em: <<http://www.cambe.pr.gov.br>>. Acesso em 10 jan. 2020.
- CAMPANARIO, A. M., O Mercado de Exclusão Social na Cidade de São Paulo. In: **Terra de Habitação versus Terra de Espoliação**. São Paulo, Cortez, 1984
- CAREGNATO, R. C. A. Pesquisa Qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**. Florianópolis, 2006.

CASTRO, I. E., et. al, **Geografia: Conceitos e temas**. 5ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995

CMNP. – Companhia Melhoramento Norte do Paraná, **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**, São Paulo: CMNP, 2013.

CORRÊA, R. L. **O espaço Urbano**. Editora: Ática. Edição: 1ª Edição. Ano: 1989.

COSTA, J. G. da. (orgs. Et. all) **Estado Território e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, UERL, LPP, 2019

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia**. Tradução: Luiz B. L. Orlandi, São Paulo. Ed. 34, 2010

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, março/ 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/PmPzwqMxQsvQwH5bkrhrDKm/?format=pdf&lang=pt>

Engels, F. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. Civilização Brasileira, 9ª ed. 1984

Engels, F. **Esboço de uma Crítica da Economia Política**, São Paulo: Ciências Humanas LTDA, 1979

EVERS, T. Reprodução da Força de Trabalho e Movimentos Populares: O Caso dos Loteamentos Clandestinos em São Paulo. In: **Terra de Habitação versus Terra de Espoliação**. São Paulo, Cortez, 1984

GATTI, Bernadete A. **Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília/DF: Líber Livro, 2005. (Série Pesquisa;10).

GONDIN, S.M. G. Grupos Focais Como Técnica de Investigação Qualitativa: Desafios Metodológicos. **Paidéia**, [online]. 2003, 12(24), 149-161

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, Civilização Brasileira, Vol. 1, R.J. 2001 (EXCERTOS) P. 1-72

GUATARI, F. e ROLNIK, S. **Micopolíticas: Cartografias do desejo**. Petropolis, Vozes, 1996.

HAESBAERT E. G.; BRUCE, R. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 7-22, 2009.

HAESBAERT, R. **A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão**. In: CASTRO, I. E., et. al, **Geografia: Conceitos e temas**. 5ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-206

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à Multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina.USP, Departamento de Geografia, 20-26 de março de 2005.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço- -território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Território e territorialidades: teoria, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 2009.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 6ª ed. 2011.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade** : sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. CLACSO ; Niterói, 2021.

HARVEY, D. **A Loucura da Razão Econômica**: Marx é o Capital no Século XXI, tradução Arthur Renzo, 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2018

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablue, 2005

HARVEY, D. **Os Limites do Capital**. tradução Magda Lopes. 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados agregados**. São Paulo, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. **Cidades**, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cambe/historico> Acesso em: 7 out. 2020.

IMAI, C. A participação de usuário nos processos avaliativos: metodologias e resultados. In: VILLA, S.B.; ORNSTEIN, S. W. (editoras). **Qualidade Ambiental na habitação avaliação pós-ocupação**. São Paulo, 2013. Cap. 4, p. 75-88.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras regionais**. Curitiba: IPARDES, 2004.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social Paraná. **Diagnóstico social e econômico**: sumário executivo / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES, 2003. 29 p.

KOGA Dirce. **Construção de conhecimento em Serviço Social**: embates a partir do território. de vivência. Capítulo do livro: Construção de Conhecimento em Serviço Social . São Paulo EDUC, 2021

KOGA, D. **Medidas de Cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KOGA, D. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

KOGA, D. O território e suas múltiplas dimensões na Política de Assistência Social. In: ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Caderno de Estudos — desenvolvimento social e debate**. Textos para V Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília: 2005.

KOGA, D.; NAKANO, K. **Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras**. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. Abong nas Conferências 2005 – Criança e Adolescente, Assistência Social. Brasília, DF, 2005.

KOGA, D. A reinvenção das políticas públicas baseadas na diversidade. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. Edição 455, 29 de setembro de 2014.

KOGA, D. Cidades entre territórios de vida e territórios vivido. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 72, p. 23-52, nov. 2002.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro. Paz e Terra.,1979.

KRISCHKE, P. J, **Terra de Habitação versus Terra de Espoliação**. São Paulo, Cortez, 1984

LEBFREVE, H. **O Direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias, São Paulo, ed. Centauro, 2001.

LOAS. Lei orgânica de assistência social – **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. 1993.

MALACOSKI, F. C. F; LIMA, J. F. Crescimento econômico e populacional da mesorregião Norte Pioneiro do Paraná, no período de 2004 a 2014. **Revista Grifos**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó. N. 48 – 2020, p. 29-45. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5003>

MARICATO, E. Direito à terra ou direito à cidade? . **Revista de Cultura Vozes**, v. 89, n. 6, 1985.

MARICATO, E. Ideias fora de lugar e lugar fora das ideias. In: ARANTES, O., VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: Desmanchando Consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, K. **O Capital** [Livro I]: Crítica da Economia Política. O processo de produção do capital; tradução: Rubens Enderle. Boitempo, 2013

MARX, K; ENGELS, F. A Ideologia Alemã, São Paulo, Martins Fontes, 1998.

MENEGUSSO, M.E; CATARINO B. G. CAMBÉ: UMA HISTÓRIA QUE JÁ HAVIA COMEÇADO. VIII Congresso Internacional de História. XXII Semana de História. 09 a 11 de outubro de 2017. “1917 a 2017: Centenários”. **Anais [...]**. Universidade estadual de Maringá, Maringá, 2017, p. 1382–1390. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3601.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2022

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, 2012

NOGUEIRA, R. **Geografia em múltiplas escalas do local ao global**: O Município de Cambé. 2008. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) Departamento de Geociências, Centro de Ciências Exatas, Universidade estadual de Londrina, 2008.

OGAWA, V. Cambé Reinaugura terminal de Onibus, **Folha de londrina**, 07 de março de 2020. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/cambe-reinaugura-terminal-central-de-onibus-2982114e.html>

OLIVEIRA. R. J. de; SOUZA R. M. de. Origens da segregação racial no Brasil. **Amérique Latine Histoire et Memorie**. Lês Cahiers ALHIM [En línea], 29 | 2015, Publicado el 18 junio 2015, consultado el 18 marzo 2022. URL: <http://journals.openedition.org/alhim/5191>; DOI: <https://doi.org/10.4000/alhim.5191>

OLIVEN, R. G.; MACIEL, Maria E.; VICTORA, C. G. ; ORO, A. P. (Org.) . **Antropologia e Ética**. O debate atual no Brasil. Niterói/RJ: EdUFF, 2004. 207 p.

PIFFER, Y. F. SILVA, B. F. E. SILVA, R. D. Direito à Moradia Digna na Legislação Brasileira. ENTECA 2011. **Anais [...]** VIII Encontro Tecnológico da Engenharia Civil e Arquitetura 8 - 10 Novembro 2011 ISSN 1808-3625

PMC. Prefeitura Municipal de Cambé. **Plano Local de Habitação de Interesse Social**. Cambé, 2014. Disponível em: <http://www.cambe.pr.gov.br>. Acesso em 10 jan. 2020

Polidoro, M.; Takeda, M.M.G.;Barros,O.N.F. Análise temporal do processo de conurbação na Região de Londrina-PR por meio de imagens Landsat. **Rev. Geogr. Acadêmica**, v.3, n.1 (vi.2009)70-77) Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Omar-Barros/publication>

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1988.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RESSEL, L. B. et al. O Uso do Grupo Focal em Pesquisa **Qualitativa**. **Texto contexto - enferm**. [online]. 2008, vol.17, n.4, pp.779-786.

RODRIGUES, D. A. **O Desempenho econômico da mesorregião Norte Central do Paraná, Brasil**: um enfoque sob a economia espacial. 2014. Dissertação (Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, Paraná, 2014. (Disponível em: <https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/view/132>, acesso em: 28/08/2021)

ROLNIK, R. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 11(2), 31-50.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares**: A colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2015

ROMERO, M. A. ; ORNSTEIN, S. W. (org). **Avaliação pósocupação**: métodos e técnicas aplicados à habitação social. Porto Alegre: ANTAC, 2003. (Coletânea Habitare).

SANTOS, M. **A Caminho de uma Teoria Substantiva de Urbanização**. São Paulo. 1985, Separata.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço** - Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4. ed. 2. reimpr. 2006. (Coleção Milton Santos; 1)

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M. O dinheiro e o Território. Universidade de São Paulo, Geographia – Ano. 1 – No 1 – 1999

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007

SANTOS, M. O papel ativo da Geografia um manifesto. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, pp. 103-109, jul./dez., 2000

SANTOS, M. O retorno do território. En: **OSAL**: Observatório Social de América Latina. Ano 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005 p. 251-261  
Disponível  
em:<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf> acesso em: maio de 2020.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades**: teoria, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.

SILVA, R. M. da et al. (orgs.) **Estudos Qualitativos**: Enfoques Teóricos e Técnicas de Coleta de Informações. Sobral: Edições UVA, 2018. 305 p.

SILVA, R. M. da. et al. (orgs.) **Estudos Qualitativos**: Enfoques Teóricos e Técnicas de Coleta de Informações. Sobral: Edições UVA, 2018. p. 199-210

SIMCIC, E. **O Crescimento Urbano na Década de 1990-2000**: O caso da Cidade de Cambé. 2001. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em geografia). Departamento de Geociências, Centro de Ciências Exatas, Universidade estadual de Londrina, 2011.

SOUZA, M. A. (orgs.) **Território** – Globalização e Fragmentação. São Paulo, Hucitec, 1994.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia**: conceitos e temas. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.77-116.

VELOZA, C. C. **Os impactos da expansão urbana das áreas conurbadas de Londrina e Maringá na cobertura e fragmentação florestal**. 2021. Trabalho de

Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Ambiental) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campo Mourão, 2021. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/27627>

VÉRAS, M. P. B. Sociedade urbana: desigualdade e exclusão sociais. **Caderno CRH**, Salvador, n. 38, p. 79-114, jan./jun. 2003.

YONEGURA, R. K. **O esquema de ocupação da Companhia de Terras Norte do Paraná e as práticas de planejamento ambiental**. 2010. 98 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Tecnologia, Departamento de Engenharia Civil, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, 2010.